



Estágios como Ferramentas para os Jornalistas do Futuro (Versão Final)

Nuno Filipe Sousa Vicente

Relatório de estágio para obtenção do Grau de Mestre em

Jornalismo

(2º ciclo de estudos)

Orientador: José Ricardo Carvalheiro

julho de 2021

Agradecimentos:

Aos meus pais, ao meu irmão, ao resto da minha família, tanto em Mira de Aire como na Covilhã e no resto do país.

Aos meus colegas de escola da Mira, Fátima e Covilhã.

Aos meus professores que me acompanharam ao longo da vida.

Ao meu coordenador José Ricardo Carvalheiro e sua fulcral ajuda para completar este relatório.

Resumo

Desde a sua origem, o jornalismo tem sido uma profissão denotada por constantes mudanças, dentro do coração da sua estrutura. Ao contrário de outras ciências e profissões mais objetivas, com evoluções sempre ascendentes, o jornalismo tem um forte cariz social e a forma como serve o público tem provocado constantes reestruturações na forma como se escrevem histórias, de forma a servi-lo da melhor forma, ditas alterações funcionando tanto para o melhor e para pior.

Os jornalistas tentam sempre manter um equilíbrio entre dar ao leitor/visualizador/ouvinte uma experiência prazerosa, mas manter a objetividade das suas peças ao longo deste processo de entretenimento revela-se um constante desafio. A educação dos novos jornalistas tenta incutir-lhes os valores necessários para conseguirem fazer um jornalismo que possa ser visto dentro da indústria como “puro” e “bom”, utilizando estágios para criar jovens jornalistas cada vez mais eficientes, independentes e capazes de criar algo com estrutura e profundidade. Desta forma, tenta-se salvar a imagem sempre polarizadora que se tem da profissão, principalmente nesta presente era virtual, onde o acesso à informação é incrivelmente fácil para as massas.

Através de entrevistas com vários estagiários da área do Jornalismo, vindos da UBI, conseguiu-se notar nos novos jornalistas um sentido de responsabilidade e sapiência perante as limitações que o jornalismo moderno lhes apresenta. E é essa sobriedade que lhes permitem utilizar os conhecimentos que lhes são incutidos nos cursos teóricos, em conjunto com a educação prática que lhes é dada nas redações de estágio, para evitar os erros cometidos por jornalistas de uma era mais sensacionalista e confusa com o meio virtual, e assim servir o público de forma objetiva e interessante.

Palavras-chave: Webjornalismo; “Gatekeeper” /“Gatewatcher”; Multimedialidade; Hipertextualidade; Noticiabilidade; Distorção Voluntária; Estágios

Abstract

Since its origin, journalism has been a profession denoted by the constant changes, within the very heart of its structure. Unlike other sciences and more objective professions, with ever-ascending evolutions, journalism has a strong social character and the way it serves the public has caused constant restructuring in the way stories are written, in order to serve it in the best way, said restructures being both for the better and for the worse.

Journalists always try to maintain a balance between giving the reader/viewer/listener a pleasurable experience but maintaining the objectivity of their pieces throughout this entertainment process proves to be a constant challenge. The education of new journalists tries to instill in them the values necessary to be able to make journalism that can be seen within the industry as "pure" and "good", using internships to create young journalists increasingly efficient, independent, and able to create something with structure and depth. That way, it tries to save the always polarizing image that is of the profession, especially in this present virtual era, where access to information is incredibly easy for the masses.

Through interviews with several journalism interns from UBI, it was possible to note in the new journalists a sense of responsibility and wisdom in the face of the limitations that modern journalism presents to them. And it is this sobriety that allows them to use the knowledge that is instilled in the theoretical courses, together with the practical

education given to them in the essays of internship, to avoid the errors committed by the journalists of a more sensationalist and confusing era with the virtual environment, and thus serve the public in an objective and interesting way.

Keywords: Webjournalism; “Gatekeeper” /”Gatewatcher”; Multimediaity; Hypertextuality; Newsability; Voluntary Distortion; Internships

Índice

Agradecimentos.....	1
Resumo/Abstract.....	2
Introdução.....	4
1: O que é o jornalismo.....	6
2: O ensino do jornalismo.....	38
3: Objetivos e metodologia.....	52
4: Experiência de estágio.....	58
5: Resultados.....	62
6: Conclusões.....	70
Bibliografia e Webgrafia.....	73
Anexos.....	76

Introdução

O jornalismo, de forma muito semelhante às artes, é uma profissão que tenta sempre conseguir apelar ao público em novas e interessantes maneiras. Desde as suas origens, tem-se encontrado limitado por circunstâncias que o transcendem, enquanto indústria, tais como: pressões do mercado, que busca aumentar os seus números de vendas, resultando em artigos chamativos e sensacionalistas, mas que carecem de objetividade; pressões políticas, tanto dentro dos regimes monárquicos e ditatoriais de outrora, como dos regimes democráticos de hoje; e, finalmente, também pressões sociais, onde o público vê o ambiente virtual moderno como uma alternativa ao jornalismo “antiquado”, por isso preferem procurar histórias sozinhos e disseminar a sua opinião sem se preocupar com os filtros que os *standards* do jornalismo profissional procuram impor em cada peça publicada, mesmo de opinião.

Mesmo após se ter libertado das amarras de outrora e vingado como uma indústria, o jornalismo ainda continua a esforçar-se para não cair em qualidade e transformar-se em algo que possa ser tanto censurado como manipulado, tanto pelas massas como por órgãos mais poderosos.

Como referi, nos dias de hoje o ambiente virtual tem um papel fulcral nas nossas vidas, desde servir como uma gigante base de dados onde podemos encontrar vários conhecimentos, ou como uma plataforma social onde várias opiniões confluem livremente. Muitas vezes levando a violentos choques, fazendo deste ambiente virtual um local inóspito para qualquer noção de objetividade. O jornalista moderno não só tem de lutar contra desinformação causada por falta de factos como também evitar a desinformação causada pela disseminação de factos falsos e/ou puramente opinativos.

O jornalismo está em constante evolução, embora não seja sempre ascendente. Muitos erros são cometidos por jornalistas que tentam dar ao público peças interessantes, mas que, no processo, esquecem-se de lhes aplicar as bases que fazem delas peças de cariz jornalístico puro e duro. E a saturação de histórias de pouca qualidade jornalística acaba por ferir a integridade do jornalismo enquanto profissão. Nesta era de fácil obtenção de informação é fácil ver os jornalistas como sensacionalistas, sempre à procura de aumentar os números de vendas da sua organização, através de peças com títulos exagerados e contendo informação que distorce a verdade ou revela-se completamente falsa. As “*fake news*” são uma constante preocupação para o internauta à procura de informação na Internet.

Assim, o jornalista do futuro terá de ser educado para ultrapassar estas limitações dentro da indústria e conseguir entregar às massas peças de jornalismo bom e verdadeiro, além que lhes agarrem o interesse de forma inovadora e interativa.

Os cursos universitários de jornalismo atuais educam os aspirantes a jornalistas sobre as várias técnicas a aplicar, através dos vários meios de jornalismo como o de imprensa, de televisão e de rádio. Mas manter-se só pela porção teórica não é o suficiente. Para se tornar um jornalista independente e confiável, o estudante terá de arrecadar experiência num meio onde os conhecimentos que aprendeu nos cursos.

E é aí que se inserem os estágios de jornalismo. Dando aos estudantes um ambiente profissional onde possam exercer os seus conhecimentos, trabalhar nos órgãos de comunicação onde poderão quer ingressar após se formarem é uma mais-valia que muitos estudantes desta área acabam por seguir.

Este relatório irá pegar nos testemunhos, em forma de entrevista, de diversos estudantes da UBI que estagiaram na área do jornalismo, para tentar discernir como foi a sua experiência dentro de uma redação profissional. Ao analisar, tanto as limitações que encontraram como os benefícios que experienciaram, esta pequena pesquisa vai tentar retirar destas entrevistas pontos de choque e de concordância que me permitam discernir qual o papel que os estágios estão a dar aos estudantes e se estão a ser uma ferramenta efetiva na educação e preparação dos futuros jornalistas para a sua entrada no mundo profissional.

Já em termos mais objetivos sobre a constituição deste relatório, este encontra-se dividido nos seguintes capítulos:

No primeiro capítulo faz-se um apanhado de aspetos teóricos considerados fundamentais na constituição histórica do jornalismo como profissão e que ao longo de décadas têm ocupado os investigadores dos estudos em jornalismo, particularmente na área do *newsmaking*.

O segundo capítulo é dedicado a descrever, ainda em termos teóricos, as práticas de ensino em jornalismo e a sua relação, tanto com o mercado de trabalho como os cursos de ensino da profissão, tendo especial atenção à situação de ensino encontrada dentro do jornalismo universitário da Universidade da Beira Interior.

O terceiro capítulo descrever os métodos que são utilizados na parte empírica, sendo estes a entrevista e a observação direta efetuada a partir da minha experiência de estágio. Também assinala as questões principais das quais se centram as entrevistas, tal como as hipóteses que se espera conseguir tirar das respostas.

O quarto capítulo descreve a minha experiência de estágio, a qual coopera com os resultados e conclusões obtidos das entrevistas.

O quinto capítulo já é a parte prática do relatório, onde as perguntas que foram feitas aos estagiários são expostas uma por uma, juntamente com as respostas obtidas.

Finalmente, o sexto capítulo trata das conclusões, respondendo às questões que coloquei no terceiro capítulo e comparando as respostas com as hipóteses apresentadas no mesmo.

Capítulo 1: O que é jornalismo

1: História do jornalismo

O jornalismo que conhecemos hoje tem raízes no século XIX. A criação e expansão dos “*mass media*” permitiu a um grupo de indivíduos dedicar-se ao jornalismo a tempo inteiro, para disseminar informação e não propaganda, tarefa tal que seria encarregue a mais e mais pessoas no futuro. A partir daí, desenvolvem-se certos valores chave: notícias; procura da verdade; independência; objetividade; serviço ao público.

O jornalismo, nessa época, tem diferentes faces: a política, a comercial e a “de factos”, que nasceu para prevenir que o jornalismo se limitasse às outras duas, afastando-se de artigos opiniosos. A partir desta altura, os jornalistas começam a desenvolver um “monopólio do saber”, e daí o desenvolvimento do jornalismo passa-se a centrar em torno de dois processos: comercialização (das notícias) e profissionalização (dos jornalistas).

Segundo Leonor O’Boyle (1968) (citada em Traquina, 2002), o crescimento do jornalismo no século XIX deve-se aos seguintes fatores: a evolução do sistema económico; os avanços tecnológicos da época; fatores sociais; a disseminação da democracia.

Os avanços tecnológicos referem-se ao desenvolvimento de máquinas de impressão mais avançadas, além de métodos de impressão de imagem (fotogravura, heliogravura e máquina fotográfica) e de comunicação (telégrafo). A contínua modernização destas ferramentas contribuiu para o salto em popularidade e produção dos jornais, cada vez mais globais e atuais.

Socialmente, a expansão económica permitiu um conluio entre o jornalismo e a empresa publicitária, no final do século XIX. Grandes secções dos jornais destinavam-se a anúncios para vários produtos. Em 1870, por exemplo, o *The Times* obteve o dobro da sua receita de vendas em publicidade.

O combate ao analfabetismo permitiu que mais pessoas pudessem, de facto, ler o jornal, o que aumentou o crescimento da indústria. O processo de urbanização também permitiu que a distribuição dos jornais se tornasse mais homogénea (ardinas/rapazes de jornais).

O fator da disseminação da democracia centra-se no ideal de liberdade de imprensa, longe de partidos políticos (“...a relação entre a democracia e o jornalismo é fundamentalmente uma relação simbiótica” (Traquina, 2002, p.27)).

É a partir deste ideal que, em primeiro lugar nos Estados Unidos, nasce o jornalismo informativo e mais acessível ao cidadão comum: a *penny press*.

A *penny press* criou-se, de facto, em oposição à censura, criada a partir de um poder político absoluto, encontrado nas monarquias tirânicas da época. Vozes de séculos passados como John Milton, Charles de Secondat, Montesquieu, Rousseau, John Locke, Voltaire e a própria Igreja Protestante lutavam já contra a censura e criaram a base para a criação desta plataforma de informação livre.

Os fatores sociais e políticos fundem-se, assim, para criar um Quarto Poder político, quebrando a prerrogativa da sociedade do Antigo Regime francês. Os jornalistas tornam-se uma nova peça no jogo político do seu país, assumindo dois papéis:

-Os jornalistas como “Quarto Poder” social, junto da nobreza, clero e povo/burguesia.

-Os jornalistas como “Quarto Poder” político, junto do poder judicial, legislativo e executivo.

A “opinião pública” funciona como um meio de regularizar o impacto político e social do Quarto Poder, ao fazer as vozes do público serem ouvidas *através* dos jornais (Jeremy Benthan, George Boyce). As pessoas passam a poder queixar-se do atual regime político ou realidade social através da imprensa e as suas vozes seriam ouvidas, tal como defendiam os filósofos/vozes liberais que referi anteriormente.

Nas palavras de James Mill (1821) (citado em Traquina, 2002, p.32):

“(...) o descontentamento do povo é o único meio de remover os defeitos dos governos viciosos, que a liberdade de imprensa é (...) uma segurança indispensável e a maior salvaguarda dos interesses da humanidade”

Os jornalistas têm, assim, dois papéis: dar a conhecer a opinião pública e impedir qualquer abuso de poder e tirania nos seus governos. Passam a ser uma espécie de “autoridade do povo”. James Mill até defende que a imprensa livre deve funcionar como “agitadores” de reformas sociais. O repórter, torna-se, assim, um novo cientista, explorador e historiador da realidade/atualidade. Esta mudança de paradigma faz com que o jornalismo fique cada vez mais centrado no “imediatismo” (“a transmissão em direto do acontecimento” – Traquina, 2002, p.38).

O jornalismo em “presente instantâneo”, como chama Anthony Smith, ajuda a “*penny press*”, ao produzir notícias cada vez mais atuais e com linguagem mais rápida e homogénea, e dando mais trabalho a mais pessoas, dentro das agências de notícias.

O jornalismo dá aos escritores da época um método de como se unir, dentro de uma singular profissão/instituição: a imprensa. A Lei de Julho de 1881, dá à França pós-revolução liberdade para os seus jornalistas escreverem e publicarem as suas peças, garantido “à imprensa francesa o regime mais liberal do mundo” (Albert, 1970)

Assim, o jornalismo vai-se construindo como o ideal-tipo de profissão: presta-se um serviço relevante e imprescindível à sociedade, da maneira mais altruísta e desinteressada possível.

Entra-se, aqui, na “Idade de ouro” da produção de imprensa francesa, que se estendeu entre a segunda metade do século XIX até ao início do século XX. Em 1914, a “*penny press*” parisiense vendeu 5,5 milhões de exemplares.

A *penny press* “inventou o conceito moderno de notícia” (Schudson, 1978). A notícia torna-se o produto mais importante dentro do jornalismo, acima das opiniões e editoriais.

Mas esta grande evolução não se cingiu apenas à Europa. Como referi anteriormente, a “*penny press*” nasceu nos Estados Unidos e a ex-colónia estava também a desenvolver a sua própria imprensa. Começa, assim, a corrida (por vezes literal) às notícias transatlânticas, entre a Europa e os EUA.

Já mais no prisma político, começa aqui, a “Idade do igualitarismo”, que prega a fé no Homem comum, que crê na equidade política e que defende a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de *status*, repudiando o monopólio capitalista da época. Já nos Estados Unidos, a Guerra Civil e o ambiente pós-guerra deram um “*boost*” à imprensa norte-americana.

Já em Portugal, o jornalismo teve mais dificuldades em afirmar-se como profissão, contando com décadas de atraso.

O seu começo foi de cariz esperançoso. A estreia do Diário de Notícias, foi o produto deste impulsionamento mundial, o que resultou em Eduardo Coelho repudiar quaisquer pretensões do Diário ser um jornal político, que discuta as controvérsias das agendas dos mais poderosos, referindo-se aos valores disseminados, nessa altura, por toda a Europa:

“Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor.” – Eduardo Coelho na “edição zero” do “Diário de Notícias”, 1864 (Tengarrinha, 1989, p.215).

No entanto, o jornalismo e sua educação não conseguiram desenvolver-se muito a partir daí. Os insucessos do século XX podem atribuir-se ao regime salazarista, que condicionou a liberdade jornalista por meio da censura e da desvalorização da profissão:

“Ao contrário do que sucedera em Espanha, Salazar sempre terá visto com desconfiança as tentativas de valorizar e dignificar academicamente uma profissão que temia depois não poder controlar (Sobreira, 2003; Pinto, 2004; Teixeira, 2012; Coelho, 2013).” (Gradim, 2014, p.3). Além disto, reinava a ideia, por esta altura, que o bom jornalismo era um talento inato à pessoa, não algo que se devesse perder tempo a ensinar.

Já desde o século XIX, a nossa imprensa tentava expandir-se e ganhar mais força, com a “Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses” em 1880 e “Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto” em 1882, mas o regime monárquico da época não deixava estes grupos arrancarem do chão.

E no que toca ao ensino da profissão, o regime salazarista também se esforçou para a sufocar. Exemplos encontram-se no Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, que foi tentado em 1926, mas o projeto foi cancelado; já em 1941, o Sindicato Nacional dos Jornalistas tentou criar um curso de formação com duração de dois anos, com a *“(…) intenção de dignificar a imprensa e promover a valorização profissional dos jornalistas”* (Gradim, 2014, p.3), mas este também não resultou.

Com a queda do Estado Novo, a imprensa portuguesa começou a ganhar mais rumo no que toca a formação académica. O primeiro passo sucedeu em 1979, com a abertura da primeira Licenciatura em Comunicação Social, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, por Adriano Duarte Rodrigues. Foi a partir deste curso que se deu o impulso para a abertura de muitos mais:

“Esta licenciatura funcionou como modelo e referencial para as que se lhe seguiram (Pinto, 2004; Canavilhas, 2009; Teixeira, 2012) e foram muitas, pois em breve o país da Europa ocidental mais atrasado na instituição da formação jornalística conheceria ‘o milagre da multiplicação dos cursos’ (Mesquita & Ponte, 1997).” (Gradim, 2014, p.3).

Segundo Gradim, *“em 2014 contam-se 76 cursos de primeiro ciclo no ensino universitário e politécnico empregando o termo ‘comunicação’ na sua designação, e apenas cinco utilizando ‘jornalismo’ na designação, três universitários e dois no politécnico.”* (Gradim, 2014, p.4).

Já em termos profissionais, o jornalismo foi marcado pelo desenvolvimento da imprensa de massas, desde finais do século XIX, quando se criou a trilogia “preço-notícia-

anúncio”: o jornal só pode ser vendido a preço muito barato se contiver uma fonte secundária de rendimento, habitualmente vista na forma de publicidade.

Aqui, o associativismo de jornalistas e escritores surge para manter o espírito da imprensa no equilíbrio entre ver a atividade jornalística simultaneamente como paixão e dever e como emprego. O jornalista deve alienar-se da sua opinião, mesmo que tenha de ver as suas tarefas como simplesmente uma forma de ganhar dinheiro.

A partir destes sucessos, nasce uma porção do público com mais apetite para conteúdo sensacionalista, que busca artigos mais românticos e aventureiros no meio do conteúdo noticioso mais objetivo. É daí que se cria o que conhecemos como crónica. A face sensacionalista da imprensa destina-se ao público em geral, e não apenas à classe de elite.

O jornalismo objetivo deixa o leitor discernir ou criar ideias a partir dos artigos que lê. Como as notícias têm de ser o mais neutras possível, a opinião do autor é omitida e, desta forma, o leitor é que tem de tirar as suas próprias conclusões em vez de ser guiado a elas por outras forças.

Porém, isto resulta numa instabilidade na relação entre o jornal e o público, porque o que ele lê não é apenas o que lhe convém ou o que com que concorda. E nem todos os jornais querem arriscar trabalhar com esta instabilidade trazida pela neutralidade, pois fere o seu número de vendas. Assim, para apelar ao público que é sensacionalista, artigos de certos jornais começam a tornar-se subjetivos e a deixar a opinião dos autores mostrar-se nas suas histórias. A mudança de formato para um método mais direto e menos por assinaturas faz com que estes jornais tenham de criar histórias mais “aliciantes”, e não tanto verdadeiras, para atrair leitores para comprar o jornal.

Mas como estas histórias se mostram cativantes, estes jornais tornam-se imensamente populares pois simplesmente contam o que o público quer ouvir, tanto espelhando a opinião das massas, como surpreendendo-as com eventos fantásticos.

Isto cria um novo problema à imprensa. Criada a partir de um desejo de se libertar de fações políticas, agora vê-se agarrada à opinião do público para se sustentar como indústria ou mesmo mercadoria. E isso afeta a objetividade das suas notícias.

Em Portugal, já se assinalava este problema, mesmo antes do regime salazarista. “(...) o jornal, para durar, será sempre e necessariamente, o espelho lisonjeiro do público e não o seu mestre severo.” - Antero de Quental (século XIX). Para Antero, o jornal só se pode manter virtuoso e neutro se tiver uma camada de público sensata o suficiente para ser virtuosa e neutra também, disposta a não se iludir e encarar a verdade, mesmo que seja algo com a qual não concorda. E, na sua opinião, Portugal ainda precisaria de muitas “revoluções” para chegar a esse nível.

2: O Newsmaking, a Sociologia e os Emissores do Jornalismo

2.1: Premissas

Quando escreveu a sua obra, “*Teorias da Comunicação*” (1985), Mauro Wolf explica que o estudo sobre os emissores e sobre os processos produtivos nas comunicações de massa era uma área de pesquisa ainda muito recente, mas a sua importância não é para ser subestimada.

Em especial, Wolf defende que os esforços de análise devem ser apontados para o domínio da informação, devido à forte centralidade deste mesmo domínio no que toca ao *newsmaking*.

“(…) a sociologia dos emissores diz respeito essencialmente aos produtores de notícias.”
(Wolf, 1985, p.77)

2.2: Os *gatekeepers*

O conceito de *gatekeeping* foi elaborado por Kurt Lewin, num estudo de 1947 sobre as dinâmicas sociais no que toca à mudança de certos grupos alimentares, a partir do qual o autor desenvolve a ideia de que existe uma “zona filtro” também no percurso da informação.

“As zonas filtro são controladas por sistemas objectivos de regras ou por *gatekeepers*. Neste último caso, há um indivíduo, ou um grupo, que tem «o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia»” (Wolf, 1985, p.78).

O método de jornalistas como *gatekeepers* destina-se a conseguir filtrar o que é ou não é notícia da maneira mais eficiente para o *gatekeeper* em questão. Desta maneira, cada um tem os seus próprios parâmetros, mas o objetivo continua o mesmo.

Wolf cita Robinson (1981) sobre este fator de filtração:

“«As decisões do *gatekeeper* são tomadas, menos a partir de uma avaliação individual da noticiabilidade do que em relação a um conjunto de valores que incluem critérios, quer profissionais, quer organizativos, tais como a eficiência, a produção de notícias, a rapidez» (Robinson, 1981, 97).” (Wolf, 1985, p.79).

Quanto maior a organização noticiosa em que o *gatekeeper* se encontra, mais complexo se torna o método de filtragem, aplicando-se aos vários passos da partilha de informação:

“O *gatekeeping* nos mass media inclui todas as formas de controlo da informação, que podem estabelecer-se nas decisões acerca da codificação das mensagens, da seleção, da formação da mensagem, da difusão, da programação, da exclusão de toda a mensagem ou das suas componentes» (Donohue - Tichenor - Olien, 1972, 43)¹.” (Wolf, 1985, p.79).

Assim, o método torna-se muito menos individual e mais burocrático. De facto, o *gatekeeper* não é apenas um trabalhador individual: faz parte de um conjunto maior que tem de aceitar o seu trabalho. Desta forma, o *gatekeeper* tem de conformar às diretrizes da sua empresa.

No entanto, este processo do *gatekeeping*, pode acabar distorcendo o bom funcionamento do filtro de informação. O que passa ou não passa fica menos dependente do que é jornalisticamente importante e objetivamente mais eficiente, mas para o que os chefes querem. Uma organização jornalística suficientemente poderosa pode escolher o que passa ou não passa para o público, seguindo diretrizes de cariz pessoal que, por si, escorrem para o subconsciente do *gatekeeper*.

É a isso que os estudos de Breed, Gieber e de Stempel, entre as décadas de 1950 e 1960, iriam concluir como sendo um “unwitting bias” (preferência subconsciente) na cobertura informativa. O papel do *gatekeeper* nos *mass media* teria, então, de ser melhor analisado para evitar esse *bias*.

2.3: A “distorção involuntária”

A continuação dos estudos dos métodos de *gatekeeping* correlacionam a realidade que os jornais reportam com o método organizacional dos próprios órgãos jornalísticos. Criase, então, uma espécie de fusão, onde o quotidiano que os jornais reportam parece *ser* a realidade metodológica dentro de onde os jornais funcionam:

“(...) se os estudos sobre os gatekeepers associavam o conteúdo dos jornais ao trabalho de selecção das notícias, executado precisamente pelo «guarda da cancela», os recentes estudos sobre a produção de notícias relacionam a imagem da realidade social, fornecida pelos mass media, com a organização e a produção rotineira dos aparelhos jornalísticos”. (Wolf, 1985, p.80).

Evolui-se, assim, de uma preferência pessoal para uma limitação mais geral e voluntária das notícias. O estudo de Elliot e Golding (1979) refere que esta estrutura de limitação e distorção de notícias, funciona num frágil equilíbrio do que pode ou não pode ser alterado por meio de conspirações e preconceitos criados pelas mãos de alguém com um certo nível de poder político ou comercial, ou a própria preferência pessoal do jornalista (o “*bias*” já referido).

Também refere que existem certos limites deste equilíbrio e que o próprio cariz profissional dos órgãos de comunicação é que restringe a produção de informação, ao limitar-se por seguir a cadeia de comando que escolhe o que é publicado ou não, de forma a beneficiar o avanço da agenda de quem quer que esteja no topo.

Existem, então, pressões externas e pessoais (tanto individuais como as partilhadas por um grupo fechado de jornalistas e seu método de informar) que servem para a distorção da informação.

Como cada órgão de comunicação tem uma metodologia, fontes, organização e imagem público distinta, as notícias que cada um produz levam consigo a sua “assinatura” própria. E esta assinatura não se restringe apenas ao trabalho interno. Os jornais, rádios, *sites*, blocos de telenotícias, etc, ganham todos uma imagem pública e, a partir daí, manter uma imagem favorável também se torna num fator determinante na distorção individual na publicação de notícias por órgãos distintos.

Todos estes fatores apontam, então, para a ideia de que o *gatekeeping* e distorção de informação não é algo que aconteça num caso em vácuo, mas algo associado e enraizado na própria rotina de publicação de notícias.

2.4: Critérios de importância e noticiabilidade

A abordagem do *newsmaking* funciona dentro de dois limites: cultura profissional dos jornalistas e organização do trabalho e da produção das notícias. É dentro destes dois limites que a pesquisa do *newsmaking* é realizada, revelando-se uma tarefa de forte complexidade para o jornalista ao avaliar o que pode ser ou não ser uma boa história:

“O objectivo de seleccionar tornou-se mais difícil devido a uma característica posterior dos acontecimentos. Cada um deles pode exigir ser único, fruto de uma conjunção específica de forças sociais, económicas, políticas e psicológicas que transformaram um acontecimento «neste acontecimento particular»” (Wolf, 1985, p.82).

Dentro desta abundância de potenciais acontecimentos, os órgãos de comunicação têm de reduzir todas estas histórias aos seus elementos mais simples e partilhados com outras. Ao agrupar as histórias dentro de grupos específicos, os acontecimentos que possuem algo único podem sobressair e torna-se notícias.

Devido a esta abundância de fatos semelhantes, os órgãos de informação têm de cumprir três obrigações:

- 1: Reconhecer um facto desconhecido, ou excepcional, como um acontecimento notável;
- 2: Criar maneiras de relatar estes acontecimentos de forma de forma neutra. Uma estória não pode ter o cunho pessoal do seu autor;
- 3: Organizar, temporal e espacialmente, o fluxo de acontecimentos para que estes possam ser trabalhados dentro de um plano sólido.

É de notar, também, que estas três obrigações não são independentes, ou seja, relacionam-se entre si.

“Pode também dizer-se que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias.” (Wolf, 1985, p.83).

Pode dizer-se, então, que os acontecimentos verdadeiramente *newsworthy* brotam de entre as histórias rotineiras. De facto, como é que haveríamos de saber o que é imprevisível e interessante se não existisse algo previsível e aborrecido para lhe fazer contraste?

Levanta-se, assim, a pergunta: o que faz de um acontecimento do quotidiano algo *newsworthy*? Quais são os critérios para definir o que é material de notícia?

“(…) a noticiabilidade de um facto é, em geral, avaliada quanto ao grau de integração que ele apresenta em relação ao curso, normal e rotineiro, das fases de produção.” (Wolf, 1985, p.83).

Pode-se ver, então, a notícia como algo que, fora do contexto em que aconteceu, será sempre algo importante que o jornalista deve relatar ao público. Uma notícia apresenta sempre um fator de factibilidade que a destaca de todos os outros acontecimentos casuais do quotidiano e que a eleva a algo que tem de ser relatado profissionalmente (*“Essa «factibilidade» contribui para «descontextualizar ou para remover um acontecimento do contexto em que se verificou, para o poder recontextualizar dentro das dimensões do noticiário» (Altheide, 1976, 179)” (Wolf, 1985, p.83).*

2.5: Críticas - Fragmentação da informação e noticiabilidade

Existem, porém, várias críticas a este método de recolher informação. Para alguns, o conceito de factibilidade é visto como insuficiente, e as notícias criadas a partir do que é “noticiável” ou não acabam por se tornar muito fragmentadas e culpadas de omitir detalhes importantes apenas para se encaixar no formato rápido e fácil de entender dos *mass media*.

O meio televisivo em si, ou seja, o método de como as notícias são produzidas parece pôr o “relatar” em maior prioridade do que o “explicar”. Wolf aqui cita Phillip Elliot, que considera que estes conceitos parecem ser inconciliáveis no meio noticioso moderno

(“(...) a diferença que existe entre apresentar um assunto através da televisão e relatá-lo de uma forma significativa e com uma exposição coerente: as principais características da produção televisiva permitem alcançar o primeiro objectivo, tornando, pelo contrário, extremamente difícil e improvável o segundo.” (Wolf, 1985, p.84)).

Cria-se, assim, uma espécie de “teatralidade” dentro dos órgãos de informação. O género de programa que o telejornal deve ser, quem será o apresentador, a ordem em que são apresentadas as histórias. Todo o valor de produção dos *mass media* contribui para uma certa distorção algo pessoal (dependendo dos produtores dos programas) das notícias, mas é importante reconhecer que estes processos estão intrinsecamente ligados ao relato, de todo, dos acontecimentos.

A noticiabilidade é, assim, o conjunto de elementos dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias. Qualquer notícia que passe para o telejornal terá de satisfazer um determinado grau de noticiabilidade.

2.6: Os valores-notícia

Os valores-notícia (*news values*) são uma componente da noticiabilidade e são o que avalia um acontecimento como algo interessante, significativo e relevante para que se torne uma notícia. Estes valores funcionam como complementos e, desta forma, um jornalista não escolhe um facto detentor de apenas um valor-notícia, mas sim de vários. Também é de notar que os valores-notícia estão presentes em todo o processo de criação de notícias, não só na recolha de informação/histórias.

Devido ao constante fluxo de informação que entra nas redações, examinar cuidadosamente as incontáveis histórias que vão parar às mãos dos jornalistas seria impossível de fazer eficientemente. É necessária uma rotina, um sistema, para esta avaliação e os valores-notícia servem para complementar e melhorar a face rotineira do jornalismo.

A escolha de determinados valores-notícias segue diversos critérios:

- 1: Fácil e rápida aplicação para que a sua escolha seja simples para qualquer jornalista;
- 2: Flexibilidade face aos vários tipos de acontecimentos disponíveis;
- 3: Comparabilidade com outras notícias semelhantes;
- 4: Racionabilidade caso a notícia deva ser substituída por outra (essa troca teria de fazer sentido);
- 5: Eficiência de forma a garantir o necessário reabastecimento de notícias adequadas, com o mínimo dispêndio de tempo, esforço e dinheiro.

A escolha destes critérios também tem de se basear num consenso (embora hierárquico) entre os jornalistas que trabalham o fluxo de informação.

Embora a escolha dos valores-notícia pareça uma tarefa simples e rápida, o processo rotineiro esforça-se para ser o mais eficiente, flexível e complexo possível, de forma que a qualidade das notícias vá de mão em mão com a rapidez da sua saída.

Os valores-notícia também são dinâmicos, não sendo os mesmos dentro de todos os espaços temporais, socioculturais ou até organizacionais. Os valores vão sempre mudando consoante a própria mudança de realidade que os órgãos de comunicação têm de relatar. O que o jornal não considerava há 50 anos pode ser um fator imenso atualmente e certas seções do próprio jornal podem dar prioridade a diferentes valores, por exemplo.

Segundo Wolf, os valores-notícia derivam de pressupostos implícitos dentro da indústria, dos quais se podem destacar:

- 1: O conteúdo, ou seja, o que se pode transformar em notícia;
- 2: A disponibilidade do material e os métodos de produção e realização das notícias;
- 3: O público e a visão deste perante os jornalistas e vice-versa;
- 4: A concorrência entre vários órgãos noticiosos.

2.7: Critérios substantivos

Os critérios substantivos de uma notícia funcionam, segundo dois ideais importantes: a Importância e o Interesse da notícia.

A Importância é definida por quatro variáveis:

- 1: Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável (quer no que respeita às instituições governamentais, quer aos outros organismos e hierarquias sociais):

Quanto mais importante a pessoa, o país ou a instituição, mais necessária (para o público) é a cobertura de tais nomes.

- 2: Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional:

Quanto mais importante para o interesse do país, mais importante é para o público. Galtung e Ruge (1965) consideram isto como um valor-notícia denominado de “significância”. Golding e Elliot (1979) consideram que o valor-notícia de “proximidade” também está relacionado com esta variável, pois quanto mais próxima, geograficamente, mais impacto tem sobre a nação.

- 3: Quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento:

É de especificar que esta variável não se cinge apenas a “o acontecimento que envolve mais pessoas é o mais importante”. O estudo de Bergsma (1980) estabelece uma curiosa relatividade entre distância e quantidade de pessoas: quanto mais perto é o acontecimento, menos importante é o número de envolvidos (“(...) *por exemplo, um desastre aéreo ou uma catástrofe natural - que envolve um número limitado de pessoas mas que ocorre nas proximidades, é mais noticiável do que o mesmo tipo de*

acontecimento, que envolve mais vítimas mas que ocorre bastante mais longe” (Wolf, 1985, p.89)).

4: Relevância e significância do acontecimento para o futuro:

Sobre este critério Gans (1979), refere que a cobertura de um acontecimento que tenha várias etapas (uma campanha presidencial, por exemplo), terá sempre as primeiras etapas com uma cobertura mais detalhada, de forma a captar o interesse do público desde o início do evento. Mesmo que não se retirem resultados certos desse evento, desde que o leitor/espetador demonstre interesse, considera-se um sucesso.

Porém, o fator de Interesse revela um pouco mais de complexidade:

“O interesse da história está estreitamente ligado às imagens que os jornalistas têm do público e também ao valor/notícia que Golding e Elliott definem como «capacidade de entretenimento»” (Wolf, 1985, p.90).

As notícias mais insólitas e curiosas acabam por reter a atenção do público. Por muito mais aprofundada que seja a notícia, se esta não conseguir entreter o público, este acaba por se aborrecer, mudar de assunto e, assim, não sair informado.

Gans levanta, a partir daqui, alguns fatores que determinam este fator de noticiabilidade:

- 1: Histórias de cidadãos comuns encontrados em situações excecionais/insólitas, especialmente na sua vida privada;
- 2: Histórias onde verifique uma inversão no *status quo* (“o homem que morde o cão” (Wolf, 1985, p.90));
- 3: Histórias de interesse de cariz humanitário;
- 4: Histórias de conquistas heroicas/excecionais

2.8: Critérios relativos ao produto

O segundo grupo de valores-notícia refere-se à disponibilidade de materiais e às características específicas do produto informativo.

Segundo Elliot, a Disponibilidade diz respeito a saber o nível de acessibilidade e quanto o acontecimento necessita de ser tratado. Ou seja, quanto vai custar para cobrir este acontecimento:

“(…)se requer grande dispêndio de meios para o cobrir» (Golding -Elliott, 1979, 144).” (Wolf, 1985, p.90).

Golding e Elliot também falam, neste tópico, do critério de Brevidade:

“A brevidade, associada, por um lado, aos valores/notícia respeitantes ao produto, associa-se, por outro, ao mecanismo da selecção das notícias.” (Wolf, 1985, p.90). Ou seja, é necessário manter as notícias concisas para conseguir divulgá-las a todas.

A Atualidade (ou “*Recency*”) também é um valor-notícia importante, pois quanto maior é a proximidade temporal da agência de notícias a um acontecimento, maior é a qualidade da notícia.

“(...) as notícias devem referir-se a acontecimentos o mais possível em cima do momento da transmissão do noticiário» (Golding - Elliott, 1979, 121)” (Wolf, 1985, p.91).

Dentro da Atualidade cria-se um fator interno (“*internal novelty*”), que se refere à determinação interna do que é, realmente, atual. Se for atual para os jornalistas, que tratam dos vários acontecimentos, também deverá ser atual para o público:

“«Os jornalistas avaliam a actualidade pelo facto de uma notícia ser actual para eles próprios, assumindo que, se o é, sê-lo-á também para o público.» (Wolf, 1985, p.91).

Desta forma pode-se dizer que os jornalistas *criam* a atualidade.

Assim, como uma notícia tem de ser sempre atual, trazendo sempre novos fatores de que o público desconhece, repetir a mesma informação torna-se “tabu”, sendo este um fator a evitar dentro da redação. No entanto, isto não se aplica a todos os assuntos, pois uma cobertura consistente é necessária para certos acontecimentos. O fator de tabu de repetição é visto maioritariamente em situações de cobertura de histórias de política interna.

De seguida falemos dos fatores da atualidade operativa dos acontecimentos, que são os seguintes: Concorrência e Qualidade.

Para a Qualidade, Gans define cinco critérios:

1: Ação: “*A notícia é tanto melhor quanto mais ilustra, visualmente, uma ação, um momento de realce de um facto*” (citado em Wolf, 1985, p.92);

2: Ritmo: “*Nos casos em que a notícia é intrinsecamente desprovida de ação, procura-se torná-la menos aborrecida, recorrendo a vários processos de exposição ou apresentação*”;

3: Caráter exaustivo: “*Que pode significar que se fornece todos os pontos de vista sobre um assunto controverso, ou que se dá o mais possível de dados cognoscitivos acerca de um determinado acontecimento*”;

4: Clareza da linguagem: “*Tendo em conta que é impossível para o telespectador voltar ao que não compreendeu ou ao que não é claro*”;

5: Equilíbrio (*balance*): “*A composição equilibrada do noticiário no seu conjunto*”. Galtung e Ruge referem que, mesmo que não seja extremamente importante uma notícia pode passar para o noticiário (desde que seja recente), para assim equilibrar a composição global do programa. É preciso equilibrar a “balança” da transmissão com um número igual de informações em vários campos. O equilíbrio também pode dizer respeito a uma cobertura geográfica equilibrada (não cingir as notícias apenas a uma parte do país), o interesse geral do público, independentemente de faixas etárias ou a uma cobertura igualitária a todas as forças políticas ou partidárias.

2.9: A Concorrência

No que toca aos critérios relativos à concorrência, começemos com uma citação de Gans, que começa por explicar a corrida aos exclusivos, ou “caixas”, onde os jornalistas

defrontam-se para obter notícias exclusivas para os seus noticiários. A partir daí, criam “(...) pequenas ‘caixas’ sobre os pormenores» (Gans, 1979, 177)” (Wolf, 1985, p.94), para assim, atrair o leitor a ler o seu artigo, pois não o pode encontrar em mais lado nenhum.

No entanto, a corrida aos exclusivos cria problemas de fragmentação. Ao conseguir “arrancar” a notícia exclusiva das outras agências, a agência “vencedora” irá certificar-se que a sua história terá a sua marca, para garantir esta mesma vitória. Essa tal “marca d’água” pode resultar com que a notícia deixe de seguir os critérios jornalísticos mais básicos, tornando-se mais subjetiva

Outro critério de concorrência refere-se à geração de expectativas, onde as notícias são selecionadas, não porque são realmente interessantes para o público, mas por antecipação que as agências rivais façam a mesma escolha de histórias:

“(...) pode acontecer que unia notícia seja seleccionada porque se espera que os mass media concorrentes façam o mesmo.” (Wolf, 1985, p.94).

Ordens hierárquicas dos níveis superiores de uma agência, que quer manter-se em competição, podem resultar num pensamento comum entre todas, o que resulta, numa semelhança entre peças concorrentes:

“Finalmente, «as expectativas recíprocas transformam-se num laço comum: desencorajam as inovações na seleção das notícias, que poderiam suscitar objeções por parte dos níveis hierárquicos superiores, o que, por sua vez, contribui para a semelhança das coberturas informativas entre noticiários ou jornais concorrentes.»” (Gans, citado em Wolf, 1985, p.94).

Esta intensa rivalidade tem também como consequência “(...) o estabelecimento dos parâmetros profissionais, dos modelos de referência” (Wolf, 1985, p.94). Ou seja, a competição cria *standards* dentro dos órgãos comunicativos que tentam sempre superar-se uns aos outros.

Porém, nem todos os valores/notícia têm o mesmo fator de importância dentro de uma notícia. Por vezes é preciso saber ver além destes *standards* e saber escolher quais valores devem receber mais prioridade, senão o jornalista nunca conseguiria publicar uma notícia:

“Isso significa que a «transformação» de um acontecimento em notícia é o resultado de uma ponderação entre avaliações relativas a elementos de peso, relevo e rigidez diferentes quanto aos procedimentos produtivos.” (Wolf, 1985, p.95).

2.10: A relação com o público

Os critérios relativos ao público dizem respeito: “(...) ao papel que a imagem que os jornalistas têm do público pouco desejam fazê-lo” (Wolf, 1985, p.93). Ou seja, estes critérios debatem-se sobre a relação algo contraditória entre o jornalista e o seu público. Embora a tarefa do jornalista seja informar o público e mantê-lo atento, também não pode satisfazer todas as suas vontades:

“O seu dever é apresentar programas informativos, não é satisfazer um público; quanto menos se debruçarem sobre o público, mais atenção podem dar às notícias” (Gans, citado em Wolf, 1985, p.93).

No entanto, embora queira distanciar-se do público, o jornalista acaba sempre por tê-lo, mesmo que parcialmente, em mente. Pois, de facto, o jornalista relata o que ele mesmo

acha que é benéfico para o público e separa a informação que recebe em prol da necessidade do público de a conhecer.

“«(...) o interesse do público é, em última instância, o árbitro do que é incluído nos noticiários e, por outro, à manutenção de uma atitude de autonomia».” (Schlesinger, citado em Wolf, 1985, p.93).

Assim, a imagem que o jornalista tem do público acaba por ser, segundo Schlesinger (1978), uma referência importante, mas subestimada, no mundo do *newsmaking*. Valores/notícia como a Qualidade/Clareza relacionam-se nesta relação. O jornalista escolhe a linguagem mais clara e fácil de entender quando noticia um acontecimento, de facto, em prol do público. E quando uma notícia tem a capacidade de ferir a suscetibilidade da audiência, esta é omitida ou, pelo menos, devidamente advertida.

2.11: As routines produtivas

As routines produtivas referem-se à: “(...) a descrição do contexto prático-operativo em que os valores/notícia adquirem significado.” (Wolf, 1985, p.96).

O fator principal das routines é o seu constrangimento, em termos de tempo na rotina diária de uma agência noticiosa. Quanto menos deste exista, mais pressão se cria dentro dos valores-notícia para serem aplicados corretamente. Desta forma, para tornar a rotina mais eficiente, o processo de criação de notícias divide-se em três fases: recolha, seleção e apresentação.

2.12: A recolha dos materiais informativos

Neste segmento, Wolf começa por referir os graus de recolha de material, comparando o meio televisivo e o de imprensa, que diz ser mais ativa que a televisão no que toca a recolher informação independentemente (“[O meio televisivo é] *mais dependente dos sistemas de recolha institucionalizados*.” (Wolf, 1985, p.96)).

Para o jornalismo televisivo, as notícias vão procurar os jornalistas e não o contrário. A informação que o jornalismo televisivo tem, então, para trabalhar é sobretudo algo que já foi trabalhado noutra local e reestruturado para se encaixar nos valores-notícia de determinada empresa. A partir daí, a informação dada às agências é trabalhada, de forma a tornar-se noticiável. Wolf refere que esta informação também já encontra, pelo menos parcialmente, já “transformada em notícia”. Assim, o jornalista apenas tem de fazer umas leves edições e já pode lançar a notícia.

Fundem-se aqui as fases de recolha e de seleção da rotina. Um exemplo disto é a transformação do diminuto despacho jornalístico numa notícia.

Outro fator da fase de recolha é a pressão de ter notícias importantes para dar ao público. Porém, nem sempre é possível ter as notícias mais atuais e relevantes. Existe sempre um estrito horário/programação a manter. Isso resulta na redação já ter conhecimento de diversas histórias passíveis de serem feitas em notícias *dias* antes de passarem no noticiário, mas dita informação ainda tem de ser propriamente editada e preparada para o grande dia:

“A fase de recolha dos materiais noticiáveis é influenciada pela necessidade de se ter um fluxo constante e seguro de notícias, de modo a conseguir-se sempre executar o produto exigido. Isso leva, naturalmente, a que se privilegie os canais de recolha e as fontes que

melhor satisfazem essa exigência: as fontes institucionais e as agências.” (Wolf, 1985, p.97).

2.13: As fontes

Segundo Wolf, existe um choque entre os dois tipos de fontes: as fontes propriamente ditas e as agências de informação (“*A exposição dos problemas relativos às fontes divide-se em duas partes distintas: a primeira, referente às fontes propriamente ditas, e a segunda, às agências de informação.*” (Wolf, 1985, p.98)). Enquanto as fontes tradicionais são independentes e voláteis, dependendo das pessoas que o jornalista consiga encontrar no terreno, as agências orgulham-se da sua confiabilidade, pois não só recolhem a informação, como também a trabalham e a tornam em “unidades-notícia”, pronta a entregar à redação/estação.

Existem diversas categorias de fontes:

- 1: Fontes institucionais/oficiosas
- 2: Fontes provisórias
- 3: Fontes ativas (forte relação com o órgão de comunicação)
- 4: Fontes passivas (fraca relação com o órgão de comunicação)
- 5: Fontes centrais
- 6: Fontes de base
- 7: Fontes territoriais

“O aspeto mais importante é que a articulação das fontes não é de modo nenhum casual ou arbitrária” (Wolf, 1985, p.98). O processo é circular e complexo, exigindo, pelas palavras de Schlesinger e Gans, um “jogo da corda” entre as fontes, público e o órgão de comunicação no que toca a “moldar a realidade” através das notícias.

Gans exemplifica que o poder (maioritariamente político) da fonte é um fator determinante no seu envolvimento com o mundo jornalístico, o que faz com que a notícia se torne em algo de cariz “(...) *excepcional, rutura da norma, desvio*” (Wolf, 1985, p.98), pois pode ser facilmente “presa” por algo ou alguém com influência suficiente.

De onde, então, se origina esta “distorção” no desejo e obtenção de fontes? Gans refere que as fontes e os jornalistas tentam sempre alcançar-se uns aos outros, para seu próprio benefício, embora as fontes tenham sempre vantagem nesta transação. E assim, ele refere quatro fatores de interesse que os *jornalistas* possuem para as *fontes*:

- 1: O incentivo que o jornalista pode dar à fonte para esta se decidir a cooperar com ele;
- 2: O poder do jornalista;
- 3: A sua credibilidade;
- 4: A proximidade, tanto social como geográfica, ao próprio jornalista.

Gans acrescenta que o quarto fator é o mais importante, referindo-se a grandes instituições e grupos de poder, que têm poder de planeamento e porta-vozes que dão a informação que os jornalistas querem, de forma atempada.

E no que toca à questão inversa, do interesse que as *fontes* têm para os *jornalistas*, este divide-se nos seguintes fatores:

- 1: A confiabilidade da fonte
- 2: A capacidade de produzir material suficiente para a notícia
- 3: A credibilidade da fonte (quanto menos o jornalista ter de controlar a fonte, melhor);
- 4: A garantia da honestidade da fonte;
- 5: A respeitabilidade entre os dois grupos (o que resulta numa “(...) preferência em procurar fontes oficiais/autoritárias [/com autoridade] “(Wolf, 1985, p.99)).

O processo de interação com as fontes não é sempre simples e, por vezes, exige conversação e negociação entre jornalista e fonte para que um acontecimento seja noticiado.

No que toca ao contato com as fontes, este é feito por:

- Jornalistas especializados (detém conhecimento sobre a matéria a discutir com a fonte)
- Jornalistas não-especializados (entram na conversa com a fonte por outros motivos):

Muitas vezes, as fontes abordadas pelo jornalista especializado acabam por se tornar contactos regulares para o profissional. No entanto, Gans refere os perigos que existem em manter essas relações. É importante não depender demasiado de uma só fonte, senão, caso o jornalista a perca, maior será o dano para o seu trabalho:

“(...) «os correspondentes devem calcular com frequência os custos e as desvantagens que há em antagonizar as suas fontes com uma notícia, decidindo se a devem ou não publicar, de forma a manterem intacta a relação» (Gans, 1979, 134)” (Wolf, 1985, p.100)).

Já na situação dos jornalistas não-especializados, a falta de intimidade com as fontes devido à falta de conhecimento prévio sobre o assunto faz com que os jornalistas, nestas situações, procurem fontes com mais autoridade: outras pessoas no ramo do jornalismo:

“«Quando os repórteres observam uma atividade qualquer, acrescentam outros repórteres à lista das fontes. Todas as vezes que acompanhei os repórteres na feitura de peças, reparei que eles passavam a maior parte do tempo possível com colegas» (Gans, 1979, 139)” (Wolf, 1985, p.100)).

A isto chama-se de “confraternização” e através desta prática, reduzem-se as dúvidas sobre a validade de uma determinada informação, pois esta está a ser verificada pelos nossos colegas e vice-versa. O jornalista confia nesta fonte de informação sistemática e rotineira porque ele mesmo é originário desse mesmo ambiente. Qualquer fonte exterior leva consigo, para estes jornalistas, um fator de incerteza.

2.14: As agências

Sobre as agências, Wolf cita Cesareo (1981) sobre a importância, tanto quantitativa, como qualitativa que estas detêm:

“As grandes agências de imprensa, supranacionais ou nacionais, constituem indubitavelmente a «fonte» mais notável de materiais noticiáveis (...).” (Wolf, 1985, p.102).

Golding e Elliot distinguem três aspetos das agências:

1: As agências são insubstituíveis, até em termos económicos. Para muitos jornais, as agências são a sua única ligação a informação exterior/do estrangeiro e é muito menos dispendioso ter uma assinatura com uma agência do que manter contactos individuais longínquos. Isto resulta nas agências terem grande poder no que é ou não é notícia;

2: A existência de agências reforça os critérios de noticiabilidade por redações espalhadas pelo mundo. Ao manter contacto com as mesmas agências, Redação X, que se situa nos EUA, tem os mesmos critérios e valores/notícia da Redação Y, baseada no Reino Unido, por exemplo;

3: As agências agem como um “primeiro alarme” para os órgãos de comunicação. Após estes descobrirem que a sua fonte está a virar a sua atenção para um determinado evento, as redações podem enviar imediatamente os seus agentes para cobrir o evento também.

No entanto, a confiança nas agências não é cega e Wolf refere que existem “(...) *critérios de avaliação da credibilidade e autoridade das agências, que se refletem nas modalidades de utilização e nos procedimentos de controlo das notícias de agência.*” (Wolf, 1985, p.103). Wolf acrescenta a esta ideia ao referir o uso do critério de “duas agências” que as redações da BBC usavam para confirmar a veracidade de dados. Se fosse confirmado por despachos de duas agências separadas, então era verdade. Porém, esse critério foi caindo em desuso após os anos 1970 e quaisquer dúvidas sobre um acontecimento eram dadas como informação de fontes não confirmadas.

Diferentes agências são vistas de forma diferente pelas redações. Algumas detêm muita credibilidade e são as favoritas, enquanto outras podem ser vistas como “oportunistas” ou “sensacionalistas”. A relação entre os jornalistas e as agências baseiam-se, assim, em experiência e confiança.

Diferentes agências oferecem diferentes serviços e diferentes serviços têm diferentes níveis de procura. Habitualmente, e principalmente nas estações televisivas, é mais procurado material filmado e as agências que oferecem isso são as mais procuradas. O resto da informação passa para segunda prioridade.

2.15: A agenda de serviço

A agenda de serviço, como se pode ver pelo nome, é algo mais direccionado para o *futuro*. É constituída pelos eventos que os jornalistas têm a certeza de que vão acontecer e que se estão a preparar para cobrir. Com isto não estou a dizer que os jornalistas preveem o futuro, mas refiro-me, sim, a histórias que já estão agendadas para acontecer, na sua maioria, de natureza política e/ou judicial, como um debate ou um caso de tribunal.

No entanto, a agenda de serviço não é vista com bons olhos pela maioria da comunidade política, pois pinta a imagem de que o jornalista é apenas outro espetador do

acontecimento e está a dá-lo em público em segunda mão, ao invés de ter um papel mais ativo na perseguição e desenvolvimento da história.

Embora Wolf defenda que a agenda de serviço é uma mais-valia em cada redação (“*A agenda de serviço é um documento-chave em cada redação.*” (Wolf, 1985, p.105)), não deixa de admitir que, pela sua natureza da previsão de acontecimentos, a agenda assemelha-se mais a um guião da atualidade, feito no passado para definir o futuro (“*A agenda de serviço é a encenação implícita das notícias.*” (Wolf, 1985, p.105)).

Resumindo, em vez do jornalista trabalhar com o que está a acontecer ou aconteceu, trabalha com o que prevê que vaia acontecer. E com os avanços na tecnologia e trabalhos de pesquisa tornando-se cada vez mais fáceis nesta era digital e de webjornalismo, criar uma agenda de serviço, para determinar a rotina diária de notícias, torna-se mais comum.

Um exemplo de uma agenda de serviço que Wolf refere é o “*Day Book*”, da *Associated Press* e *United Press International*, ambas agências jornalísticas dos Estados Unidos.

Ao usar as agendas, os órgãos de comunicação conseguem noticiar acontecimentos cada vez mais atuais. Estes acontecimentos só conseguem noticiados tão rapidamente porque foram previstos ou esperados, de facto, dentro da agenda de serviço.

Mas abusar da agenda de serviço torna as notícias muito previsíveis, seguras e semelhantes entre as agências, destruindo o fator de concorrência do qual tinha falado anteriormente. Se todos estiverem a ler do mesmo horário, como irão, de facto, produzir algo diferente entre si? Mudar o que todos sabem que aconteceu seria um erro terrível. E assim, as agendas são consideradas prejudiciais a um bom jornalismo de investigação, com pesquisa independente, onde o jornalista não se deixa levar pela facilidade de seguir, cegamente, uma agenda pré-criada para si.

2.16: A seleção das notícias

Complementando o que expliquei no ponto 2.4, Wolf cita Golding, no que toca ao tópico de seleção de informação “*newsworthy*”, referindo que a seleção de notícias, a partir de todos os acontecimentos que ocorrem durante o dia, dá-se após um processo de “*«(...) triagem e a organização do material que chega à redação (...)*» (Golding - Elliott, 1979, 102)” (Wolf, 1985, p.106).

No que toca à escolha de um acontecimento, na maior parte das vezes, dita escolha depende se a história pode ser contada a partir de um ponto de vista que possa ser percebido pelo público, em geral, ou seja se a história é noticiável, ou relatável (“*Muitas vezes, a escolha de um acontecimento coincide com a individualização de uma «feição» particular ou de um ponto de vista segundo o qual esse acontecimento pode ser relatado, noticiado*” (Wolf, 1985, p.107)).

Mas, além da noticiabilidade, a escolha de histórias também depende de outros critérios, como a eficiência, relevância ou o tempo de produção necessário para montar a notícia. Dentro da redação ou estação televisiva o tempo é precioso, por isso tem de se escolher as histórias que possam valer o máximo de qualidade, a partir do mínimo de tempo desperdiçado a tratá-las:

Dependendo dos critérios, fontes, agências, routines e valores/notícia utilizados pela redação, certas notícias podem ser prioritárias ou adiáveis. O esquema de notícias e a ordem pela qual serão apresentadas é um importante e constante tema de discussão nas redações.

2.17: O *editing* e a apresentação das notícias

Neste tópico, Wolf cita Altheide (1976), no que toca à espécie de “ilusão” que as agências de notícia têm de criar. Anteriormente referi que as agendas de serviço são vistas de forma negativa, pois fazem com que os jornalistas apenas relatem notícias já agendadas num horário. O jornalista não pode apenas relatar notícias já escritas, tem de as *criar*. Mas este processo de criação não pode ser explícito na notícia em si, senão seria fácil para o público acusar o jornalista de apenas criar, do nada, a história que quis, pessoalmente, mostrar e não contar a história que foi pesquisar no local e construiu, após essa mesma pesquisa:

O processo de *editing* reverte o trabalho realizado *a priori* para escrever a notícia, de forma a *apresentá-la* da maneira mais “natural” possível para o público. O tratamento de uma história retira-a e despe-a do que a tornava algo do mundo exterior e transformá-la em algo do mundo do noticiário.

A partir daí, pode-se adicionar qualquer “maquilhagem” para dar à notícia o impacto que não teve, propriamente na realidade, mas que tem agora no noticiário. Com isto, Wolf não quer dizer que as notícias são falsificadas, mas que a ordem em que são apresentadas e os recursos em volta disso, como filmagens ou entrevistas, vão mostrar ao público o ênfase que o órgão de comunicação quer que essa notícia tenha para ele.

Gans também salienta o papel do público na construção da notícia, no que toca à facilidade com que consomem a notícia e a sua relação com o jornalista, baseando-se em fatores de importância, interesse e compreensão da notícia para com o leitor/visualizador e o papel de “professor” que o jornalista deve ter, ao relatar a notícia:

A criação, escolha e apresentação de notícias baseia-se, assim, na confiança que o jornalista tem do público e na importância que dada notícia terá para as massas, sendo preciso, também, um certo fator de intuição, que está implícito por parte das escolhas do jornalista. Chama-se a isto a capacidade de “faro” do jornalista.

3: O ciberjornalismo e sua diluição

3.1: Pilares Diluídos

3.1.1: Rotinas e Pressões

Entrando o jornalismo para uma era mais virtual, levanta-se a questão da possível diluição dos valores essenciais do jornalismo, dentro deste novo ambiente. Na sua obra,

Hélder Bastos (2013) estuda essa possibilidade de distorção de valores dentro, mesmo, da produção jornalística, o núcleo da atividade de redação:

“Esta diluição tem como principal consequência a perda generalizada da qualidade do jornalismo produzido nas redações digitais.” (Bastos, 2013, p.1).

Neste paradigma virtual, muito mais rápido e onde se exige uma maior interdisciplinaridade, o autor refere que o jornalista facilmente se perde em tratar de notícias de rotina, de forma automática, em vez de tratar das suas próprias peças:

“Quando passa a trabalhar numa redação digital, o jornalista tende a ser enquadrado num conjunto de rotinas de produção, mais de carácter técnico do que propriamente jornalístico, que o afastam da possibilidade de recolher informação pelos seus próprios meios, de seleccioná-la, de redigi-la, de colocá-la em contexto, de preparar os seus textos ou montar as suas peças.” (Bastos, 2013, p.2).

De facto, o ritmo mais rápido da era virtual faz com que o ciberjornalista tenha uma agenda muito mais preenchida, pois afinal, “consegue” fazer mais trabalhos mais “rápido” e “facilmente”. Tudo o que exija mais atenção e cuidado fica para segundo plano após o que é massivamente produzível e isso tornou-se algo geralmente aceite dentro da redação:

“Como efeito negativo colateral, o cultivo de fontes próprias, um processo que exige disponibilidade, tempo e contactos pessoais regulares, vê-se também relegada para segundo plano, quando não esvaziada por completo, face às múltiplas urgências do imediato.” (Bastos, 2013, p.2).

Este ritmo constante e algo alucinante, traz consigo uma queda no rigor dos valores jornalísticos anteriormente tão prezados, como a verificação de fontes e factos. Esquecida nos horários cada vez mais curtos dentro das agências jornalísticas, começa-se a sentir que uma notícia apresentada mais rapidamente que a redação concorrente é mais importante do que uma estória bem trabalhada. O que, por si, começa a ferir a credibilidade das notícias, pois o público começa a descobrir os buracos que os jornalistas apressados, não conseguem tapar. Segundo Bastos, criam-se, assim, dois problemas: o de “verificação nula” e o de “verificação cega”.

3.1.2: O novo *gatekeeper*

Fora de valores/notícia como a Instantaneidade e a Concorrência, o papel do jornalista como *gatekeeper* também tem vindo a sofrer nesta era virtual. E isso cinge-se ao facto de que, dentro da internet, ser *gatekeeper* já não é algo restrito somente ao jornalista. Toda a gente com um simples motor de busca pode verificar as fontes e determinar, por si mesmos, o que é ou não é importante. Segundo Singer (2007), o *gatekeeper* tradicional deixa de ser único com este poder:

“Na rede, o jornalista deixou de ser o gatekeeper para ser um gatekeeper entre muitos outros (SINGER, 2007).” (Bastos, 2013, p.4).

No entanto, esta nova liberdade para os leitores pode ser algo intimidante. Ter toda esta informação disponível pode transformar uma simples pesquisa num turbilhão de informação, da qual o leitor normal não sabe bem como distinguir o que é importante do que não é:

“Esta disponibilidade espacial tendencialmente infinita acaba por se transformar num potencial obstáculo para os leitores, pois a cada segundo que passa são disponibilizadas milhares de notícias na Web.” (Canavilhas, 2010, p. 4).

Felizmente, Singer também refere que, a partir daí, o acesso dos leitores às várias fontes causa uma mudança no papel do jornalista, que se adapta a esta nova realidade: em vez de fazer *gatekeeping* do que não acha importante, os ciberjornalistas começam a guiar o leitor a encontrar, na sua livre exploração da *web*, o que tem, realmente, qualidade:

“«A obrigação ética dos jornalistas torna-se ajudar os cidadãos a encontrar e compreender a informação em que podem confiar; jornalistas em tal ambiente tornam-se não porteiros, mas criadores de sentido. O ênfase passa de regular a quantidade de informação que entra no discurso público, para garantir a qualidade de, pelo menos, parte dessa informação.» (SINGER, 2007: 45).” (Bastos, 2013, p.4).¹

Às palavras de Singer junta-se o estudo de Bruns (2003), no que toca à criação de um termo para denominar este novo *gatekeeper*: o *gatewatcher*:

“Esta realidade permite verificar que à primeira acção de *gatekeeping* dos jornalistas, segue-se uma segunda protagonizada por utilizadores de referência, porém esta segunda acção de selecção apresenta características diferentes da anterior: já não se trata de seleccionar/resumir informação, mas sim de indicar pistas de leitura. Bruns (2003) chamou a esta actividade ‘*Gatewatching*’ referindo que ela ‘*completes the shift from a focus on summarising the information contributed to a news story by a variety of news sources (...) In other words, gatewatchers fundamentally publicise news (by pointing to sources) rather than publish it (by compiling an apparently complete report from the available sources)*’” (Bruns, citado em Canavilhas, 2010, p.5).

3.1.3: “Novas” redações

Outro efeito da mudança para o ciberjornalismo é a crescente sedentarização do jornalista, que fica a trabalhar no computador, a partir de casa ou escritório, quase exclusivamente:

“As saídas em reportagem são, em muitos casos, praticamente nulas.” (Bastos, 2013, p.5).

3.2: A diluição da “ideologia do jornalismo”

Neste tópico, Bastos cita Deuze (2007) ao referir o núcleo chamado de “ideologia de jornalismo”, que funde os diversos valores e tarefas que o jornalista deve ter perante o público, tais como o de *watchdog*, o de escritor objetivo, autónomo, instantâneo e detentor de forte ética e como estes ideais têm vindo a ser desafiados nesta nova era digital.

¹ «*Journalists’ ethical obligation becomes helping citizens find and understand information they can trust; journalists in such an environment become not gatekeepers but sense-makers. The emphasis shifts from regulating the quantity of information that enters public discourse to ensuring the quality of at least some of that information.*»

Bastos acrescenta que esta distorção na ideologia de jornalismo, que destrói a objetividade das notícias pode ser atribuída a vários fatores como: o crescimento do jornalismo amador, a maior automatização das notícias dentro das redações online, o aparecimento de fontes duvidosas *online* e, talvez mais importante, a crescente onda de subjetividade que se encontra nos jornalistas autores de blogues digitais.

3.3: Aspetos sobrevalorizados

Embora vários fatores exteriores tenham contribuído para a diluição dos valores jornalístico, as próprias redações também são culpadas de vários erros, na sua eterna perseguição de notícias rápidas, dentro de um ambiente feroz, como referi anteriormente:

“A par de outros factores, a concentração de esforços na instantaneidade cria condições para a diminuição do rigor e o aumento da superficialidade” (Bastos, 2013, p.7).

O apego a este jornalismo quase sobre-humano faz com que alguns valores menos bons sejam sobrevalorizados dentro dos espaços de trabalho, que se tornam cada vez mais diminutos, começando pela expectativa de que os jornalistas dominem várias técnicas multimédia, como criação de gráficos, sites e vídeos.

Como resultado desta interdisciplinaridade apressada, nasce um menor foco nas habilidades tradicionais e básicas de investigação e criação de notícia:

“Mais do que a apresentação de notícias ou reportagens bem trabalhadas do ponto de vista jornalístico, tem vindo a privilegiar-se a procurado melhor grafismo, das melhores opções de usabilidade dos sites, de preferência imitando os melhores sites noticiosos internacionais, do melhor efeito visual e narrativo nas (escassas) reportagens multimédia, do último grito em produção Flash, do vídeo de curta duração que complementa o texto da agência, dos ícones ou aplicações da moda visíveis na homepage.” (Bastos, 2013, p.8).

Porém, as habilidades multimédia dos jornalistas não são os únicos requisitos que se têm tornado multifacetados dentro dos órgãos de comunicação. A disseminação de conteúdos também tem evoluindo desta maneira. Hoje em dia, uma redação, quer de imprensa, quer televisiva ou de rádio, não fica apenas pela sua plataforma de origem. Muitas destas agências possuem *websites* e querem mantê-los constantemente atualizados.

Isso acaba por causar, porém, uma certa semelhança através de todas as plataformas. Todas as notícias parecem iguais, com pouca edição entre elas para as conseguir distinguir, fazendo parecer, para o público, que as redações apenas fazem “*copy-paste*” barato de uma singular estória através de várias plataformas.

Fere-se, assim, a integridade de qualquer conteúdo encontrado dentro destes *sites* que, para o público, parecem estar somente a seguir uma nova moda. Não existe profundidade em muito deste conteúdo, pois é, de facto, algo deixado para depois, já que não é o meio principal destas redações já muito ocupadas:

“A adesão entusiástica às novas tecnologias parece ter como principal combustível a crença na salvação futura do negócio das notícias, mas, em geral, não é acompanhada pela concepção de estratégias de fundo.” (Bastos, 2013, p.8).

E esta falta de zelo no seu *newsmaking* virtual acaba por ferir, não só as notícias que publicam, mas também a própria integridade e identidade dos ciberjornalistas, quer de raiz, quer de “*part-time*” (vindos do jornal, TV, rádio):

“O ciberjornalismo tende a ser visto, tanto interna como externamente, como jornalismo de segunda categoria, algo que acaba por se refletir de forma negativa na auto-estima de quem nele trabalha.” (Bastos, 2013, p.9).

3.4: Razões para a diluição

O que, então, está na origem desta diluição? O que faz com que estes valores/notícia e os esforços dentro das redações diminuam de tal forma? Bastos refere que a origem destes problemas tem um cariz empresarial, que vem de corporações que não percebem completamente este novo paradigma virtual, mas entram mesmo assim, para este ambiente mais popular:

“No cômputo geral, as empresas parecem nunca ter tido uma percepção clara da Internet e das suas implicações e, menos ainda, das estratégias a adotar consoante as circunstâncias e o momento histórico.” (Bastos, 2013, p.9).

Esta visão hesitante das empresas sobre se devem ou não investir na Internet, devido ao seu escasso conhecimento sobre o seu potencial, reflete-se em ciberjornalistas também hesitantes, já que a sua formação também não é das melhores. Muitas universidades ainda não conseguem formar *ciberjornalistas* tão efetivamente como *jornalistas* tradicionais e isso reflete-se num ciberjornalismo que fica aquém dos modelos mais assentes na sociedade:

“Em suma, o enquadramento empresarial dos ciberjornalistas foi-lhes sobremaneira desfavorável e criou as condições para uma certa atrofia profissional.” (Bastos, 2013, p.10).

“A agravar estes factores, a quase completa ausência de formação profissional dos ciberjornalistas, fosse providenciada pelas empresas, fosse procurada no exterior, em escolas ou universidades, pelos próprios profissionais. Entre jornalistas e ciberjornalistas, poucos foram os que puderam beneficiar de formação que os preparasse melhor para enfrentar os desafios colocados pela vertiginosa aceleração provocada pela expansão da Internet e a chegada dos paradigmas da convergência.” (Bastos, 2013, p.10).

No entanto, nem tudo é negativo. João Canavilhas, na sua obra “*Nuevos medios, nuevos ecosistemas*” (2015), defende que, apesar de todos os desafios que as novas tecnologias apresentam aos jornalistas de hoje, é preciso encará-los de forma positiva e adaptativa:

“Apesar do contexto negativo, o sector tem nestes novos meios a oportunidade de reciclar conceitos antigos e adaptar-se a uma realidade em que a possibilidade de distribuir informação personalizada é uma mais-valia. A informação feita à medida, ou seja, a informação em contexto, é atualmente a forma de aproveitar as possibilidades dos meios de comunicação social e responder às expectativas dos utilizadores. Oferecer informações relevantes, capazes de se adaptar às necessidades de informação de cada utilizador, em qualquer lugar e no momento certo é uma possibilidade real.” (Canavilhas, 2015, p. 5)

4: Hipertextualidade no jornalismo

4.1: Introdução

Esta secção irá basear-se do texto “*Hipertextualidade: Novas arquiteturas noticiosas*”, de João Canavilhas, encontrada na obra “*Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*” (2014).

Primeiro, é importante salientar a importância do texto tradicional. João Canavilhas refere que a base de todo o webjornalismo é, de facto, o seu texto:

“No que concerne às questões técnicas, deve salientar-se que o texto foi sempre a melhor opção por se tratar de um conteúdo menos exigente em termos de velocidades de acesso.” (Canavilhas, 2014, p.9).

Canavilhas destaca aqui a evolução da velocidade da Internet, desde os primitivos dispositivos de *dial-up*, na época do virar do milénio, até às ligações de banda larga atuais. Na passada época de ligações mais limitadas, o texto era o veículo de partilha de informação mais eficiente.

Esta eficiência não está apenas presente no meio histórico: também se identifica no meio económico (certas regiões não conseguem pagar serviços de Internet complexos o suficiente para suportarem formatos mais pesados, como imagens e vídeo), e no meio humano (os órgãos de comunicação conseguem despender menos recursos ao encher as redações com várias pessoas especialistas em apenas *um* aspeto tecnológico).

4.2: Do texto ao hipertexto

O processo de evolução do texto para hipertexto é explicado no estudo de Theodor Nelson, na década de 1960, onde o autor levanta a possibilidade de um texto como um conjunto de peças, ou “blocos” de informação que, assim que reunidos e ligados por determinados laços, criam uma obra completa, uma “tessitura informativa”, que é o hipertexto.

O estudo de Nelson é complementado por ideias de outros autores:

-Nielsen (1995), que destaca a ideia de usar os *links* para deixar o utilizador ligar os blocos, ou “nós” que desejar, na sua navegação virtual livre, sem caminho pré-feito:

-Landow (1995) adverte para a facilidade de se criar um caos se o leitor se perder no meio de todos estes blocos textuais isolados, como um puzzle por terminar:

-Moraes e Jorge (2011), que definem o hipertexto como “(...) *um modo de organização textual cuja função é unir sentidos*” (p. 107)” (Canavilhas, 2014, p.11).

As ideias de Moraes e Jorge relacionam-se com as preocupações de Landow. Para prevenir que o texto se descontrole, os blocos de hipertexto devem de possuir uma funcionalidade de contextualização para o todo da informação, de forma a servirem de guia para o leitor:

“(...) embora se insista na importância da não sequencialidade do hipertexto para possibilitar diferentes itinerários de leitura, defende-se que cada bloco informativo se autoexplique e seja relacional, isto é, tente ajudar o leitor a situá-lo no contexto temático e na macroestrutura do documento.” (Canavilhas, 2014, p.11).

4.3: Blocos informativos

O bloco informativo, ou “nó”, como Lévy (1993) o denomina, aplica-se a todo o tipo de conteúdo, quer seja texto, imagens (fixas ou em movimento), som e infografias.

Para realizar isto, estes blocos de informação devem possuir, antes de tudo, um grau de flexibilidade no que toca à dimensão do seu texto, o fator primário de qualquer informação jornalística. Um texto flexível existe para tornar a leitura do conteúdo o mais confortável possível para o leitor, não podendo ser demasiado longo ou demasiado curto:

Além deste fator de adaptabilidade, Canavilhas refere-se ao estudo de Mitra (1999), ao referir que o hipertexto também tem de ser descentralizado, ou seja, o início e fim de determinada linha de informação não é tão aparente como parece, os blocos de informação não possuindo um centro definido, podendo o leitor começar pelo meio da história e ir tanto para a frente como para trás nos nós informativos:

Cria-se aqui uma “leitura dinâmica” da notícia. Saltando de um bloco informativo para outro, o leitor consegue identificar os vários prismas da leitura, mas nunca se deve perder do contexto geral da notícia como um todo. Deve guiar-se, como refere Aarseth (1992), por uma “marca” geral que age como uma bússola central, através de todos os blocos informativos, que referiam a ordem de chegada de cada bloco, mas não, necessariamente, a ordem pela qual devem ser lidos:

“O objetivo não é impor uma ordem de importância na perspetiva do jornalista, mas dar indicações sobre a forma como a notícia chegou à situação descrita no bloco informativo onde o leitor se encontra.” (Canavilhas, 2014, p.13).

4.4: Os tipos de hiperligações

Uma hiperligação, ou “link” (Landow, 1992) é caracterizada como sendo o laço que une dois blocos informativos. Canavilhas refere, através dos estudos de Salaverría (2005), que estes *links* têm funções específicas a cumprir dentro do hipertexto: a função documental, em que os *links* oferecem determinados pormenores sobre uma história, que permite ao leitor mergulhar mais fundo nela através de informação cada vez mais específica; e a função narrativa, que se refere à leitura dinâmica dos vários blocos que referi anteriormente.

A partir destas funções, Salaverría identifica quatro tipos de hiperligações:

- 1: Hiperligações documentais: “(...) ligação a blocos com informação de contexto existente no arquivo da publicação” (Canavilhas, 2014, p.13);
- 2: Hiperligações de ampliação informativa: “(...) ligação a blocos de contexto, mas neste caso de informação contextual recente” (Canavilhas, 2014, p.13);
- 3: Hiperligações de atualização, que: “(...) como o próprio nome indica, liga a blocos com informações atuais sobre o acontecimento” (Canavilhas, 2014, p.13);
- 4: Hiperligações de definição: “(...) ligação a blocos de informação mais específica e aprofundada.” (Canavilhas, 2014, p.13).

Finalmente, Canavilhas traça a diferença entre hiperligação embutida/interna e hiperligação em menu/externa. Enquanto a embutida é revestida com informação

encontrada *dentro* do bloco informativo, a de menu vai buscar títulos de blocos relacionados com o género da notícia para complementar o bloco principal (por exemplo, numa notícia de assalto a um banco, deixa-se a ligação para outros blocos de notícias de assalto perto do bloco central da notícia inicial).

4.5: Hiperligação como ferramenta de escrita hipertextual

“As técnicas de redação jornalística e a linguagem utilizada na imprensa generalista procuram simplificar a informação até ao ponto de ser perfeitamente entendível pelo chamado ‘leitor médio’” (Canavilhas, 2014, p.25).

Canavilhas refere que, para atingir esta informação de fácil entendimento, são necessárias regras. Ele levanta a ideia de uma aliança entre uma “gramática hipertextual” e uma “gramática multimédia”, que possa evoluir a leitura da estória para o nível “hiper-multimediático”:

A primeira regra cinge-se na distribuição homogénea das hiperligações ao longo do texto, para ajudar o manter o leitor apressado bem seguro à notícia, sem lhe perder o rumo:

“Nielsen & Morke (1997) recomendam que as hiperligações tenham uma distribuição homogénea ao longo do texto porque funcionam como âncoras ao impedir o leitor de fazer a chamada “leitura na diagonal”, saltando linhas de texto.” (Canavilhas, 2014, p.25).

Já a segunda regra é saber sempre indicar a direção de uma hiperligação para o leitor, através de etiquetas na notícia, que lhe digam o próximo destino, por meio de texto ou ícones:

“Neste caso, é sugerido que as hiperligações sejam acompanhadas por uma etiqueta em rollover que indique o tipo de conteúdos usado ou, em alternativa, sejam utilizados elementos não-verbais (ícones) que indiquem o tipo de conteúdo, situação que gera mais satisfação nos utilizadores (Guastello, Traut & Korienek, 1989).” (Canavilhas, 2014, p.25).

A terceira regra tem a ver com a importância de saber onde colocar a hiperligação no texto, principalmente se este *link* levar o leitor a outro bloco textual:

“(…), o local onde se coloca a hiperligação é importante, sobretudo quando o bloco informativo de destino é outro texto.” (Canavilhas, 2014, p.26).

Finalmente, a quarta regra dita que a hiperligação tem de ser sempre clara sobre onde levará o leitor. Por exemplo, numa notícia sobre incêndios, uma hiperligação que leve o leitor para outro caso recente deverá estar sempre marcada de forma que ele saiba que, ao carregar nesse *link*, irá para, de facto, outro caso de incêndio (Ex: “O incêndio florestal em vila X não foi o único na região, sendo que a vila Y também sofreu recentemente. Clique ‘aqui’ para mais informações...”):

“A inexistência de um ícone ou de uma etiqueta que assinala o tipo de bloco de destino não deve impedir o leitor de saber que tipo de conteúdo está associado à hiperligação.” (Canavilhas, 2014, p.26).

5: A Multimedialidade

Esta secção irá referir-se ao texto “*Multimedialidade: Informar para cinco sentidos*”, de Ramón Salaverría, também encontrado na obra “*Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*” (2014).

5. 1: Conceito

Segundo Salaverría, “multimédia” é mais que juntar som, imagem e texto. Isso apenas cobre uma ínfima fração do conceito e conseguir uma definição exata deste é uma tarefa complexa. A partir dos estudos de autores como Jankowski, Hansen Opgenhaffen, Scolari e Cebrián Herreros, consegue sublinhar três aceções de multimédia:

- 1) Como multiplataforma
- 2) Como polivalência
- 3) Como combinação de linguagens

5.1.1: Multimédia como multiplataforma

Esta aceção refere-se à multimédia como a “(...) *coordenação logística de distintos meios de comunicação* (Willis, 1994; Deuze, 2004; Garcia Avilés & Carvajal, 2008; Karlson & Clerwall, 2011)”. Muitas vezes, determinados meios de um órgão de comunicação fundem estas diversas técnicas dentro das suas coberturas, criando uma estória mais complexa e profunda, chamada de “cobertura informativa multimédia”. Fundir múltiplas estratégias editoriais e comerciais é desejável dentro destas agências, pois conseguem, maioritariamente, um melhor resultado. Este método também se pode chamar de “*cross-media*”.

5.1.2: Multimédia como polivalência

A multimédia como polivalência refere-se a uma característica dos jornalistas e das redações, em geral, que já falei em pontos anteriores: o fator de multipolaridade do jornalista.

Segundo autores como Palomo (2004), Scolari (2008), Masip e Micó (2008), o jornalista que consegue ter em si vários, digamos, talentos, para realizar tarefas, para as quais eram preciso chamar outros profissionais, chama-se de “jornalista multimédia”.

A existência de jornalistas multimédia é necessária e atraente para as redações, pois não só conseguem acompanhar a curva de evoluções que a atual era digital nos traz, como também poupam custos ao tornar os seus trabalhadores “mestres de todos os ofícios”:

A partir de um prisma organizacional das empresas, existem três tipos de polivalência nestes jornalistas multifacetados:

- 1) Polivalência mediática: O jornalista trabalha, simultaneamente, em múltiplos meios comunicativos distintos;

2) Polivalência temática: O jornalista trabalha “(...) *sem nenhuma especialização informativa*” (Salaverría, 2014, p.28), podendo tratar de várias matérias, todas distantes umas das outras;

3) Polivalência funcional: Refere-se ao jornalista que desempenha várias tarefas distintas dentro da redação.

5.1.3: Multimédia como combinação de linguagens

A definição mais conhecida da multimédia, que é de “(...) *combinação de linguagens ou de formatos – texto, som, imagem, vídeo...*” (Salaverría, 2014, p.29), mas o autor refere-a como, simplesmente, “(...) *a combinação de pelo menos dois tipos de linguagem em apenas uma mensagem*” (Salaverría, 2014, p.30):

Embora o ambiente virtual contemporâneo seja um local propício para esta multimedialidade, não foi graças ao webjornalismo que esta disciplina conseguiu nascer. De facto, a multimedialidade já existia antes da era da Internet, Salaverría referindo que já existiam meios pré-digitais que ofereciam possibilidades de multimédia.

5.2: Elementos

Para implementar esta disciplina num artigo, é necessário saber coordenar os vários tipos de linguagem/métodos, que tradicionalmente, funcionavam em separado. Salaverría destaca que, com a chegada o meio virtual, a procura de escritores hábeis que saibam fundir as várias ferramentas, tanto escritas, como gráficas e audiovisuais, se tornou uma grande prioridade dentro dos órgãos de comunicação, que procuram explorar todo o potencial do webjornalismo.

Visto este vasto leque de formatos, o autor dividi-os em 8 elementos, ou “ferramentas” distintas, que vão além do tradicional “som, texto e imagem” que tinha tradicionalmente definido a multimédia:

1) Texto: A “coluna vertebral” (Salaverría, 2014, p.33) das peças multimédia. O texto age como o elemento de contextualização e documentação principal dentro de qualquer estória, oferecendo o conteúdo mais racional e interpretativo que o leitor pode querer;

2) Fotografia: “*Efetivamente, os meios digitais oferecem possibilidades formidáveis à linguagem fotográfica.*” (Salaverría, 2014, p.34);

3) Gráficos, Iconografia e Ilustrações Estáticas: Funcionando como “sinais eficazes de tráfego” (Salaverría, 2014, p.35), estas ferramentas existem para orientar o leitor da notícia para os vários caminhos que pode levar na sua pesquisa. Insere-se aqui o conceito de viagem entre blocos informativos hipertextuais que expliquei anteriormente;

4) Vídeo: Existem, realmente, dois tipos de vídeo jornalístico, o televisivo e o virtual. Enquanto o primeiro é mais longo e criado para ser visualizado de forma mais passiva, o vídeo virtual é muito mais curto e interativo para o visualizador, podendo este saltar as partes que não lhe interessam e manter-se constantemente atualizado nas notícias deste formato, se estas se encontrarem numa plataforma de vídeos que seja constantemente atualizada com novo conteúdo;

5) Animação Digital: Sendo mais complexo de criar do que um gráfico estático ou que a edição de um vídeo, esta ferramenta exige um trabalho mais lento e cuidadoso a partir do animador virtual, o que resulta com que este meio não seja muito utilizado em notícias de última hora, reservando-se para peças multimédia pouco urgentes;

6) Som: Dentro do formato de som, destacam-se duas modalidades, a da música/efeitos sonoros, e do discurso oral. Salaverría enaltece este formato, referindo que é graças a esta ferramenta que *“(…) é possível situar o utilizador no figurino apresentado através de outros formatos visuais (texto, fotografias, vídeos), ou intensificar a emotividade daquilo que se narra mediante diferentes efeitos sonoros e musicais.”* (Salaverría, 2014, p.36);

7) Vibração: Este elemento é o menos reconhecido nos estudos de multimédia, mas o autor lembra a sua importância e conjura possíveis usos futuros. Exemplos preponderantes, fora do jornalismo seriam o da vibração do telemóvel, para avisar da chegada de uma mensagem e, já mais no campo da arte, o uso da função *“rumble”*, nos comandos de videojogos, é um fator considerado essencial para melhorar a experiência desde os anos 90, com a inclusão do *“Rumble Pak”* nos comandos da velhinha Nintendo 64. Estas funções poderiam ser implementadas dentro do campo jornalístico, funcionando, talvez, como ferramenta de notificação para a chegada de uma notícia, ou para melhorar a experiência que o formato de vídeo poderia trazer.

5.3: Critérios de composição

Neste tópico, guiamo-nos pela ideia de Yaros (2009), no que toca à ligação dos elementos multimédia. Yaros refere que todos os componentes, ou *“ingredientes”*, devem estar cuidadosamente dispostos, para evitar a competição entre eles e ferir a integridade da peça multimédia, como um todo:

“O texto, o som, as imagens e o vídeo, assim como outros elementos que possam surgir no futuro, devem estar devidamente coordenados para que o resultado seja harmonioso.” (Salaverría, 2014, p.40).

Levanta-se, assim, a seguinte problemática: se lermos um jornal e ouvirmos o rádio ao mesmo tempo, conseguiremos captar as mensagens de ambos, que se encontram em dois elementos mediáticos diferentes? Haverá sempre um grau baixo ou grande de compatibilidade de dois ou mais elementos e o autor refere os seguintes critérios para determinar essa coordenação:

1: Compatibilidade: Utilização de elementos de seguimento simultâneo de fácil compreensão para o público. Aqui inserem-se as interações como a de entre a imagem e o som, entre a fotografia e o texto e entre o vídeo e o texto.

2: Complementaridade: Salaverría refere que, para fazer com que a complementaridade resulte, é necessária homogeneidade temática, ou seja, que todos os formatos multimédia se foquem no mesmo assunto, para facilitar a coordenação entre eles. Outro fator que facilita a complementaridade é a de homogeneidade da extensão dos formatos, ou seja, saber-se qual elemento destacar e quais deixar para segundo plano, com função de melhorar a ferramenta central (por exemplo, se uma peça destacar o formato de vídeo e

som, a ferramenta de texto, terá de possuir um papel menor, para assim, não sobrecarregar o visualizador;

3) Ausência de Redundância: Embora o autor defenda um certo grau de repetição entre os formatos de forma a contribuir para “(...) *a coesão geral de uma peça que, de outro modo, correria o risco de ser incoerente e fragmentária.*” (Salaverría, 2014, p.42), destaca que abusar de um formato irá sobrecarregar e aborrecer o leitor da notícia.

No entanto, existem exceções, como, por exemplo, uma gravação policial de uma chamada telefónica, como sugere o autor, onde aí, a repetição é necessária:

“(...) quando um elemento multimédia não acrescenta nada àquilo que se comunica através de outro elemento não deve ser utilizado. De outro modo, quando os elementos multimédia se complementam mutuamente não há nada de errado em utilizá-los em simultâneo.” (Salaverría, 2014, p.42);

4) Hierarquização: Este critério assemelha-se ao fator de homogeneidade da extensão dos formatos da complementaridade, pois defende que, em qualquer composição de notícia, um dos formatos terá de ser o protagonista perante todos os outros.

“Porém, a hierarquização não se traduz na eliminação de algum elemento multimédia por este ser desnecessário ou redundante. Muitas vezes, hierarquizar os elementos multimédia consiste, sobretudo, em determinar qual é a linguagem que melhor se adequa à transmissão desse conteúdo.” (Salaverría, 2014, p.43);

5) Ponderação: Neste critério, o autor deve considerar, para qualquer peça multimédia, as várias limitações das quais os potenciais leitores/visualizadores do conteúdo podem sofrer, tais como “(...) *de tempo, de espaço, de largura de banda para a descarga, de aplicações disponíveis para a visualização de certos elementos, etc.*” (Salaverría, 2014, p.43).

Para isto, é necessário fundir os conteúdos de forma que não sobrecarregue o leitor, o que resulta na limitação da quantidade de informação disponível. Um método que Salaverría refere é a da estruturação da informação por camadas:

“(...) uma camada superficial com informação básica dirigida àqueles que têm um interesse relativo na informação, e camadas profundas mais densas em termos de conteúdo para aqueles que desejem obter referências mais pormenorizadas.” (Salaverría, 2014, p.44);

6) Adaptação: “(...) *um certo grau de adaptação e sujeição do conteúdo a certos parâmetros formais e estruturais da publicação digital facilita uma receção mais eficiente por parte dos utilizadores.*” (Salaverría, 2014, p.44).

5.4: Sintaxe multimédia

Finalmente, na conclusão do processo de montagem da peça multimédia, é necessário definir os seus modos de concretização:

“Trata-se de entender quais são os princípios que regem a montagem dos elementos multimédia na concretização do produto final.” (Salaverría, 2014, p.45).

A partir daqui, pode-se distinguir um método específico para construir uma notícia multimédia:

“(...) tal como na língua, onde os tipos de palavras (substantivos, adjetivos, verbos, advérbios...) são unidades de significado que se organizam em orações conforme regras sintáticas, na comunicação multimédia os elementos seriam unidades de informação que se organizam mediante aquilo que poderíamos batizar como sintaxe multimédia.” (Salaverría, 2014, p.45).

Assim, tal como na gramática, é possível identificar as regras de sintaxe multimédia, que ligam os elementos mediáticos de forma racional e eficiente. Salaverría refere três modalidades de organização sintática:

1: Justaposição: Apresentar um elemento multimédia em conjunto com outro:

“Podemos encontrá-la quando uma página web apresenta um texto informativo juntamente com um vídeo. (...) A única possibilidade de fazer as duas coisas simultaneamente consiste, por exemplo, em incluir uma legenda inferior no vídeo.” (Salaverría, 2014, p.46).

No entanto, esta modalidade oferece uma multimedialidade limitada, pois os elementos multimédia apenas interagem consoante a sua aparição simultânea no espaço e tempo, não existindo uma relação mais profunda e complexa entre eles:

“Esta multimedialidade trata-se, definitivamente, na modalidade mais básica uma vez que os distintos elementos se organizam conforme um critério meramente informativo.” (Salaverría, 2014, p.46);

2: Coordenação: A fusão de elementos distintos na direção de um discurso único, também se podendo denominar por multimedialidade “coordenada” ou “integrada”.

As peças multimédia que recorrem à coordenação são mais avançadas, combinando textos, sons, fotografias, vídeos e muitas outras ferramentas, em simultâneo, sendo, assim, mais difícil de pôr em prática. Exige-se, desta maneira, uma cuidada ponderação/planificação por parte do jornalista, para coordenar todos estes formatos singulares, sendo preciso um *“(...) guião geral que determine a ordem dos distintos elementos e a sua articulação” (Salaverría, 2014, p.47)* para que a peça seja bem-sucedida;

3) Subordinação: Quando existe uma relação hierárquica entre os formatos multimédia. Nestes casos, existe um elemento principal, pilar, em volta do qual os restantes elementos têm um papel secundário:

“(...) muitas vezes, o próprio acesso a esses elementos secundários é determinado pelo elemento multimédia que assume mais protagonismo.” (Salaverría, 2014, p.47).

6: A Instantaneidade

O último tópico deste capítulo referir-se-á ao ideal de Instantaneidade, focando-me no texto *“Instantaneidade: efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição”*, de Paul Bradshaw, encontrado, também, na obra *“Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença”* (2014)

6.1: Introdução

“Na era da instantaneidade em rede, suposições sobre o que constitui “ser o primeiro” estão sob pressão.” (Bradshaw, 2014, p.117).

Nesto sentido, Bradshaw explica que esta era digital, cada vez mais veloz, traz novos limites para os publicadores e consumidores explorarem, para conseguir produzir, distribuir e aceder a notícias cada vez mais rapidamente

6.2: Instantaneidade em consumo

No que toca ao consumo, o estudo de Bradshaw refere que a transformação do comportamento do consumo do *medium* online está em constante transformação, devido a uma evolução constantemente veloz dos meios de distribuição de conteúdo.

Esta contínua evolução cria aqui uma mudança de paradigma que, segundo Danah Boyd (2010), passa de um modelo em que a audiência espera, ansiosa, pela próxima atualização, para um onde o leitor normal vai ele mesmo pesquisar essa informação, através de meios como as redes sociais. Desta forma tem a certeza que dita informação é sempre a mais recente e relevante:

“No online, estamos migrando de um modelo de distribuição em que a audiência está ativamente engajada para outro em que, segundo a pesquisadora de redes sociais Danah Boyd (2010):

‘[A audiência] está periféricamente consciente da informação na medida em que esta flui, agarrando-a no exato momento em que é relevante, valiosa, divertida ou perspicaz. para estar vivendo com, em e em volta da informação. A maior parte desta informação é informação social, mas algo desta é informação de entretenimento ou notícia ou informação produtiva.’ (p. 28)” (Bradshaw, 2014, p.119).

6.3: Instantaneidade em publicação

Já no tópico de velocidade de publicação, Bradshaw refere a mudança de ambiente de um de redações físicas onde os jornalistas tinham de sair e buscar as notícias, literalmente, pelo seu próprio pé, para um dominado pelo mar de informação da internet, traz consigo grandes desafios para as redações jornalísticas:

“O desafio fundamental é que agora as notícias estão a ser produzidas sem as limitações do espaço físico que sustentava a organização das redações. A captação de notícias, a produção e distribuição podem, agora, ocorrer simultaneamente – e serem potencializadas.” (Bradshaw, 2014, p.122).

Esta mudança no jogo traz ao de cima o conceito de “Imediaticidade”. O jornalista de hoje tem de se esforçar para que o leitor não saiba da notícia antes que esta consiga ser publicada. Por isso, as redações cortam e simplificam o processo de publicação o mais possível, para conseguir publicar as notícias o quanto antes:

“O fato de que o jornalista pode publicar sem o filtro editorial é tão significativo quanto o de que qualquer um possa fazê-lo.” (Bradshaw, 2014, p.119).

6.4: Verificação Imediata

O fator de verificação da veracidade de informação foi sempre uma tarefa importante, mas difícil, para o jornalista, principalmente na era de testemunhos presenciais ou por telefone. Na era digital, a verificação tornou-se mais simples e Bradshaw refere três métodos para a assegurar:

1: O conteúdo da comunicação: *“(...) ligar para os contatos, aceder a documentos oficiais, requisitar alguma espécie de evidência como documentos ou correspondência” (Bradshaw, 2014, p.131).* Se existirem dúvidas sobre a veracidade do conteúdo, existem várias ferramentas online para a verificar, quer esteja em formato de texto, imagem ou vídeo;

2: O contexto onde acontece: Muitas vezes verificável através das redes sociais, visto que as atividades das pessoas são facilmente partilhadas. Aqui, Bradshaw refere diversas pistas contextuais para a verificação, tais como o *“(...) tempo a conta da mídia social existe, quem está conectado e quem se comunica com esta.” (Bradshaw, 2014, p.132).* Já fora das redes sociais, a pesquisa de websites é igualmente rápida, podendo-se seguir links para outras páginas e até encontrar *“(...) versões anteriores da página armazenada em cache.” (Bradshaw, 2014, p.132);*

3: O código que lhe é subjacente: Este método refere-se à verificação de arquivos multimédia e ao código virtual que os constrói, descobrindo-se pistas como *“(...) quando a mídia foi gravada, onde e usando qual tecnologia (...).” (Bradshaw, 2014, p.133).*

Capítulo 2: O ensino do jornalismo

1: Ensino e formação

Embora seja uma profissão facilmente encontrada e desenvolvida na nossa sociedade, o ensino do jornalismo enfrenta alguns problemas, já que a sua educação se encontra nos moldes pré-estabelecidos das universidades para ensinar outras disciplinas, como o Direito ou a Medicina. Na sua obra, “*O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional*”, Fernando Cascais (2004) atribui isso a uma “universalização” do ensino e que, para o ensino de jornalismo floresça, terá de saber quebrar esse ideal.

Neste contexto, o estudo de 2004 de Cascais levanta dois problemas principais no que toca às dificuldades de ensinar jornalismo e o que impede de este florescer enquanto disciplina:

1: O grande volume de oferta formativa:

“O primeiro obstáculo ao ensino do jornalismo é a volumosa e programaticamente descontrolada oferta formativa superior. A diversidade é positiva, mas sem debate e posterior coordenação não se consolidará um corpo de conhecimentos reconhecidamente estruturantes de uma actividade profissional.” (Cascais, 2004, p.2).

2: O jornalismo, comparado com as outras profissões, é muito vago:

“Outra questão, não menos imediata, é a do próprio profissionalismo. Para muitos o jornalismo não é uma profissão, ou é uma profissão de modelo diferente das suas comparações habituais (advocacia, medicina); ou trata-se de uma profissão deliberadamente “vaga”, nos termos propostos por Denis Ruellan (Ruellan, 1997).” (Cascais, 2004, p.2).

Mesmo num prisma global, embora o jornalismo vá sempre evoluindo para novos meios, ambientes, seguindo novos modelos e usando tecnologias cada vez mais inovadoras, o mesmo não se pode dizer da sua educação, que fica estagnada e confusa sobre como ser e desenvolver.

“Numa perspectiva internacional, nomeadamente europeia, a globalização empresarial e a convergência tecnológica dos media não geraram fenómenos semelhantes ao nível da formação.” (Cascais, 2004, p.3).

Mas tudo não quer dizer que não exista nada para educar os futuros jornalistas. No contexto da formação profissional dos jornalistas, que insere num ambiente diferente do ensino superior, mas não obstante trabalha para atualizar os conhecimentos do jornalista, entra aqui o Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR). Instituído em 1986, o CENJOR, a partir dos seus vários cursos, “(...) ministra formação nas áreas do jornalismo em imprensa, rádio, televisão, online, multimédia e fotografia, em especialidades como paginação, infografismo, técnicas vocais; e, em parceria com instituições dos respectivos sectores, desenvolve seminários direccionados para temas específicos (assuntos europeus, segurança e defesa, sistema judicial, etc.)” (Cascais, 2004, p.4).

No modelo educacional do CENJOR, as principais características que uma boa formação jornalística profissional deve ter são:

- 1: Uma reformulação/evolução constante, adaptando-se a quaisquer novos fatores profissionais e empresariais dentro do setor;
- 2: Complementaridade entre si e o curso de formação universitária na área da Comunicação/Jornalismo;
- 3: Uma forte praticidade para os jovens jornalistas (“(...) baseado no saber-fazer e no saber- analisar criticamente o que se vai produzindo” (Cascais, 2004, p.4));
- 4: Prioridade à formação ininterrupta (“(...) privilegiando o aperfeiçoamento, a actualização, a reciclagem e, muito em particular, a especialização” (Cascais, 2004, p.4))
- 5: Equilíbrio formativo entre saber fazer bom jornalismo, usando temas relevantes para ele;
- 6: Prezar fornecer “(...) conhecimentos e (...) competências técnicas e tecnológicas de modo tão intensivo quanto possível” (Cascais, 2004, p.4)).

A partir destas características, Cascais levanta diversas questões:

1. A educação profissional do jornalismo como complemento para outro curso. A partir daqui pode-se inserir a ideia de estágios:

“A formação profissional em vez de uma via autónoma de acesso ao jornalismo, deve ser o complemento de outra formação, seja universitária ou tarimbeira. No primeiro caso, é o complemento prático; no segundo o complemento teórico-prático.” (Cascais, 2004, p.5).

2. A formação profissional como veículo de novas técnicas e conhecimentos, pois é neste ambiente escolástico que o futuro jornalista pode aprender e interiorizar novos métodos da maneira mais eficiente, em vez de se atrapalhar em mudar os seus métodos enquanto está a trabalhar no mundo real:

“A formação profissional é a via mais flexível e imediata de actualização de técnicas e de conhecimentos e, sobretudo, é uma via para a especialização que a formação académica na área da Comunicação geralmente não contempla.” (Cascais, 2004, p.5).

3. O prezo pelas habilidades práticas do jornalista, que são esperadas dos estudantes pelas agências e esperadas pelos estudantes dos cursos profissionais:

“A formação profissional prioriza as competências práticas, pelo que a sua actividade tende para o que as empresas esperam dos candidatos; inversamente, porém, os candidatos esperam da formação profissional as competências que levarão as empresas a admiti-los.” (Cascais, 2004, p.5).

4. A formação profissional permite aos estudantes ter uma melhor noção do mundo empresarial e profissional das agências jornalísticas. O jornalismo não é apenas sair à rua e escrever estórias. Há que ter uma boa noção de como a agência, como empresa, funciona.

Cascais também adverte para o perigo de “deformação profissional” que é ter um curso profissional ligado apenas a uma agência. É necessário dar aos estudantes várias opções, para que o curso não seja regido somente pelos valores que singular empresa preza:

“Porém, a formação exclusivamente interna ou ligada a uma determinada empresa é uma via para a deformação profissional. As opções editoriais da empresa tendem a substituir os programas de formação independentes.” (Cascais, 2004, p.5).

Finalmente, Cascais levanta outro problema que emerge de todos estes fatores: a contradição de exigências do jornalista:

“Ao mesmo tempo que aumenta a exigência ao nível da formação do candidato a jornalista, diminui a exigência do trabalho que se pede nas redações a esse candidato.” (Cascais, 2004, p.5). No entanto, esta afirmação é, de facto, contraditória ao que já referi sobre a multiplicidade cada vez mais extensa de saberes exigidos do recém-jornalista.

No entanto, esta problemática que o autor levanta pode ser vista como outro prisma da realidade dentro destas agências ou, talvez, a sua progressão natural: quanto mais saberes as redações exigem do jornalista, maior é o risco do jovem jornalista se perder ou confundir em tanta matéria de edição de vídeo, de som, de manuseamento de equipamento...O que resulta em peças que fiquem obviamente aquém das que poderiam ser feitas por um profissional desse saber singular; além que todas estas disciplinas fora do jornalismo puro e duro possam distorcer a imagens dos valores de bom jornalismo que o estudante levou da universidade, o que também ferirá a exigência de qualidade que o jornalista e a redação peçam de cada peça.

2: Ensino de jornalismo no digital

Nesta secção irei referir-me à obra *“O ensino do jornalismo no mercado digital”*, de Anabela Gradim (2014), para explicar o ensino de jornalismo no novo ambiente virtual.

2.1: O jornalismo na Academia

“Foi o treino de jornalistas a porta de entrada para o ensino da comunicação na universidade, sendo que as demais áreas tradicionalmente associadas à Comunicação, como a Publicidade e as Relações Públicas, só posteriormente seriam integradas na academia, constituindo o tríptico clássico das Ciências da Comunicação.” (Gradim, 2014, p.1).

A primeira escola focada no jornalismo, a Columbia Graduate School of Journalism, foi fundada em 1912, por Joseph Pulitzer. Por volta desta época, outras escolas em França, Espanha e Alemanha já ofereciam cursos de jornalismo, mas a Columbia foi a primeira a focar-se somente nesta matéria. Os países mencionados depressa seguiram o seu exemplo, como o Publizistik na Alemanha pós Segunda Guerra, a universidade Lille e o CFJ em França (1924 e 1947, respetivamente) e o Instituto de Jornalismo da Universidade de Navarra, em Espanha, fundado em 1958.

2.2: Crise de identidade no jornalismo

A proliferação do ambiente digital criou uma “crise de identidade” no jornalismo, além de “(...) *impactos profundos na produção, audiências e modelo de negócio*” (Gradim, 2014, p.6).

Na gênese desta crise podem-se identificar os seguintes fatores:

- 1: A competição de vozes para-jornalísticas;
- 2: O jornalismo de cidadão;
- 3: O nano-jornalismo;
- 4: A “blogosfera” / redes sociais que disseminam notícias, criando um público que fica menos interessado em receber as suas histórias a partir de uma fonte única. A forte subjetividade que, por vezes, é encontrada dentro destas peças pode contribuir para uma distorção na percepção do leitor sobre o que é, realmente, jornalismo.

A obra “*Os Elementos do Jornalismo*”, publicada em 2003 por Bill Kovach e Tom Rosenstiel, defende esta mesma ideia de dualidade da identidade do jornalismo, referindo que o ele é, simultaneamente, uma “«(...) *carta de direitos dos cidadãos, e uma lista das responsabilidades do jornalista*» (2001: 201)” (Gradim, 2014, p.7).

Entre estas responsabilidades encontram-se:

- 1: A verdade;
- 2: A lealdade para “(...) *com os cidadãos e para com o interesse público*” (Gradim, 2014, p.7);
- 3: Manter-se como uma “(...) *disciplina de verificação*” (Gradim, 2014, p.7);
- 4: A persistência da independência, “(...) *relativamente aos alvos de cobertura jornalística*” (Gradim, 2014, p.7);
- 5: A prática do “*watchdog journalism*”, que se relaciona com as práticas de *gatekeeper* guia do internauta que referi anteriormente;
- 6: A criação de um ambiente onde se possam partilhar, “(...) *de forma justa os vários pontos de vista e interesses presentes na sociedade*” (Gradim, 2014, p.7);
- 7: Manter o que é significativo como interessante e relevante para o público, mas tentar também ir mais além do que este pede, sem o manipular;
- 8: A produção de “(...) *notícias aprofundadas e proporcionais*” (Gradim, 2014, p.7);
- 9: A concessão de “(...) *expressar a sua consciência pessoal*” (Gradim, 2014, p.7).

2.3: Ensinando jornalismo hoje

Neste tópico, Gradim refere que o ambiente digital trouxe uma “bidirecionalidade” entre a informação que é dada pelo jornalista ao público, ao incorporar um fator de “interação” entre estes dois grupos:

“Com o aparecimento de meios bidirecionais, em que a informação incorpora interação, toda a paisagem mediática se altera. Ao modelo tradicional dos media, de um-para-muitos, com possibilidades de feedback limitadas, a world wide web trouxe um meio que, tal como o telefone, é bidirecional (...).” (Gradim, 2014, p.8).

A partir daqui podem identificar-se, segundo Gradim, sete fatores principais desta nova comunicação mediatizada:

- 2: A bidirecionalidade e a interatividade;
- 2: A fusão de vários meios dentro destes produtos multimédia;
- 3: A fusão dos papéis do produtor, emissor e recetor da informação num único sujeito;
- 4: A organização institucional da comunicação mediatizada não depende da credibilidade da informação, mas sim do processo de comunicação em si;
- 5: A tendência para difusão fluída de identidades;
- 6: O processo de agendamento não é regra suprema dentro do monopólio do órgão de comunicação, mas sim *“(...) um processo participado que decorre dos interesses da audiência”* (Gradim, 2014, p.8);
- 7: A criação de um novo paradigma linguístico, brotado da crescente popularização de avatares, *emoticons* e *gifs*.

Em 2014, contavam-se em Portugal quatro escolas com cursos de Jornalismo e três cursos de referência na área das ciências da Comunicação, que inserem nos seus currículos tanto disciplinas de jornalismo clássicas, como mais direcionadas para os novos meios. Atualmente, esse número disparou para 17 Cursos espalhados por 14 Instituições e unidades orgânicas de ensino.²

Dentro destas disciplinas, podem contar-se: ateliers e oficinas de jornalismo, rádio e televisão, teoria da notícia, fotojornalismo, jornalismo multimédia, webjornalismo, cibercultura, atelier de ciberjornalismo, Direito, Ética, e Deontologia do Jornalismo e muitas outras.

3: Os meios universitários no ensino do jornalismo – o Urbi et Orbi

Passando para um ambiente de jornalismo mais doméstico, dentro da Covilhã, encontramos o Urbi, o jornal da Universidade da Beira Interior. Anabela Gradim refere, na sua obra *“Manual de Jornalismo”* (2000) que o Urbi difere dos outros jornais, ao criar uma cultura própria, diferente das outras empresas e olhar os jornalistas novatos de forma diferente, de forma a guiá-los corretamente para o seu percurso profissional, assim que saiam da universidade:

² fonte:

https://www.dges.gov.pt/pt/pesquisa_cursos_instituicoes?plid=372&instituicao=&cursos=Jornalismo&distrito=&tipo_ensino=&tipo_estabelecimento=&area=&tipo_curso=

“Ora no Urbi, que ainda se está fazendo, não existe nem este cimento ideológico, nem um cabedal de experiência acumulado, uma cultura própria, que pudesse ser distribuído equitativamente pelos recém-chegados — todos o são.

Segundo Gradim, os media, como um todo, estão constantemente sob críticas sobre os seus métodos de *newsmaking*, por isso, é necessário acabar com a imagem cética que o público tem dos jornalistas, ao formá-los de maneira que o seu jornalismo seja o mais genuíno possível, quebrando os moldes tradicionais que têm educado os jornalistas há vários anos:

“Faz sentido nos dias que correm formar jovens por um figurino que nos Estados Unidos já data de meados do século que passou?” (Gradim, 2000, p.14).

Mais à frente no *“Manual”*, Gradim explica em mais pormenor o papel do Urbi et Orbi e as medidas que este instaura e como pretendia criar um jornalismo *online* que tenha uma receção mais positiva.

Primeiramente, refere que o Urbi se encontra sempre aberto a novos métodos, mas mantêm-se sempre ligado às raízes tradicionais do *newsmaking*. Desta forma, não quebra os métodos tradicionais, mas sim evolui-os:

“Encontrando-se aberto a um certo experimentalismo, dadas as suas características de jornal universitário, e não comercial, o Urbi et Orbi adoptará, enquanto sedimenta rotinas, procedimentos e conteúdos, uma postura que não é de ruptura face à forma tradicional de fazer jornalismo.” (Gradim, 2000, p.188).

Segundamente, o valor/notícia de Instantaneidade, modelos de texto curto e um forte uso de imagem também são prezados, de forma a criar uma leitura o mais confortável possível:

“Assim, ao contemplar a instantaneidade, permite e encoraja alterações aos temas tratados na edição do jornal, sempre que os novos desenvolvimentos da notícia se verifiquem depois da saída de um número e antes da publicação do próximo.” (Gradim, 2000, p.188).

Outro método que o Urbi quis instaurar foi a disponibilidade de reeditar notícias de última hora, em função de manter o leitor sempre bem informado e não confuso. Gradim refere que o Urbi pode, por vezes, passar notícias de última hora numa determinada edição, mas caso o leitor a perca, esta será sempre incluída na edição regular seguinte do jornal.

Finalmente, o Urbi também se esforça para seguir os modelos de hipertexto e multimédia já discutidos, de forma a ligar as suas notícias a de outros órgãos de comunicação e a outras formas de jornalismo. Desta forma, a informação que noticia será sempre a mais completa possível e passível de ser explorada pelo leitor, ao seu próprio ritmo:

“Nos trabalhos em que tal for possível, o redactor esforçar-se-á por promover o entabulamento de diálogo com outras fontes, através de hiperlinks inseridos no corpo do texto, e que podem remeter para outras notícias, outros órgãos de comunicação social, sites, dados de background, arquivo do próprio jornal, dados geográficos ou estatísticos, e informações biográficas sobre os protagonistas.” (Gradim, 2000, p.190).

4: O mercado de trabalho e o jornalismo

No seu texto *“Formação em Jornalismo e Mercado de Trabalho: questões e dúvidas de uma relação inevitável”*, Sandra Marinho enaltece a relação entre o ensino de jornalismo e o mercado de trabalho, referindo a relação entre ambos como *“(…) um modelo mais vasto de avaliação da qualidade da formação, a par de outras dimensões, tão ou mais importantes, como a relação com a Sociedade; a qualidade dos recursos humanos, técnicos e financeiros; ou ainda os próprios conteúdos curriculares.”* (citado em Marinho, 2008, p.1).

A partir daí, a autora refere que a empregabilidade é o componente mais *“(…) visível e mensurável”* na relação entre o ensino de jornalismo e o mercado de trabalho (Marinho, 2008, p.2), mas também não nega a *“(…) realização de estágios curriculares dos estudantes nas empresas; a participação de profissionais na docência, através de colaborações pontuais, a integração no corpo docente e na carreira de investigação”* (Marinho, 2008, p.2) como sendo também fatores importantes para ambos os profissionais e os jovens jornalistas.

Algumas questões em relação à cooperação entre as Universidades e o mercado de trabalho que a autora põe em causa são as seguintes:

“1. Qual o papel das instituições de ensino/projectos de formação na regulação da oferta, num cenário de crescente precarização?” (Marinho, 2008, p.3).

Ao qual responde: *“No que toca à primeira questão, não nos colocamos do lado dos que defendem que cabe à Universidade tomar a iniciativa de regular a oferta. (...) Ainda ao nível da regulação da oferta, parece-nos que a criação de um sistema de certificação dos conteúdos e estruturas curriculares, criado e assumido pelos próprios projectos de ensino, em conjunto, em moldes a discutir e definir, poderia resultar numa vantagem competitiva.”* (Marinho, 2008, p.3).

“2. Que facetas/perigos encerra o conceito de empregabilidade e qual o seu lugar na dimensão da relação da formação com o mercado?” (Marinho, 2008, p.3).

A autora refere: *“(…) queremos apenas chamar a atenção para o discurso demagógico que pode resultar do facto de não se articular a reflexão sobre a empregabilidade com essas outras variáveis, principalmente no contexto do RJIES, que coloca os níveis de emprego dos projectos de ensino como factor de avaliação (e financiamento?) das Universidades e Politécnicos.”* (Marinho, 2008, p.4).

“3. Que outras estratégias podem ser accionadas, exploradas ou intensificadas, num contexto de mudança na profissão e na formação?” (Marinho, 2008, p.3).

E como resposta oferece: *“(…) relembramos a necessidade de jornalistas e académicos criem e trabalhem as pontes que os unem, tanto ao nível da formação como ao nível do emprego, e realçamos a importância dos processos de Avaliação Interna da Qualidade (...)”* (Marinho, 2008, p.4).

No final, a autora destaca três ideias para serem trabalhadas no futuro desta relação:

1: A inevitabilidade e importância da relação entre o mercado de trabalho e a formação académica;

2: A necessidade de ponderação de mudanças entre o campo de formação e o campo profissional, e se estas serão realmente benéficas, tanto para os profissionais como para os recém-jornalistas;

3: A importância das instituições profissionais e dos cursos académicos se avaliarem constantemente, de forma a precaver-se a evoluções futuras dentro da indústria.

4.1: O ensino de jornalismo no mercado digital

Na sua obra *“Ensino do jornalismo: o digital como oportunidade”*, Canavilhas começa por referir, também sobre a relação entre o ensino e o mercado de trabalho, que a fricção entre as duas fações *“(…) não é uma novidade e as divergências têm sido uma constante ao longo da história: enquanto a universidade aprofundava as discussões sobre ética e objectividade, o mercado exigia ‘cachas’; enquanto a universidade procurava ensinar um discurso jornalístico mais rico e variado, o mercado impunha regras que tornassem a produção noticiosa mais rápida. (Batista, 2005).”* (Canavilhas, 2008, p.2).

Este choque não se cingiu apenas entre as universidades e os órgãos de comunicação. Mesmo dentro das redações, a rivalidade entre os jornalistas veteranos, que ainda se estavam a adaptar à nova realidade de webjornalismo e os jornalistas recém-licenciados, mais familiarizados com as novas tecnologias, criou um ambiente de hostilidade entre ambos os grupos.

“A digitalização trouxe inegáveis vantagens para o sector da comunicação, mas introduziu igualmente profundas alterações que obrigaram as empresas a ganharem o seu espaço em redes de informação cada vez mais complexas e competitivas. Esta alteração implicou uma profunda reflexão sobre a forma de usar estas ferramentas na criação de produtos capazes de atrair novos públicos.” (Canavilhas, 2008, p.3). No entanto, embora elogie a transição do jornalismo para uma realidade mais conveniente e eficaz dentro do ambiente virtual, Canavilhas deixa também algumas advertências, referindo que o jornalismo virtual, por mais que evolua, nunca pode esquecer que existe como um “mimetismo” dos processos analógicos tradicionais. E, assim, o ensino do webjornalismo nunca pode prevalecer perante o ensino de jornalismo tradicional, já que este é, de facto, a base para os modelos mais modernos. Preza-se, assim, a complementaridade entre os dois modelos.

Canavilhas também sugere um ensino de jornalismo mais investido na investigação da própria profissão e que a cooperação entre as empresas e as universidades é sempre algo que se deve procurar:

“A colaboração na área de consultoria pode funcionar no sentido das escolas testarem novas aplicações e equipamentos, podendo ainda ter um sentido diferente, com as empresas a pedirem às escolas soluções tecnológicas para os seus problemas.” (Canavilhas, 2008, p.7).

Já no campo da economia digital, o potencial económico da Internet é algo que o ensino e as empresas devem também se focar em explorar:

“No campo da economia digital, o ensino deve propor modelos económicos que explorem um mercado ainda pouco sensibilizado para o potencial da Internet enquanto canal privilegiado de distribuição de informação. Num e noutro caso pede-se mais investigação.” (Canavilhas, 2008, p.7).

Em termos mais práticos, Canavilhas refere que *“(…) o ensino do jornalismo deve procurar andar sempre um passo à frente do mercado.”* Os estudantes não podem estar submissos perante os quereres atuais das empresas, têm de ter os olhos no futuro e

antecipar o que as empresas irão procurar deles no futuro. A partir daí, o ensino poderá desenvolver projetos de investigação que integrem os alunos com os órgãos de comunicação, de forma a mostrar a estes a criatividade dos futuros jornalistas, enquanto estes aprendem o modelo profissional com que irão lidar no futuro próximo.

Cria-se, assim, os jornalistas multifacetados que as empresas tanto prezam, e as suas habilidades são facilmente verificáveis pelas empresas que vigiam o progresso dos jovens jornalistas de perto.

“A criatividade dos estudantes, aliada à experiência dos professores envolvidos nos projectos, produzirá certamente propostas mais sustentadas que podem ser incorporadas posteriormente nos planos de estudo. Só assim será possível formar profissionais multitarefa e multiplataforma, duas características essenciais para as empresas.” (Canavilhas, 2008, p.7).

5: Alguns testemunhos de estágios

Testemunhos de estudantes estagiários de jornalismo já foram reunidos em alguns trabalhos de investigação, entre os quais *“OS MEDIA EM MUDANÇA EM PORTUGAL: IMPLICAÇÕES DA DIGITALIZAÇÃO NO JORNALISMO”*, publicado em 2018 pelos autores José Luís Garcia e Teresa Duarte Martinho. O capítulo em questão será o sexto: *“Estágios curriculares em redações: experiências na primeira pessoa”*.

Este capítulo refere-se aos testemunhos de estagiários que trabalharam em redações digitais de diários e seminários nacionais durante um período de três a seis meses, para mostrar a eficácia dos processos de pré-integração destes jovens jornalistas no mundo profissional, durante os anos de 2012 e 2016. Juntamente com os testemunhos também irei citar as principais ideias explicadas pelos autores.

Começando pelo início do estágio, indo o estudante para um ambiente de trabalho “a sério”, terão de aplicar o que aprenderam nas aulas na forma apropriada, sob a pressão criada dentro do ambiente de redação: *“(…) terá de aplicar as regras fundamentais do ofício (a começar pelos valores-ideais-tipo que estudou em sala de aula) no ambiente tecnoeconómico de “agitação e imprevisibilidade” das estruturas de acolhimento.”* (Garcia, Martinho, 2018, p.95).

Assim, a partir desta experiência, os jovens jornalistas conseguem construir a sua própria identidade jornalística, ao aprimorar a sua escrita individual:

“Os recém-chegados ao panorama de ação jornalística, expostos nos relatos da experiência vivida no interior das redações, desenvolvem aquilo que eles próprios admitem e entendem constituir a função do jornalismo e dos jornalistas para o tempo presente e futuro. O resultado prático dos acordos estabelecidos ou pontualmente negociados entre o mundo académico e empresarial permite-nos ilustrar as metamorfoses em curso nos meios de comunicação social, nas práticas profissionais e na identidade dos jornalistas.” (Garcia, Martinho, 2018, p.95).

No que toca ao avanço do ambiente virtual, este advento não só mudou a forma como o jornalismo é feito, mas também mudou como redações funcionam, como um todo.

“Sob o efeito da internet, as direções de informação – ou seja, os decisores das reformas organizacionais em curso no setor das notícias – estão a entender que a quebra nas vendas do produto jornalístico ‘clássico’ justificam romper com o establishment das práticas jornalísticas “tradicionais” nas redações. (...) O impasse existente nos modelos de financiamento para as notícias, perdido o monopólio dos media na distribuição da informação, está a tornar-se omnipresente nas decisões editoriais das redações.”” (Garcia, Martinho, 2018, p.95).

Esta necessidade de mudança para passar para um ambiente digital faz com que as redações se tornem cada vez mais reduzidas, tanto por causa da prevalência do jornalista multifacetado (*“Hoje em dia, um jornalista não se dedica apenas a uma tarefa, a uma secção, a uma plataforma. Todos os jornalistas trabalham simultaneamente para a internet e para o papel”, segundo uma estudante estagiária (Relatório de estágio, secção Online, maio a novembro de 2015)*) (Garcia, Martinho, 2018, p.99)), como a criação de modelos de escrita que podem ser feitos fora da redação, como os blogues digitais:

“Tendo entrado no jornal numa altura crítica, de rescisões e de um despedimento coletivo, a estudante nota que se aliaram um ‘corpo redatorial mais reduzido’, o que implica ‘menos tempo para o investimento em trabalho jornalístico aprofundado’, a uma vontade de a direcção ‘investir seriamente no futuro online’ da publicação (Relatório de estágio, secções “tradicionais” e Online, janeiro a abril de 2016).” (Garcia, Martinho, 2018, p.96).

“A necessidade de mudança nos modelos de negócio para as notícias, de forma a continuar a sustentar o jornalismo profissional, tem origem no imenso declínio na circulação de informação paga, em particular dos jornais.” (Garcia, Martinho, 2018, p.96).

Valores-notícia como a Instantaneidade e a Concorrência entram aqui em choque, com a in experiência do estagiário:

“Uma estudante estagiária observa que a concorrência entre os jornais decorria com uma ‘comparação obsessiva’, que se ouvia constantemente ‘«[outra publicação] deu esta notícia e nós ainda não a temos», «[...] está a cobrir este acontecimento minuto a minuto e nós não estamos a fazer»’ (Relatório de estágio, secção Digital, fevereiro a maio de 2014).” (Garcia, Martinho, 2018, p.96).

“Uma das estudantes estagiárias escreveu no seu relatório que um dos diretores-adjuntos (muito preocupado com o investimento no online) do periódico onde estagiava lhe disse que os jornalistas estão ‘sempre a pensar no amanhã’ quando o que deviam era ‘pensar no hoje, no agora, no imediato’ (Relatório de estágio, secções de Cultura, Sociedade, Local e Política, janeiro a abril de 2016).

Estes valores vão tomando conta das redações, o que causa uma constante necessidade de manter tudo atualizado o mais rápido possível, principalmente em meios que o órgão de comunicação possa não se especializar por defeito (por exemplo, a versão de *website* de uma estação televisiva).

“Depreende-se pelo discurso dos aspirantes a jornalistas que as chefias lhes estão a atribuir a missão de ir ‘alimentando’ de ‘conteúdos’ o website e as redes sociais da redação. A sua tarefa prioritária passa por ‘atrair visualizações’ para as notícias, sem que possam desligar-se do ambiente online no open-space redatorial (Singer, 2003).” (Garcia, Martinho, 2018, p.98).

Alguns testemunhos de estagiários revela a dificuldade que eles têm de ver o jornalismo como algo que não seja sensacionalista, que trabalhe apenas para encher os seus jornais e *sites* com informação de pouca qualidade, apenas para verem os seus números crescer:

“Há ainda muito a ideia de que o online serve apenas para atrair as pessoas. [...] Apesar de todos concordarem que o formato em papel irá, aos poucos, extinguir-se, ainda é unânime a noção de que é no jornal em papel que se faz o verdadeiro jornalismo. Como o importante é ‘alimentar’ e ‘encher’ o site de notícias para que este seja muito visualizado, deixa de se dar importância à qualidade e passa-se a dar espaço à quantidade. Até porque «falem bem ou falem mal, o importante é que falem» [da publicação]’ (Relatório de estágio, secção Digital, fevereiro a maio de 2016).” (Garcia, Martinho, 2018, p.99).

A este jornalismo Stepp (2007) denomina-o como um jornalismo de “*start-up*”, ou seja, um modelo jornalístico que tenta sempre melhorar-se/manter-se atualizado. Uma das consequências deste jornalismo cada vez mais moderno é a crescente mudança “oportunista” do jornalista “(...) *da sala de redação instalada no centro da cidade para os espaços convergentes de todas as marcas da empresa de media nas zonas industriais (Stepp, 2007).*” (Garcia, Martinho, 2018, p.96).

No que toca a esta mentalidade “*start-up*”, insiro aqui um dos testemunhos de estágio sobre a visão que estudantes têm destas modalidades:

“ [O novo diretor], grande defensor do pensamento startup, salientava, perante os olhares dos jornalistas, que não se podia continuar a viver no passado, nem das glórias do antigo [jornal]. A ideia é simples: com um site renovado e novas instalações praticamente prontas, chegou a hora de modernizar mentalidades. Foi pedido a todos os profissionais que, aquando da entrada nas novas instalações [...], chegassem também a elas de espírito renovado. Era tempo de abrir horizontes, de desbravar novos caminhos, de olhar [a publicação] como se de um novo [sítio] se tratasse. [...] Apercebi-me das verdadeiras intenções da direção: deixar de pensar totalmente no formato em papel e assumir que ‘o futuro do jornal está no online’ [...] É agora pedido aos profissionais que aliem a sua ética de trabalho a ideias inovadoras, na tentativa de colocar o jornal acima da concorrência [...]’ (Relatório de estágio, secção Digital, fevereiro a maio de 2016). Fonte: Relatórios de estágios curriculares em jornalismo.” (Garcia, Martinho, 2018, p.97).

Esta transição para o novo e moderno modelo jornalístico nem sempre ocorreu da maneira mais suave. Como referi na seção de ensino de jornalismo, os jornalistas recém-licenciados, mais experientes com o meio digital, entram em choque com os jornalistas veteranos, que têm de aprender, quase, a fazer jornalismo de novo ou que não concordam com este novo modelo em geral:

“Por um lado, observei um incontornável desejo da direção do jornal em investir na versão online, com uma nova forma de relacionamento com os conteúdos produzidos e de interação com os leitores. Pelo outro lado, a maioria dos jornalistas opunha-se categoricamente a esta forma de estar, com comentários constantes sobre «os cliques» e «os likes». Os jornalistas questionavam-se se o objetivo ainda era fazer jornalismo de qualidade e de referência, ou se era criar um tipo de portal online que atraísse leitores por via do «clickbait»’ (Relatório de estágio, secções ‘tradicionais’ e Digital, janeiro a abril de 2016).” (Garcia, Martinho, 2018, p.97).

“Em vários momentos presenciei a angústia de certos jornalistas por não concordarem com as decisões ou dos editores ou dos diretores que olhavam a informação como uma mercadoria em vez de um bem social’ (Relatório de estágio, secção Digital, fevereiro a maio de 2014). Fonte: Relatórios de estágios curriculares em jornalismo”

“Ouvi pessoalmente um comentário depreciativo, por parte de um editor do jornal, sobre a participação dos profissionais do online na elaboração do impresso. Nas palavras do editor, «os do online são os menos competentes dentro do jornal, uma vez

que escrevem sobre tudo, mas não são especializados em nada»' (Relatório de estágio, secção Digital, março a junho de 2014)."

No que toca à realidade etária das redações, um dos estagiários nota como os jornalistas já profissionais ainda se assemelham a estudantes universitários: jovens, sem filhos e com casa arrendada:

"A minha experiência [na publicação] permitiu-me perceber a realidade familiar dos profissionais que lá trabalham. Dos cerca de 60 jornalistas que compõem o jornal, apenas cerca de 20 são pais. Menos de metade. Entre desabafos pude perceber que esta não é uma realidade bem aceite pelos profissionais. Não é uma escolha. É quase uma imposição. [...] Pude comprovar que cerca de 25% dos jornalistas da redação não são de Lisboa e mantêm cá um aluguer de um apartamento para regressarem a casa quase todos os fins-de-semana. Ao estilo dos estudantes universitários" (Relatório de estágio, secção Digital, março a junho de 2014). (Garcia, Martinho, 2018, p.100).

No assunto do webjornalismo, várias técnicas, como a fotografia e a edição de vídeo têm de entrar em cooperação com o texto para conseguir agarrar a atenção do navegador online. Os estagiários identificam essa crescente cooperação entre vários profissionais:

"A apoiar o trabalho do jornalista 'clássico' entra em cena o executor técnico especializado na captação de imagens e sons para a produção de conteúdos em formato de vídeo e fotogalerias que se destinam a várias plataformas de difusão (papel, digital e redes sociais). (...) Uma estudante estagiária sublinha que no 'webjornalismo, atrair leitores, fazê-los ler a notícia mantendo-os o mais tempo possível na página é uma questão relevante, uma vez que o tempo de permanência pode ser reflexo de empatia, podendo representar, potencialmente, um retorno financeiro através da garantia de contratos publicitários' (Relatório de estágio, secção Multimédia, maio a agosto de 2016)." (Garcia, Martinho, 2018, p.100).

Ainda sobre o assunto do jornalista multifacetado, Deuze introduz o conceito de "jornalista líquido", que explica como sendo um modelo jornalístico inserido em várias plataformas informacionais (como exemplifiquei acima com a versão online das notícias de televisão). A existência das mesmas notícias em vários meios exige que os jornalistas de dita redação saibam utilizar vários saberes exigidos para cada plataforma. O mesmo é, claro, pedido aos estudantes estagiários.

De novo aponto para a interdisciplinaridade exigida aos estagiários, o que muitas vezes não resulta numa boa experiência de estágio para o estudante, que muitas vezes se encontram perdidos dentro da sua própria redação, tanto nas tarefas que lhes são pedidas, como na falta de ajuda que lhes é dada:

"Uma estudante estagiária testemunha o seguinte sobre a aquisição de novas competências pelos jornalistas a partir da sua experiência na redação: 'os paradigmas segundo os quais os jornalistas trabalham e os estudantes de jornalismo estudam estão a mudar tão depressa que se torna difícil uma adequada adaptação" (Relatório de estágio, secções de cultura, sociedade, local e política, janeiro a abril de 2016)." (Garcia, Martinho, 2018, p.102).

"O advento das novas tecnologias é em parte o responsável por um ambiente jornalístico, por vezes, demasiado desviado dos valores tradicionais da profissão e daqueles que são inculcados aos estudantes. É necessário, assim, uma grande capacidade de adaptação e de adequação aos conhecimentos adquiridos. A realização do estágio na secção online do [diário] expôs-me com maior intensidade a este desvio dos valores tradicionais" (Relatório de estágio, secção Digital, janeiro a abril de 2013)." (Garcia, Martinho, 2018, p.103).

“Os estudantes estagiários dependem de orientações editoriais para a execução das suas tarefas quotidianas, mas a progressiva indefinição das funções e do lugar dos jornalistas no interior da complexa máquina de difusão informativa do momento torna mais transparente a fragilidade contemporânea dos profissionais nas redações.” (Garcia, Martinho, 2018, p.103).

O jornalismo “start-up” é, assim, desapontante para o estagiário que quer fazer um jornalismo mais aprofundado, a seu ver, mais “verdadeiro”:

“Tive oportunidade para tal apenas quando colaborei com [um] suplemento [...] e pude fazer um trabalho mais aprofundado [...] O sentimento imperativo no final deste estágio, por muito que o tenha apreciado e aprendido sobre jornalismo económico e continue a apreciar o que faço, é de uma certa frustração por ver toda a conceção romântica do jornalismo quase extinta e a instituição do conceito de “jornalista sentado” (Relatório de estágio, secção Digital, janeiro a abril de 2013).” (Garcia, Martinho, 2018, p.103).

E as reações dentro da redação são muito variadas, não se cingindo apenas aos estudantes, mas também dentro dos veteranos, que podem até ter uma visão positiva deste novo modelo:

“Para muitos, este era um trabalho [digital] vergonhoso e algo humilhante que não valia a pena assinar (muitas destas notícias ficavam apenas com o cunho de [siglas da publicação] online, sem um nome, uma entidade, que se pudesse responsabilizar mais diretamente). Para outros, era um orgulho. Alvo de muitas visualizações, estas notícias subiam o ranking pessoal dos jornalistas, que viam [o seu trabalho] correr no slide dos ‘mais lidos’ da página online do [jornal].’ Relatório de estágio, secção Digital, fevereiro a maio de 2014).” (Garcia, Martinho, 2018, p.104).

“Vi jornalistas desiludidos com a profissão, com a situação atual e com o futuro que os espera. [...] Em género de confissão não foram poucos os que me disseram que [...] o que ali se fazia não era mais do que «jornalismo de secretária».’ (Relatório de estágio, secção Segurança, janeiro a abril de 2013).” (Garcia, Martinho, 2018, p.106).

“Não excluo o jornalismo do meu futuro. Não poderia de forma nenhuma fazê-lo. Excluo sim, o «jornalismo de secretária», as horas de trabalho diárias a «picar» notícias escritas por outros jornalistas. Compreendo agora o desânimo e a desilusão de alguns profissionais com os quais tive o prazer de trabalhar, obrigados a desistir do verdadeiro jornalismo de terreno devido à crise que a imprensa escrita atravessa’ (Relatório de estágio, secção Digital, fevereiro a maio de 2014).” (Garcia, Martinho, 2018, p.106).

“O que a mim me pareceu é que a direção está empenhada em criar um jornal que os seus jornalistas recusam, e que os jornalistas também não estão dispostos a adaptar-se aos novos tempos, às novas exigências e aos novos timings’ (Relatório de estágio, janeiro a abril de 2016).” (Garcia, Martinho, 2018, p.106).

Finalmente, falo de novo sobre a relação do jornalismo com o mercado de trabalho. Os programas de estágios, neste contexto, segundo Graça (2007), têm uma identidade muito pouco glamorosa para as grandes empresas na indústria jornalística, que vêm as universidades como “(...) ‘viveiros’ de seleção de novatos extremamente motivados para o ofício, com poucas perspetivas de os integrarem na redação após o estágio curricular a caminho de um estágio profissional.” (Garcia, Martinho, 2018, p.107).

A partir daí, estas empresas apenas começam a aceitar os jovens jornalistas dentro das suas redações para alimentarem a máquina automática de notícias que o ambiente virtual moderno permite, ferindo o jornalismo verdadeiro que os estagiários ansiosos queriam criar após se formarem:

“Sem compromisso, as empresas têm a possibilidade de testar a ‘qualidade’ dos candidatos a jornalistas, que frequentemente executam as tarefas no interior das redações acompanhados por orientadores em situação de extrema vulnerabilidade profissional (Lemieux, 2000).” (Garcia, Martinho, 2018, p.107).

Capítulo 3: Objetivos e Metodologia

1: Objetivo

Nos últimos dois capítulos, foquei-me nos tópicos de definição de jornalismo e do ensino da profissão, ambos eles convergindo nas experiências de estágio de diversos recém-jornalistas. Era necessário definir ambos os tópicos para, de facto, começarmos a olhar para os vários testemunhos de forma mais objetiva e informada, de forma a saber, de facto, se as experiências foram realmente positivas, fora do testemunho diretamente nos dizer isso.

Saber o que é o jornalismo e como este é ensinado permite-nos saber como um estágio deve funcionar, pelo menos a partir de um prisma geral. E esse é o meu objetivo principal neste relatório. Porém, tentar dar a este relatório uma definição geral do estágio “ideal” e tentar afixá-la em pedra seria algo ingénuo de se tentar, devido a todos os fatores positivos e negativos que se fundem numa experiência de estágio. Por isso, vou analisar os casos que estudei, individualmente e, ao compará-los com a minha própria experiência, esperarei conseguir retirar os aspetos positivos e negativos que se confluam para um ponto congruente.

Para isso, a porção prática do meu relatório contará com o método de entrevista para com outros estudantes e ex-estudantes da Universidade da Beira Interior e retirar deles os seus testemunhos dos estágios que efetuaram em Portugal. A partir daí, retirarei pontos em comum, pontos de choque e tentarei expor o que os alunos esperam de um estágio e se a indústria do jornalismo oferece, de facto, o que eles desejam.

Desta forma, tenho uma melhor base para dizer se o estágio em si foi efetivo para cada caso e se se *mostra* efetivo como prática educacional para os jornalistas jovens, ou se precisa de ser melhorado ou mudado.

Exponho, assim, as seguintes questões, fora do guião de entrevista, que trabalharão para determinar o meu objetivo:

Q1: Como é que estudante interage com o ambiente profissional do órgão de informação?

Q2: Como é que o jornalismo do estudante evolui dentro deste ambiente?

Q3: Como é que o estudante saiu desta experiência de estágio?

Tendo em conta estas perguntas, exponho as seguintes hipóteses para as respostas que espero receber das entrevistas:

H1: Os estudantes de jornalismo chegam ao estágio aptos a desenvolver trabalho prático na produção jornalística;

H2: Os estudantes entram no estágio com conhecimento prévio dos instrumentos e programas de *software* com que irão trabalhar;

H3: Os estudantes aprendem a trabalhar de forma autónoma durante o estágio;

H4: Os estagiários têm acompanhamento por parte de jornalistas profissionais dentro dos órgãos onde estagiam;

H5: Os estagiários aprendem a fazer um jornalismo melhor, em termos gerais e não apenas perante os *standards* do meio de comunicação em que estagiam;

H6: Os estagiários consideram positivas as suas experiências de contacto com o mundo profissional;

H7: Depois dos estágios, os estudantes de jornalismo ficam mais motivados para ingressarem na profissão;

2: Os Métodos

Para realizar este levantamento de vantagens e limites do estágio, irei utilizar, principalmente, o método de entrevista. Escolhi este método pois o ambiente de conversa e de partilha permite-me retirar as ideias que o entrevistado me quer partilhar de forma mais pessoal, profunda e efetiva do que inquérito a um grande número de pessoas me permitiria.

No entanto, também é de notar que, devido ao meu próprio período de estágio, também pude observar diretamente, semelhante aos entrevistados, as práticas do jornal em que trabalhei. Por isso, o método de Observação Participante também foi utilizado.

Primeiramente, definirei, em termos mais teóricos, o que é uma entrevista, seus objetivos e as suas vantagens e limites:

2.1: O que é uma entrevista

Uma entrevista é uma conversa entre duas ou mais pessoas, geralmente entre o(s) entrevistador(es) e a(s) pessoa(s) à(s) qua(i)l é (são) dada(s) ditas perguntas, o entrevistado ou interlocutor. A entrevista é utilizada para conseguir retirar do interlocutor informações sobre um assunto já apurado ou informações sobre a experiência pessoal do entrevistado.

Geralmente, o entrevistador entra na entrevista munido de várias perguntas, ou tópicos pelos quais irá tentar dirigir a conversa. Ao contrário de outros métodos de recolha de informação, como o inquérito, as perguntas da entrevista não podem ser demasiado técnicas, em demasia, demasiado curtas ou longas, senão o interlocutor apenas dará respostas insatisfatórias. O que o entrevistador procura do interlocutor é uma perspetiva mais pessoal, que lhe permita tirar algo mais profundo da conversa. Para isso terá de transformar a entrevista, de facto, numa *conversa* e não num interrogatório, para assim deixar a conversa fluir e conseguir tirar dela ideias, opiniões ou factos que ajudem a complementar a informação já possuída.

Existem diversas variantes de entrevista, tais como:

Entrevista semidirigida:

A entrevista semidirigida, ou semidiretiva é maioritariamente utilizada em contexto de comunicação social, como a televisão e com um objetivo mais virado para a investigação social. Não é muito aberta, mas também não é muito estrita, guiada por perguntas muito fechadas. Geralmente o questionador dispõe de várias perguntas chave, pelas quais se

guiará durante o processo, mas tentará criar um fluxo natural de conversa dentro da entrevista. Raymond Quivy (1998) refere-se a isso como uma espécie de “deixa andar”. O interlocutor tem a oportunidade para ser mais aberto e responder às perguntas pela ordem que ele quiser, sendo mesmo as perguntas criadas para serem mais abertas. O entrevistador apenas terá de se certificar que o interlocutor não se afaste muito do assunto, de forma a conseguir extrair o máximo de informação dele, da forma mais confortável possível.

“*Focused interview*”:

A entrevista centrada ou “*focused interview*” é um método mais dirigido para perceber o impacto que um acontecimento teve perante o público. Aqui o entrevistador encontra-se munido, não de perguntas específicas, mas tópicos mais abertos, pelos quais irá *criar* as perguntas ao longo da conversa.

Entrevistas Aprofundadas:

Na sua obra, Raymond Quivy refere ainda um terceiro tipo de entrevista, uma mais apontada para aprofundar histórias de vida, geralmente de um só interlocutor. Estas entrevistas são dotadas de perguntas mais aprofundadas e pormenorizadas, devido ao seu cariz muito mais íntimo. Por causa disso, costumam demorar mais tempo, o que pode levar a que sejam divididas em múltiplas sessões, para assim não cansar o entrevistador ou interlocutor.

2.2: Objetivos da entrevista

Devido ao cariz mais interpessoal da entrevista, o entrevistador pretende receber mais do que a informação com que já entrou para a entrevista. Embora isso possa parecer óbvio, porque claro que o jornalista, quando utiliza qualquer método de recolha de informação, espera sair no final do dia, com mais informação no bolso do que quando começou. Mas o que me refiro aqui é algo mais aprofundado. O interlocutor, durante a entrevista, não vai estar a despejar conteúdo académico para cima do entrevistador. Estará a falar sobre as suas experiências de vida ou algo que o apaixone academicamente, o seu discurso talvez levante algumas mais perguntas ou entre em conflito consigo mesmo, quer seja num nível argumental ou de espírito. O entrevistador tem, assim, acesso a informação “dentro da informação”, como refere Uwe Flick (2005), e a partir daí as experiências e o saber do interlocutor constroem uma realidade passível de ser interpretada mais aprofundadamente pelo leitor, algo que contrua o mundo à volta o interlocutor e que complemente o que o leitor quer tirar da entrevista que o possa, de facto, informar.

Assim pode-se dizer que os objetivos da entrevista passam pelos sentidos que o interlocutor pode dar a certa obra ou problemática; a resolução de dita problemática; a perspetiva mais pessoal de uma organização; ou a reconstituição de um evento passado. Tudo isto tendo em vista as suas próprias experiências de vida ou crenças. O entrevistador precisa de procurar mais a fundo no seu público a informação que vai completar a que está presente na sua própria visão. Como refere Isabel Guerra (2008), o entrevistador tem de perder um pouco do seu poder, do seu saber, para poder colocar o

interlocutor na luz da ribalta e assim conseguir retirar dele o saber que precisa para fazer o seu, e o do público, evoluir, pois aprenderam de alguém que tem um saber “privilegiado” do assunto.

2.3: Vantagens

A entrevista permite ao entrevistador e ao leitor aceder a informação a um grau muito mais aprofundado, pois o interlocutor costuma ser alguém ou muito versado na matéria em questão ou alguém que esteve presente quando um acontecimento específico aconteceu.

O cariz flexível e pouco direto deste método permitem ao entrevistador recolher estes testemunhos e interpretações dos locutores da maneira mais genuína possível. O contexto de conversa permite ao interlocutor falar sobre o assunto de forma mais natural. Outros métodos de recolha podem exigir ao público responder de uma forma que não lhes permitam expressar completamente o seu conhecimento sobre o assunto, talvez porque as perguntas eram demasiado em quantidade, demasiado curtas ou talvez menos abertas. Desta forma, os quadros de referência do público (linguagem e categorias mentais) permanecem intatos e o entrevistador recebe a versão mais esmerada do conhecimento, pois o interlocutor não se sente pressionado a falar dela de certa maneira e consegue, assim, contextualizá-la e aprofundá-la, tudo de uma maneira que o próprio interlocutor e, assim, o leitor, considera mais simples e passível de se compreender.

2.4: Limites e problemas

Como as entrevistas são mais flexíveis e abertas, certos questionadores podem sentir-se perdidos neste meio de conversa que, por muitas vezes, são abertas, com várias perguntas e caminhos divergentes que se vão abrindo ao longo da conversa; por outro lado, também é fácil para a entrevista ser enganosa e induzir um entrevistador inexperiente a falar sobre o que quiser com o entrevistado, já que pensa que lá porque a entrevista é aberta, que pode ser completamente subjetivo.

Ao contrário de métodos como o inquérito, a informação trazida posteriormente à entrevista pelo entrevistador raramente se encontra num estado em que é facilmente analisável. Os passos da entrevista e da análise revelam-se mais difíceis de fazer em conjunto do que nos outros métodos.

As formulações do entrevistado estão maioritariamente limitadas ao que lhe foi perguntado pelo entrevistador. De facto, uma boa entrevista não tem o interlocutor a falar do que apeetece ao entrevistador, nem vice-versa. Ambos dependem das perguntas ou tópicos formulados anteriormente, e isso pode dificultar a análise do conteúdo após a entrevista. O entrevistador tem de ter em conta o que quer levar da entrevista, o objetivo principal das suas perguntas e como as suas interações com o interlocutor ajudam ditas perguntas a desabrocharem. Se o entrevistador não tiver esse freio em mente, se não conseguir ver essa “*bigger picture*”, a sua entrevista não terá muita qualidade.

2.5: A observação participante

A observação participante consiste no pesquisador inserir-se no grupo que deseja estudar por um determinado período de tempo. Sendo muito mais focal e intensivo que outros métodos de estudo, a intimidade que a observação participante confere ao investigador permite-lhe perceber, mais efetivamente, a estrutura que constrói o seu objeto de estudo, as suas necessidades, comportamentos e disposições. É um método que depende muito da interpretação que a observação (que tem de ser neutra e objetiva) do investigador irá retirar do ambiente em questão.

Segundo Quivy (1998), a observação participante “(...) *capta os comportamentos, no momento em que eles se produzem e, em si mesmo, sem a mediação de um documento ou de um testemunho.*” (citado em Diogo, 2011, p.47) E como o próprio investigador participa nas ações que o seu objeto de estudo efetua, consegue perceber de forma mais efetiva o seu funcionamento.

As principais vantagens deste método consistem em “(...) *conseguir apreender os comportamentos e os acontecimentos, no próprio momento em que se produzem, e, portanto, relativamente espontâneos existindo uma autenticidade dos acontecimentos em comparação com as palavras e com os escritos*” (Quivy, & Campenhoudt, citado em Diogo, 2011, p.47).

3: O corpus de entrevistas

Para a entrevista contactei, com a ajuda do meu orientador de estágio, o professor José Ricardo Carvalheiro, alguns ex-estudantes do mestrado de Jornalismo da Universidade da Beira Interior, todos que concluíram o dito mestrado com uma experiência de estágio em jornalismo. Os estudantes em questão cingiram-se aos anos letivos de 2017-2018, 2018-2019 e 2019-2020. Fora destes estudantes também contactei com os estudantes da minha turma de 2020-2021.

Dos ex-estudantes que me foram apresentados, 14 no total, consegui efetuar entrevistas com 6 estudantes. Já da minha turma, apenas um estudante conseguiu dar-me uma entrevista sobre o seu estágio que ocorreu em território nacional.

No que toca ao contacto com estes estudantes para realizar a entrevista, os horários dos ex-estudantes não lhes permitiram conseguir realizar uma entrevista “conversacional”, por via de videoconferência, por isso foram-lhes dadas as perguntas através de correio eletrónico da entrevista para eles responderem por escrito de forma livre; quanto ao estudante do meu ano, foi conseguida uma entrevista já presencial. Este processo de contacto e envio/receção de entrevistas ocorreu entre os dias 20 de maio e 15 de junho e resultou num corpus final composto por sete entrevistas.

4: Sobre a observação participante

A minha experiência de estágio, como vai ser mencionada mais à frente neste relatório foi efetuada no Notícias da Covilhã, na cidade da Covilhã, durante o período de outubro a dezembro de 2020.

Como trabalhei diretamente na redação, tratado como um dos seus jornalistas, a observação foi efetuada pelos olhos de um jornalista que, embora inexperiente, foi tratado de forma relativamente igualitária aos veteranos.

5: Guião de entrevista

As perguntas da entrevista não serão rígidas, no sentido que, durante a entrevista, não procurarei uma resposta curta e rápida à questão. Por isso, as perguntas que se seguem tentam manter-se o mais abertas possíveis:

- 1: Indique sucintamente, o que considera ter sido aspeto mais positivo do seu estágio, tal como o menos positivo.
- 2: Houve qualquer choque de tecnologia quando foi estagiar (ex: teve de aprender a usar um *software* até aí desconhecido)?
- 3: Considera que os cursos de jornalismo e os estágios associados a eles são uma boa ferramenta de ensino de jornalismo?
- 4: Quando começou a estagiar sentiu que o(s) curso(s) já lhe tinha dado uma prática jornalística suficiente para não fazer “má figura”?
- 5: Foi enquadrado e orientado continuamente por algum jornalista do órgão de comunicação ou foi recebendo apenas indicações gerais e seguindo os exemplos que via?
- 6: Saiu em reportagem com jornalistas profissionais ou chegou a fazer reportagens sozinho? Quantas vezes, aproximadamente?
- 7: Quando as suas peças eram editadas por um(a) jornalista, ele/a procurava explicar-lhe as correções e dar-lhe conselhos?
- 8: Participava em trabalhos coletivos ou de jornalistas profissionais, para os quais contribuía com uma parte da informação?
- 9: Caso tenha sido autor de peças completas, a sua autoria surgia identificada?
- 10: Participou em reuniões da redação onde se planificava e distribuía trabalho?
- 11: Qual a sua opinião sobre a objetividade no jornalismo e a filtração da informação pelo jornalista, perante um público mais nativo de uma era virtual de grande acessibilidade de informação?
- 12: Sentiu-se, no fim do seu estágio, como um melhor jornalista (em geral e não pelos *standards* do órgão em que trabalhou)?

Capítulo 4: Experiência de estágio

Entre outubro e dezembro de 2020, estagiei no Notícias da Covilhã, o jornal local da nossa cidade. Fundado em 1919, o Notícias da Covilhã foi o sucessor do jornal “A Democracia” que se publicava sob diretoria do Dr. António Catalão desde 12 de Janeiro de 1913. O jornal é principalmente físico, a edição impressa semanal contando com 24 páginas, embora já tenha tido períodos de menos páginas, e até mais (o máximo chegou a 36 páginas). Porém, o Notícias também tem uma versão online, que nasceu em 2007, tendo sofrido algumas mudanças, e uma remodelação para um novo site em 2019.

O jornal trabalha histórias não só da sua cidade, mas também doutras autarquias do eixo Guarda – Covilhã – Fundão – Castelo Branco, tendo como objetivo principal a publicação de histórias e opiniões que ajudem a desenvolver a região, promovendo “(...) *uma cidadania mais dinâmica, em aprofundamento da democracia, e a um desenvolvimento regional com igualdade de oportunidades para todos.*” (Fonte: <https://noticiasdacovilha.pt/ficha-tecnica/>).

Como é propriedade da Igreja Católica através da Diocese da Guarda, o Notícias é de “(...) *inspiração cristã, promovendo os valores e os direitos do homem com base na verdade, na justiça e na solidariedade.*” (Fonte: <https://noticiasdacovilha.pt/ficha-tecnica/>). A redação encontra-se no centro histórico da Covilhã, na Rua Jornal Notícias da Covilhã e tem como diretor o Padre Luís Freire e como coordenadores João Alves e Ana Ribeiro Rodrigues.

A equipa com que tinha de trabalhar era pequena, apenas de 5 membros, não incluindo eu e o Padre Luís Freire. Todos os 5 membros são jornalistas, mas uma das minhas colegas, estagiária profissional do Notícias, também tinha a responsabilidade de tratar da publicidade do jornal.

O espaço de trabalho era proporcionalmente pequeno, tendo apenas três divisões: o espaço de trabalho geral, com quatro mesas para cada jornalista realizar o seu trabalho, um escritório mais particular e uma casa de banho. Quaisquer discussões sobre as notícias a fazer e as edições do jornal, que fechavam às terças, tinham lugar no espaço de trabalho geral. Fora deste, uma porta lateral dava à sala de impressão do jornal, que era publicado às quartas-feiras.

Tive direito à minha própria mesa, mas tive de trazer o meu próprio computador portátil para o local de trabalho, todos os dias, visto que apenas havia dois computadores fixos no espaço de trabalho.

No entanto, durante o tempo de estágio não tive a sensação de ter razões de queixa do ambiente ou das condições de trabalho. Embora o meu testemunho possa fazer parecer com que a redação seja apertada, o tamanho pequeno da equipa impediu que o espaço se tornasse claustrofóbico e confuso, com várias pessoas a andar por aí. Não existiam “ilhas” de vários grupos, a circular constantemente na sua azáfama diária. Cada um ficava no seu espaço, no seu sossego e, se precisasse de assistência, era só dar um ou dois passos para a próxima mesa, para falar com o colega.

O jornal funcionava das 9 horas às 18 horas, da segunda à sexta-feira, embora houvesse casos regulares de um dos meus colegas ter de passar rapidamente pela redação aos fins-de-semana para acabar um trabalho. A estrutura de trabalho funcionava de forma que, no início da semana, os membros da equipa tinham uma peça principal a trabalhar (uma

entrevista ou reportagem) e que era para ser entregue até à segunda-feira seguinte, de forma que não falhasse o fecho da edição na terça-feira e conseguisse ser impressa na quarta-feira. O mesmo se aplicava às notícias de comunicados de imprensa que me eram entregues, mas o maior foco de cada semana era na grande reportagem a trabalhar.

No que toca à versão *online* do site, o limite não era tão estrito, mas todos se esforçavam para não demorar muito com cada notícia, mesmo que fosse algo mais pequeno para o jornal *online*.

No que toca aos horários dos jornalistas, o formato era razoavelmente flexível. Os jornalistas apresentavam-se na redação às 9 da manhã, tinham uma pausa para almoço de uma hora ao meio-dia/13 horas (consoante quando conseguissem terminar o que estavam a fazer) e, finalmente, acabavam o dia entre as 13 e 16 horas, dependendo se conseguiam acabar com as suas tarefas cedo. Eu habitualmente entrava às 9 horas, ia almoçar ao meio-dia, regressava às 13 horas e acabava o meu dia às 15/16 horas.

No entanto, com o agravamento da pandemia no final de 2020, foi necessário para o Notícias reestruturar o seu horário para prevenir infeções. Os 5 dias úteis da semana foram divididos em dez espaços: cinco manhãs (9 ao meio-dia/13 horas) e cinco tardes (13/14 horas até às 18 horas). Cada um dos jornalistas, incluindo eu, foram assignados para trabalhar ou no espaço da manhã ou da tarde, dependendo do dia. Segmentados assim, prevenia-se contactos contínuos entre os grupos. O calendário com os nomes de quem trabalhava em que espaço em determinado dia da semana encontrava-se afixado no espaço geral de trabalho e foi atualizado várias vezes. A minha colega da publicidade trabalhava maioritariamente com a versão *online* do jornal, por isso começou a trabalhar de casa. Para mim, foram-me dadas as quartas e sextas para teletrabalho.

Embora o Notícias não funcione dentro de uma freguesia isolada, também não o faz dentre de uma megametrópole. Não estávamos apetrechados de equipamento de topo de gama, nem estávamos a correr de um lado para o outro atrás das histórias mais recentes, num esforço de superar os nossos rivais. Eramos um espaço pequeno, a tentar fazer o nosso melhor todos os dias. O Notícias nunca chegou a ser sufocante e constrangido, mas sim confortável e algo aconchegante, devido ao seu espaço diminuto. Não me foram impingidas pressões dos meus colegas veteranos para saber fazer várias técnicas duma só vez. Vivia um dia de cada vez e escrevia o que me era assignado. A partir daí, o editor do Notícias avaliava o meu trabalho e progresso e abria, progressivamente, as portas para trabalhos mais complexos.

Concluindo, era um jornalismo de cidade pequena, com um ritmo proporcionalmente pequeno. Sem estar afogado nas pressões do jornalismo moderno, consegui perseguir o que realmente queria do jornalismo: procurar uma história e escrevê-la bem, ao meu ritmo, mas também profissionalmente.

Foquemo-nos nessa ideia de progresso. Nos primeiros dias de trabalho dentro da redação, o editor focou-se em testar e aprimorar as minhas capacidades de escrita jornalística. Primeiro, deu-me um artigo do Notícias, uma reportagem sobre o movimento artístico WOOL, de onde eu teria de retirar os pontos mais importantes. Desprovido de computador na minha primeira manhã, foram-me dadas algumas folhas de papel para retirar as ideias focais. Como a notícia era razoavelmente extensa, fiquei algum tempo a retirar os tópicos, mas isso provou-se o meu erro: o meu trabalho acabou muito extenso para um texto noticioso normal e o editor referiu que tinha de ser mais conciso no retirar das ideias. As folhas que preenchi com vários tópicos eram-me, por volta do meio-dia, inúteis.

A partir, daí, fui treinando a minha escrita ao fazer curtas notícias a partir de comunicados que me eram dados pelo editor. E isto foi tornando-se algo que faria na minha maior parte do tempo no Notícias. O jornal não cobria apenas histórias dentro da cidade, mas também de toda a região da Beira, como o Fundão, Castelo Branco, Gouveia, Idanha, entre outros, recebendo os comunicados de imprensa das Câmaras Municipais e outras organizações situadas nessas freguesias. Desta forma, conseguia ter material o suficiente para lançar na sua edição semanal. Nos primeiros dias, a minha dificuldade em encurtar as notícias persistiu, sim, mas o ambiente em que me encontrava e o acompanhamento que me era facultado permitiu-me progredir e melhorar a minha escrita rapidamente.

No entanto, não me fiquei apenas por trabalhar em comunicados, preso na minha cadeira, feito autómato no meu trabalho de escritório das 9 às 5. Um dos ideais mais preponderantes dentro do Notícias era de evitar ao máximo apoiarmo-nos nos comunicados que nos eram entregues. Segundo as palavras de um dos veteranos dentro da redação, o jornalismo de comunicados, cito, “apodrecia a profissão”, que ficarmos agarrados a esta informação mais fácil feria a nossa posição como jornalistas.

Assim, o Notícias também tinha outras tarefas. Como já referi, uma das minhas colegas, também estagiária (embora fora da UBI, já estando no Notícias há alguns anos), estava encarregue de publicar as notícias no *site* do Notícias, além de tratar, separadamente, da publicidade. Embora as minhas tarefas se cingissem, maioritariamente, ao escrever as minhas peças e entregar ao editor, também acabei por ajudar, algumas vezes, na publicação de peças noticiosas maiores no *site*. No que toca ao trabalhar com publicidade, não foi algo com que tenha interagido.

E com isto passo aos trabalhos mais complexos que me eram dados todas as semanas: além de continuar a tratar dos comunicados de rotina, o chefe da redação também me encorajou a pensar numa história para ir trabalhar no terreno, sozinho, ou acompanhado de um colega. São as grandes reportagens a que me referi mais acima. Desde assuntos como o Dia de Todos os Santos, o 150º aniversário da Covilhã como cidade, a requalificação urbana de organizações como a WOOL, a situação dos restaurantes e dos serviços de entrega de comida dentro do ambiente de pandemia, estas tarefas exigiram que eu pegasse na câmara fotográfica e bloco de notas e saísse à procura de pessoas para entrevistar, desde os cidadãos comuns a agentes da polícia e bombeiros. No meio disto tudo, quaisquer trabalhos que os meus colegas precisavam de ajuda para completar contavam com a minha ajuda, consoante disponibilidade.

Uma das regras que depressa me foi ensinada no que toca a estes trabalhos no terreno foi de evitar repetir entrevistados de uma entrevista à outra. Isso exigiu que me esforçasse para explorar a cidade e ser criativo na escolha de pessoas para entrevistar. Nem sempre foi fácil encontrar pessoas, tanto para entrevistar, como para fotografar, mas interagir com a população, ouvir as suas histórias e embrenhar-me na cidade foi um dos aspetos mais gratificantes de toda a experiência do estágio.

Concluindo, considero que a minha experiência de estágio foi bastante positiva. Sim, existe a possibilidade que possa ter aprendido mais sobre certos requisitos do jornalismo que apenas poderia aprender em redações maiores, de grandes cidades. E talvez quando me formar e trabalhar para uma destas agências, irei passar por um período de aprendizagem, para me encaixar no papel de jornalista multifacetado que é esperado de todos os recém-formados de hoje em dia.

Mas na minha opinião, existe uma capacidade intrínseca dentro desta profissão, que talvez dentro das redações mais apressadas e ocupadas, não se consiga ver com tanta clareza: a preocupação, por parte do editor e dos colegas mais experientes, em ensinar a fazer jornalismo segundo um ideal de qualidade. Um jornalismo neutro, cuidado, que tenha atenção às fontes, que interaja de forma genuína e cooperativa com o público e que *sirva* o público como humilde empregado. Ao embrenhar-me nas ruas da Covilhã, ao levar um pedaço das vidas de tantas pessoas comigo e passar todos estes testemunhos para o papel ou o documento *word*, para assim partilhar com os demais, sinto que não apenas cresci como jornalista, mas *tornei-me*, também, um jornalista. Da forma mais ínfima e talvez romântica possível. Tornei-me o profissional com que todos os estudantes querem ser quando imaginam esta profissão.

E foi nesta pequena redação que me senti realizado. Que senti que estava a escrever por um bom propósito. E em dezembro saí da redação completamente realizado e algo insatisfeito por já ter terminado.

E acho que é isso que se espera conseguir levar de qualquer estágio.

Capítulo 5: Resultados

Neste capítulo, apresento os resultados das entrevistas, usando como método a exposição dos trechos de respostas considerados mais significativos para cada uma das questões predefinidas no guião. Mantenho o anonimato dos entrevistados, identificando apenas o tipo de meio de comunicação em que cada um dos entrevistados estagiou.

1: Indique sucintamente, o que considera ter sido aspeto mais positivo do seu estágio, tal como o menos positivo.

Para esta resposta, houve um consenso geral entre os entrevistados sobre o aspeto mais positivo da sua experiência de estágio e isso foi a possibilidade de integração num ambiente jornalístico sério, fora do conforto da sala de aula. Entrar na rotina de uma redação de imprensa foi, para muitos dos entrevistados, algo que trouxe um fator de prática que sentiam que estava a faltar das aulas teóricas que estavam a ter nos seus cursos.

“Embora a Universidade da Beira Interior proporcione unidades curriculares bastante práticas, preparando os futuros jornalistas para o mercado de trabalho, o ambiente de redação e de proximidade com jornalistas só se consegue alcançar na profissão ou, neste caso, no decorrer de um estágio.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“Confesso que o mundo profissional tem muito pouco a ver com aquilo que fazemos e aprendemos na universidade. Aquilo que nos foi ensinado é, obviamente, fundamental, mas diria que saímos da universidade com uma ideia muito pouco clara daquilo que é trabalhar em jornalismo.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“Ainda que, enquanto, na altura, estudante de jornalismo, tivesse noção do circuito interno da informação, foi algo que me conseguiu surpreender bastante e permitiu adquirir mecanismos que considero essenciais para o trabalho que atualmente desenvolvo.” (Testemunho de estagiário na área da televisão).

Antes de passar para o aspeto negativo por si só, acho necessário apontar outro fator dos estágios que ocupa, digamos, um lugar tanto negativo como positivo, ou seja, do qual os entrevistados tiveram uma visão e experiência diferentes.

Falo da experiência com a equipa com qual trabalharam. Alguns dos entrevistados apontam uma boa relação com a sua equipa, que integraram os jornalistas inexperientes no funcionamento da agência (tratando-os como colegas do mesmo estrato profissional), o que os ajudou a aclimatizarem-se ao novo ambiente.

“(...) o interesse direto de chefes e diretores de redação em participar nas reuniões de equipa sem interferir no curso e ordem dos trabalhos.” (Testemunho de estagiário na área de imprensa).

“Aliado a isso, destaco também a oportunidade de, mais do que assistir ao trabalho dos jornalistas da TVI, ter sido também um sujeito ativo no funcionamento da redação, tendo a possibilidade de sair em reportagem com os repórteres de imagem, realizar entrevistas, escrever peças e montá-las nas ilhas de montagem.” (Testemunho de estagiário na área da televisão).

“Ainda, a relação que pude estabelecer com a equipa de canais temáticos da SIC, onde estava inserido, foi igualmente muito positiva, e um ponto sempre a recordar.” (Testemunho de estagiário na área da televisão).

No entanto, também consegui destacar situações onde a experiência não progrediu de forma tão suave, tanto na pouca ajuda que davam ao estagiário, como na carga de trabalho que lhe impingiam desde o começo. Tudo resultou em alguma confusão nos primeiros dias de estágio para estes entrevistados e pareceu ferir a visão que estes levaram da indústria como um todo, estes estudantes sentindo-se denegridos ou cansados dentro do seu ambiente de trabalho.

“O único aspeto negativo que tenho de salientar foi o acompanhamento pouco minucioso que recebi nos primeiros dias de estágio: numa redação que trabalha ao segundo, na imediatidade da notícia, alimentando uma rádio e um site, deixa de haver espaço para um acompanhamento total dos estagiários.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“A carga de trabalho e a desvalorização. Na rádio trabalha-se muito, mas jornalismo é sinceramente a pior área. Não há horários, temos de estar sempre disponíveis porque ‘as notícias não escolhem horas’, e uma rádio, que também tem site, vive do momento e do ‘agora’. Trabalha-se aos fins-de-semana e muitas vezes, não só a fazer notícias, como a cobrir eventos e fazer a transmissão dos jogos de futebol e futsal. Depois há a parte da desvalorização, em que por vezes o esforço e as horas de trabalho a mais não são reconhecidas e cada vez nos é exigido mais.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

Finalmente, no que toca ao aspeto negativo por si só, houve consenso entre múltiplos entrevistados sobre a sua experiência de estágio ter sido ferida pelo ambiente de pandemia da COVID-19, tanto pela mudança repentina no formato de trabalho, passando para um ambiente virtual, como até no resultado do término do estágio em geral.

“(…) negativamente, a pandemia obrigou-a a mudar o seu método de trabalho e limitado a sua aprendizagem, pois teve de mudar para um formato de teletrabalho.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“O ponto mais negativo acaba por ser o término repentino do meu estágio, depois da eclosão da pandemia pela COVID-19, e o aumento do número de casos no nosso país, em março de 2020.” (Testemunho de estagiário licenciado em Ciências da Comunicação).

2: Houve qualquer choque de tecnologia quando foi estagiar (ex: teve de aprender a usar um software até aí desconhecido)?

No que toca a equipamentos e programas desconhecidos para os novos estagiários, a análise das respostas aponta para um consenso de uma falta de dificuldade nos jovens jornalistas a utilizar os equipamentos com os quais já estavam familiarizados da sua experiência universitário e a aprender a utilizar os programas únicos dos seus locais de estágio.

“O único software que tive de aprender a utilizar é o denominado ‘Team News’ ou ‘Dalet’, o programa que é utilizado na TSF para colocar os sons no ar e alinhar um noticiário. De resto, são utilizados os programas básicos: Audacity, com que já tinha trabalhado na universidade (idêntico ao Audition), e o Newsgen para o site (muito semelhante ao wordpress).” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“Choque não diria, mas sim tive que aprender a mexer com o programa da rádio. Aqui utilizamos o X-frame, e serve para tudo o que fazemos aqui: programar músicas, agendar rubricas e programas, sinais horários, publicidade, gingles, promos e noticiários. Para cortar sons usamos o audition e com isso já sabia trabalhar. Na parte do site, usamos o wordpress e também tive de aprender, mas é um site bastante fácil e intuitivo.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“Não, de uma forma geral tinha conhecimento de todos os programas utilizados. A única novidade foi o iNEWS, uma plataforma que permite a ligação em rede das redações do Porto e Lisboa.” (Testemunho de estagiário na área da televisão).

3: Considera que os cursos de jornalismo e os estágios associados a eles são uma boa ferramenta de ensino de jornalismo?

A esta pergunta, a resposta e pensamento de todos os entrevistados foi unânime: embora considerem que o curso de jornalismo, tanto em licenciatura como em mestrado seja fulcral para o desenvolvimento do bom jornalista, não esquecem de acrescentar que os cursos (maioritariamente teóricos) só ganham este carácter elogiável ao juntarem-se aos estágios mais práticos.

“Como disse, o curso prático que nos proporcionam, com a possibilidade de fazer notícias em qualquer área (à exceção da política), dá uma bagagem aos alunos muito importante para o futuro. Os alunos saem da UBI com todas as componentes para fazer uma notícia para jornal, rádio ou televisão, assim como uma reportagem. O estágio acaba por ser um complemento ao trabalho desenvolvido na universidade, ajudando a fortalecer todas essas valias.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“O curso em ciências da comunicação e o mestrado em jornalismo são uma boa base, mas como já tinha dito acho que não somos preparados para o mundo real. Com o estágio sim, acho que nos dá uma boa visão daquilo que é o jornalismo e o trabalho em meios locais (no meu caso claro).” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“Caso contrário [se não existir um estágio], poderá ser um choque para qualquer recém jornalista.” (Testemunho de estagiário na área da televisão).

4: Quando começou a estagiar sentiu que o(s) curso(s) já lhe tinha dado uma prática jornalística suficiente para não fazer “má figura”?

Esta pergunta foi, igualmente, de resposta simples para os entrevistados, que reiteraram a mais-valia que a formação da UBI foi para eles, mas não deixam de reconhecer que existe sempre espaço para melhorar, principalmente dentro de um órgão de comunicação que possa ter valores jornalísticos ou métodos de escrita/edição diferentes dos ensinados na UBI.

“O curso deu-me as bases, não entrei no estágio completamente ‘às escuras’. Mas para isso também contribuiu o facto de ter ingressado num curso de informação na Rádio Universidade de Coimbra. Na UBI havia quase um padrão para escrever notícias e aqui na rádio, vi que isso não ‘pode’ acontecer. Todas as notícias têm abordagens diferentes. Se eu tivesse andado noutra curso e depois começasse este estágio, ia ser bastante difícil mas também não acho que fosse impossível.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“(…) uma boa formação jornalística permite-nos chegar à redação com um know-how muito grande. E na UBI, em concreto, o ensino em jornalismo é de excelência. Em

momento algum me senti incapaz de realizar qualquer tarefa solicitada por falta de conhecimentos. Tanto a licenciatura em Ciências da Comunicação como o mestrado em Jornalismo têm associados uma componente prática que se torna fundamental no momento em que “voamos” para os nossos locais de estágio.” (Testemunho de estagiário na área da televisão).

5: Foi enquadrado e orientado continuamente por algum jornalista do órgão de comunicação ou foi recebendo apenas indicações gerais e seguindo os exemplos que via?

Para esta pergunta, a opinião mostra-se dividida: enquanto alguns dos entrevistados referem que receberam uma orientação contínua e cuidada por parte dos seus orientadores de estágio e da equipa de produção das suas agências, outros referem que a participação destes se cingiu mais ao começo do seu estágio. A partir daí, estes estagiários referem que trabalharam, predominantemente, de forma autónoma.

“Fui enquadrada, mas a maior parte das vezes vou aprendendo com o dia-a-dia e ao ver como se fazem as coisas.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“(…) trabalhei com autonomia sempre, após breve e curtas indicações de objetivos por parte da coordenadora de programa” (Testemunho de estagiário na área da televisão).

“Não por um jornalista, mas por vários membros da produção dos canais temáticos da SIC. Tive um acompanhamento sempre muito cuidado, atencioso e profissional. Mais uma mais-valia deste meu estágio.” (Testemunho de estagiário na área da televisão).

“Os jornalistas da rádio tinham a tarefa de orientar [o estagiário] (...). Pediam-lhe para fazer trabalhos e corrigiam-lhos, chamando-lhe a atenção para certos hábitos menos bons. “Tentar ler entre as linhas da nota e procurar o que interessaria às pessoas”. Também foi suportada quando trabalhava em multimédia.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“Ainda assim, é bom que o estagiário tente enquadrar-se no meio envolvente, acompanhando o bom que se faz nas redações, mesmo sem indicações gerais do jornalista. Aprende-se também a ver e a ouvir, e eu tentei sempre buscar esses aspetos.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

6: Saiu em reportagem com jornalistas profissionais ou chegou a fazer reportagens sozinho? Quantas vezes, aproximadamente?

Nesta resposta deteta-se outra divisão de opinião. Embora todos os entrevistados refiram que saíram para reportagens dezenas de vezes ao longo dos seus estágios, a contínua presença de colegas a acompanhá-los regista-se em apenas algumas das experiências de estágio, enquanto outras foram denotadas pela independência do estagiário, que saía sozinho desde o começo do estágio, ou pouco depois de o ter começado.

“Com o jornalista da rádio nunca fui, ou ia sozinha ou com outra colega minha estagiária também.” (Testemunho de estagiário de rádio).

“Sim, acompanhei em reportagens os jornalistas profissionais com quem estagiei por várias vezes, mais de trinta vezes, pelo menos; uma vez, pelo menos, em cada órgão de comunicação social nos quais estagiei, fiz reportagens” (Testemunho de estagiário na área da imprensa).

“Na reta final do estágio comecei também a realizar trabalhos sozinha, saindo em reportagem apenas com os repórteres de imagem e fazendo as entrevistas às fontes indicadas pelos editores.” (Testemunho de estagiário na área da televisão).

“A primeira vez que saí em reportagem já foi sozinho, mas depois de algum trabalho em contexto de redação. Antes disso, comecei a editar as madrugadas de fim-de-semana.” (Testemunho de estagiário da rádio).

Um fator também comum entre alguns dos entrevistados foi a limitação das reportagens, tanto pelo número que poderiam ter realizado, como o método mais sedentário pelo qual realizavam o seu trabalho, graças à influência da pandemia do COVID-19.

“Foram muitas vezes [que fui em reportagem], para cima de 20 e ainda seriam mais se não existisse covid-19.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“Nos tempos de pandemia, contactava por telefone.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

7: Quando as suas peças eram editadas por um(a) jornalista, ele/a procurava explicar-lhe as correções e dar-lhe conselhos?

Para esta resposta, a experiência dos estudantes também se revelou unanimemente semelhante, os entrevistados referindo o fator de grande integração que as suas equipas nas redações realizavam para com eles e a sua equipa e o constante desejo de ajudar a aprimorar o jornalismo do estagiário que estavam a ajudar.

“Sempre que editaram as minhas peças, estava ao lado do jornalista, exatamente para que me explicassem as correções e dessem conselhos para memória futura. Este ponto também foi importante para a evolução como jornalista, além do trabalho em contexto de ensino.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“Todos os jornalistas com os quais tive o privilégio de privar tinham o cuidado de me explicar a razão pela qual deveria ter optado pela estrutura A em vez da B ou da C. Além disso, senti, desde o primeiro dia, que me integraram muito bem na equipa, explicando-me todos os processos realizados, dando conselhos sempre que saíamos em reportagem assim como na elaboração conjunta de determinadas peças.” (Testemunho de estagiário na área da televisão).

8: Participava em trabalhos coletivos ou de jornalistas profissionais, para os quais contribuía com uma parte da informação?

Para esta pergunta revelou-se um pouco de ambivalência, no que toca ao trabalho de peças num ambiente de equipa: embora os estagiários não desmentem que a ajuda dos outros jornalistas e estagiários foi fulcral para o seu trabalho diário, também denotam que a maior parte dos trabalhos era, de facto, individual.

No entanto participações coletivas em reuniões/conferências, por exemplo, foi algo também encontrado nas suas experiências.

“Apoiei jornalistas em grandes reportagens, nesses casos, mas a informação foi sempre adquirida pelo jornalista, e nunca pelo estagiário.” (Testemunho de estagiário da rádio).

“Nesta rádio só há um jornalista profissional e sim trabalhávamos todos os dias em conjunto. Claro que a maior parte das peças eram individuais, mas vou pedindo ajuda,

assim como a pessoa utiliza informações de notícias que já fiz.” (Testemunho de estagiário da rádio).

“Certos comunicados requereram a ajuda de outros estagiários, mas de resto, foi sozinha. Houve situações onde [o entrevistado] e outro estagiário tiveram de assistir a conferências e tirar notas juntos.” (Testemunho de estagiário da rádio).

9: Caso tenha sido autor de peças completas, a sua autoria surgia identificada?

De entre as respostas, encontra-se um fator comum que é a limitação que os entrevistados experienciaram no que toca à identificação da sua autoria. Devido a serem apenas estagiários, não possuindo a carteira de jornalista necessária para garantir a sua autoria nas histórias, esta era posta em segundo plano ou omitida como um todo.

“Tendo em conta que comecei a editar madrugadas, tive de pedir a carteira profissional para o poder fazer, nessa altura, a de colaborador. A partir desse momento, cerca de um mês depois do início do estágio, as peças começaram a ser assinadas com o meu nome.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“Sim, ainda que não possa assinar notícias porque ainda sou apenas estagiária, o meu nome, por causa das funcionalidades do site, aparece.” (Testemunho de estagiário profissional da rádio).

“O programa que a rádio usava para escrever as notícias requeriam que o jornalista desse o seu nome. Porém, após [o entrevistado] sair do estágio, a sua autoria foi omitida em peças passadas que escreveu e voltou a verificar, posteriormente.” (Testemunho de estagiário da rádio).

10: Participou em reuniões da redação onde se planificava e distribuía trabalho?

Identifica-se, mais uma vez, um contraste de opinião. Porém, desta não é entre experiências individuais dos entrevistados, mas entre os géneros de jornalismo. Comparando os testemunhos de estagiários na área da rádio e os da área da televisão, consegue-se ver que o cariz imediato da rádio não é muito propício para a realização de reuniões, enquanto no meio televisivo existe mais espaço para uma planificação cuidada das notícias.

“Na [rádio em que estagiou], as reuniões de ‘planificação’ são apenas para os editores, e não para os redatores.” (Testemunho de estagiário da rádio).

“Não há reuniões porque na rádio as notícias são para o imediato. O que acontece é que ao longo do dia vão acontecendo coisas e vão surgindo as notas de imprensa no email e vamos dividindo e falando o que cada pessoa faz. Quando é para cobrir eventos, aí sim, combina-se com um pouco mais de antecedência.” (Testemunho de estagiário da rádio).

“A primeira reunião do dia acontecia por volta das 08h30, por videochamada, com os editores de Lisboa, onde estes decidiam os acontecimentos a cobrir e a transformar em notícia para o Jornal da Uma. Decididos os assuntos a cobrir, o editor do Porto distribuía as tarefas pelos jornalistas daquela redação e dava algumas diretrizes sobre

a forma como deveriam abordar os assuntos em causa.” (Testemunho de estagiário na área da televisão).

11: Qual a sua opinião sobre a objetividade no jornalismo e a filtração da informação pelo jornalista, perante um público mais nativo de uma era virtual de grande acessibilidade de informação?

De entre as respostas obtidas, pode-se identificar unanimidade entre os entrevistados, no que toca ao papel da objetividade do jornalismo, todos eles defendendo este ideal e referindo que ele tem de se esforçar mais para se destacar numa era de notícias virtuais sensacionalistas (de cariz “click-bait”, ou dotadas de subjetividade). Para os entrevistados, a objetividade do jornalismo é um pilar que tem de ser mantido ereto, mesmo perante grandes dificuldades que a era moderna do *newsmaking* apresenta.

“Acho que a objetividade, para mim, foi sempre um dos pilares do jornalismo. Sei que, com o online, fica mais difícil atrair a atenção do leitor com notícias de títulos ‘secos’. O jornalista tem de trabalhar contra isto e trabalhar com objetividade.” (Testemunho de estágio na rádio).

“É imperioso que o jornalista avance com informação rigorosa e confirmada, seguindo o código deontológico a que estamos sujeitos. A ‘era das fake news’ tem de ser combatida, principalmente, pelos jornalistas, apesar da acessibilidade geral a que todos têm informação, por exemplo nas redes sociais.” (Testemunho de estágio na área da rádio).

“O que hoje em dia, infelizmente, acontece, é que se faz muito click-bait porque é isso que vende e dá dinheiro. Concordo com títulos apelativos, mas há um limite que não deve ser ultrapassado. Somos também obrigados a fazer leads com a informação quase toda e muito diretos porque a maior parte das pessoas lê as notícias no telemóvel e não leem, ou não querem ler mais que dois parágrafos.” (Testemunho de estagiário da rádio).

Outro aspeto em que muitos dos entrevistados concordaram, também, é a da educação, não só do jornalista, mas também do público, de forma que este consiga pesquisar efetivamente, utilizando diversas ferramentas disponibilizadas, através do ambiente virtual e conseguir encontrar notícias objetivas que lhe, realmente, beneficiem.

“(…) é preciso “educar” o público, para que este entenda que só em meios de comunicação social encontrará informação de confiança e rigorosa.” (Testemunho de estagiário da rádio).

“No entanto, ainda existe um caminho muito longo a percorrer num campo propedêutico de ‘educação digital’ para que o próprio público surja garantidamente dotado de ferramentas que lhe permitam ser ele próprio a exercer a triagem ou filtro do que é, realmente, um trabalho com objetividade e correspondente a parâmetros de interesse público objetivo e o que é, no mínimo, duvidoso e pertencente ao campo da mera virtualidade florescente.” (Testemunho de estagiário na área de imprensa).

12: Sentiu-se, no fim do seu estágio, como um melhor jornalista (em geral e não pelos standards do órgão em que trabalhou)?

Os estagiários entrevistados todos apresentaram um sentimento positivo perante esta questão. Consideram que, embora reconheçam que ainda têm muito para aprender e que ainda poderão cometer erros no futuro, a experiência de estágio foi-lhes muito benéfica

para se encontrarem enquanto jornalistas, melhorarem a sua escrita e métodos de filtragem de informação e, principalmente, desenvolverem-se como mensageiros objetivos e adaptativos, que trabalham para o bem do público.

“Terminei o estágio mais jornalista, e com mais capacidade para desempenhar a profissão. Foi fundamental, como disse, trabalhar de perto com jornalistas experientes, e aproveitar todas as valias que me passaram. Acredito que, hoje, estou preparado para trabalhar em qualquer órgão de comunicação social.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“O facto de ter recebi críticas e conselhos, em tempo real, fez-me crescer em termos profissionais e ajudou-me a superar os erros na minha escrita. No futuro, irei cometer mais erros, sim, mas agora a minha atenção está redobrada e tenho mais atenção no que escrevo.” (Testemunho de estagiário na área da rádio).

“Sem dúvida que, quanto mais oportunidades o estagiário tiver de se integrar num ambiente prático profissional e neles tiver liberdade para errar e acertar, bem como de refletir de modo crítico e analítico, apoiado por coordenadores experientes e atentos, melhor profissional, bem como melhor ser humano no geral, poderá vir a tornar-se.” (Testemunho de estagiário de imprensa).

“Esta é uma profissão que está em constante alteração, seja pela proliferação de canais de comunicação ou pelo, cada vez mais conhecido, “jornalismo do cidadão”. Cabe-nos a nós, jornalistas, tentar combater as várias ameaças que assolam o jornalismo, nomeadamente no que respeita ao vasto caudal informativo que atualmente existe. Tendo em conta este fator, é fundamental que os jornalistas criem mecanismos de filtragem de informação para selecionar de forma adequada toda a mensagem informativa que é passada para a audiência.” (Testemunho de estágio de televisão).

Capítulo 6: Conclusões

Embora as origens do jornalismo moderno em Portugal tenham sido algo conturbadas, tendo sido limitadas pelos regimes, tanto monárquicos como ditatoriais dos finais do século XIX e a maior parte do século XX, a evolução que eventualmente atingiu demonstra, pelo menos dentro das redações analisadas, através das entrevistas, um elevado grau de “sobriedade” dentro do seu funcionamento, sentimento que passa para os estagiários que elas educam.

E é nesse conceito que centro o jornalismo que consegui analisar a partir dos meus resultados: os estudantes que foram entrevistados são originários de uma era onde as fundações do jornalismo contemporâneo, centrado no ambiente virtual, não só já lançou as suas fundações como também já conseguiu delinear os seus limites e problemas.

Começo, então, a tentar responder às perguntas que coloquei no terceiro capítulo deste relatório e a tentar comparar as hipóteses também colocadas no mesmo capítulo:

Primeiramente coloquei a questão de como é que o estudante interagia com o ambiente profissional encontrado dentro da redação e como hipótese de respostas, coloquei na mesa que os estudantes entram com já algum conhecimento das ferramentas com que tinham de trabalhar (hipóteses H1 e H2) e que o suporte dos jornalistas veteranos em acompanhá-los no seu trabalho os ajudaria a tornar-se mais independentes (hipóteses H3 e H4).

Analisando os resultados, podemos ver que estas hipóteses são maioritariamente confirmadas. Em termos das ferramentas, como pudemos ver, os estudantes nunca “esbarraram” contra programas de software dos quais não tinham conhecimento nenhum, mas denotaram-se vários testemunhos que falaram de programas específicos à agência, como o Wordpress ou o iNews, nos quais tiveram de ser rapidamente ensinados pelos jornalistas veteranos. Como nenhum dos estudantes referiu a persistência de problemas com estes programas, pode-se inferir que a educação dada pelos profissionais se revelou suficiente para os estudantes começarem a trabalhar de forma eficiente, logo do começo.

E no que toca a aprenderem a serem autónomos, embora haja uma dissonância no grau de trabalhos independentes que os estagiários tinham de fazer, nunca se notou uma atitude constante de dependência entre o estudante e o jornalista profissional, nem de deixar o estagiário à sua sorte, perdido e sem apoio dos seus colegas. Existiu sempre um grau de confiabilidade e autonomia dentro das experiências analisadas, embora o grau destas variasse de estudante para estudante e de trabalho para trabalho.

Através de todas as citações, pode inferir-se que depende do local de estágio se o estudante é, ou não, acompanhado de forma próxima pelos profissionais, o que nem sempre acontece. O método mais geral de aprendizagem durante o estágio parece ser o de imersão no ambiente de uma redação/órgão de comunicação e de aprender vendo como se faz e seguindo apenas indicações breves que vão sendo dadas pelos jornalistas mais experientes. Mesmo que o estudante não saia muitas vezes completamente sozinho em trabalhos, os profissionais ainda insistem que ele aprenda e melhore por si mesmo, utilizando a sua experiência como base de evolução para a sua escrita.

A partir daí, no que toca à segunda pergunta que coloquei sobre como o jornalismo do estudante evoluiu dentro deste ambiente, e a hipótese (H5) de que o estudante aprendeu a fazer um jornalismo melhor, pelos *standards* da disciplina e não pelos da agência em si, a confirmação desta mesma hipótese começa a partir da confirmação da hipótese

anterior: o grau de independência que referi permitiu aos jovens jornalistas aplicarem eficientemente os conhecimentos que aprenderam nos cursos teóricos, conhecimentos tais que advertiam para as práticas mais danosas a um jornalismo neutro, e permitiram-lhes melhorar a sua escrita, mesmo que aos poucos e sempre com o suporte dos seus colegas na redação.

Do conjunto das respostas às questões 5 e 6 do guião de entrevista, parece ficar uma sensação geral de que os estágios constituíram uma experiência de trabalho com bastante (e crescente) autonomia e, conseqüentemente, treinaram-nos para estarem aptos a desempenhar futuras funções jornalísticas com alguma confiança em si próprios.

E a partir desta experiência e evolução, os jovens jornalistas conseguem começar a “desprender-se”, por si mesmos, dos estereótipos os órgãos jornalísticos modernos, que podem ser vistos como sensacionalistas, subjetivos ou preguiçosos, não só pelo público, mas também pelos estagiários que trabalharam neste ambiente (refira-se aos testemunhos de estagiários que citei da obra *“OS MEDIA EM MUDANÇA EM PORTUGAL: IMPLICAÇÕES DA DIGITALIZAÇÃO NO JORNALISMO”*, de José Luís Garcia e Teresa Duarte Martinho para exemplos desta imagem negativa do jornalismo “start-up” que encontraram nas redações) e a começar a dar uma melhor imagem para o jornalismo moderno, não importando o género em que trabalharam.

Outro exemplo da evolução do seu jornalismo encontra-se nas seguintes citações sobre o jornalista como *gatekeeper* de informação:

“A ‘era das fake news’ tem de ser combatida, principalmente, pelos jornalistas,” e “(...) ‘educação digital’ para que o próprio público surja garantidamente dotado de ferramentas que lhe permitam ser ele próprio a exercer a triagem ou filtro” (respostas à pergunta 11). A primeira citação parece ter implícita a importância dessa tarefa no trabalho jornalístico, que tem obrigação de não deixar passar informação não fidedigna nem confirmada. A segunda citação alude, por sua vez, a uma aptidão que no atual ecossistema mediático o próprio público teria de possuir para fazer uma filtragem daquilo que circula nos media: uma espécie de *gatekeeping* feito do lado dos recetores, no processo de consumo e receção de notícias.

Ambas as citações mostram esta responsabilidade que os estagiários conseguiram revelar através da sua experiência de estágio. Eles parecem ter noção do papel que devem ter perante o público, de lhes dar informação sempre verdadeira, mas tal como os profissionais dentro da agência confiam neles, a escrita dos estudantes também revela a confiança que estes aprendem a dar, por sua vez, ao público que servem.

Através de todos este crescimento, não é surpreendente, então, que todos terminem os estágios satisfeitos com a sua experiência, confirmando as hipóteses H6 e H7, dais quais procurei testar a questão Q3. A partir de boas bases dos cursos e de uma boa orientação dentro dos estágios, os estudantes conseguiram ter os conhecimentos e a independência, brotada da confiança que lhes foi dada dentro da redação, para escreverem peças evolutivas comparadas com as estórias dos webjornalistas do começo da era virtual moderna. Após saírem dos estágios, pode-se ver um sentimento geral de grande motivação nos estudantes.

Posso dizer, com confiança, que são estes estagiários que começam a construir a fundação para um jornalismo que irá mais além do que estudei neste relatório. Talvez possa chamar-se um “jornalismo pós-contemporâneo” ou até “futurístico”, mas a realidade do ambiente virtual traz consigo, todos os dias, novas ideias de comunicação de histórias e novas responsabilidades que vêm apegadas a quem tem o poder de

partilhar

essas

histórias.

Sim, haverá sempre novos problemas, mas acredito que o modelo da educação dada pelos nossos cursos e estágios conseguirá criar futuros estudantes e estagiários aptos para enfrentar qualquer realidade jornalística em que se encontrem e conseguir escrever, filmar ou falar um jornalismo apto para servir, primeiro que tudo, o público e mantê-lo informado e tão apto a encarar o nosso mundo com tanta sobriedade e confiança como os nossos futuros jornalistas.

Bibliografia/Webgrafia:

Altheide, D. (1976). *“Creating Reality. How Tv News Distorts Events”*, Beverly Hills, Sage.

Aarseth, e. J. (1994). *“Nonlinearity and literary theory”*, in G. P. Landow (ed.), *“Hypertext theory”* (pp. 87-120). Baltimore, The Johns Hopkins Press.

Bastos, H. (2013). *“A diluição do jornalismo no ciberjornalismo”*, disponível em: www.bocc.ubi.pt

Breed, W. (1955). *“Social Control in the News Room: a Functional Analysis”*, *Social Forces*, n.º 33, pp. 326-335

Bergsma, F. (1980). *“News Values in Foreign Affairs on Dutch Television”*, in Wilhoit G.-De Bock H. (eds.), *“Mass Communication Review Yearbook”*, Sage, Beverly Hills, pp. 207-222.

Boyd, D. (2010). *“Streams of Content, Limited Attention: The Flow of Information through Social Media”*, Educause Review.

Bruns, A. (2003). *“Gatewatching, not gatekeeping: Collaborative online news”*. *Media International Australia*, 107, 31-44. Gordon s. Wood (2002), *“The American Revolution: a History”*, New York: Modern Library

Canavilhas, J. (2008). *“Ensino do jornalismo: o digital como oportunidade”*, in Seminário *“Jornalismo: Mudanças na Profissão, Mudanças na Formação”*, Braga, Universidade do Minho

Canavilhas, J. (2010). *“Do gatekeeping ao gatewatcher: o papel das redes sociais no ecossistema mediático”*, disponível em https://www.academia.edu/2462511/Do_gatekeeping_ao_gatewatcher_o_papel_das_redes_sociais_no_ecossistema_medi%C3%A1tico

Canavilhas, J. (2014). *“Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença”*, Covilhã, UBI, Livros Labcom.

Canavilhas, J. (2015). *“Nuevos medios, nuevo ecosistema”*, disponível em: https://www.academia.edu/14179583/Nuevos_medios_nuevo_ecosistema

Deuze, M. (2004). *“What is multimedia Journalism? Journalism Studies”*, 5(2), pp.139–152.

Deuze, M. (2007). *“Media Work”*. Cambridge: Polity Press.

Diogo, S. (2011). *“Projecto de Intervenção Social: Desenvolvendo o Centro Comunitário do Centro Paroquial de Paderne”*, Faro, Universidade do Algarve

Donohue, G.; Tichenor, P.; Olien, C. (1972). *“Gatekeeping. Mass Media Systems and Information Control”*, em Mine G.-Tichenor P. (eds.), *“Current Perspectives in Mass Communication Research”*, Sage, Beverly Hillis, pp. 41-69.7

- Cascais, F. (2004). “*O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional*”, disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1240/1222>
- Fidalgo, J. (2008). “*O Jornalista em Construção*”. Porto, Porto Editora.
- Flick, U. (2005). “*Métodos Qualitativos na Investigação Científica*”, Lisboa: Monitor
- Galtung, J.; Ruge, M. (1965). “*The Structure of Foreign News*”, *Journal of Peace Research*, vol. 1, pp. 64-90 (trad. it. “*La struttura delle notizie dall'estero*” in Baldi P. (a cargo de), *Il giornalismo come professione*, 11 Saggiatore, Milão, 1980, pp. 113-133.
- Gans, H. (1979). “*Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, News, Newsweek and Time*”, Nova Iorque, Pantheon Books.
- García Avilés, J. a. & Carvajal, M. (2008). “*Integrated and Cross-media newsroom Convergence. Two models of multimedia news production – the cases of novotécnica and la verdad multimedia in Spain*”, *Convergence*, 14(2), pp.221–239.
- Garcia, J.; Martinho, T. (2018). “*Os media em mudança em Portugal: Implicações da Digitalização no Jornalismo*”, ERC
- Guastello, S. J., Traut, M. & Korienek, G. (1989). “*Verbal versus pictorial representations of objects in a human-computer interface*”, *International Journal of Man-Machine Studies*, 31, pp.99-120.
- Guerra, I. (2008). “*Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*”, Cascais: Principia
- Gieber A. (1956). “*Across the Desk: A Study of 16 Telegraph Editors*”, *Journalism Quarterly*, n.º 33, pp. 423-432.
- Golding, P.; Elliott, P. (1979). “*Making the News*”, Londres, Longman.
- Gradim, A. (2000). “*Manual de Jornalismo*”, Covilhã, UBI.
- Gradim, A. (2014). “*O ensino do jornalismo no mercado digital*”, Covilhã, UBI.
- Landow, G. P. (1995). “*Hipertexto. La convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología*”, Barcelona, Paidós.
- Lewin, K. (1947). “*Frontiers in Group Dynamics. 11. Channels of Group Life: Social Planning and Action Research*”, *Human Relations*, vol. 1, n.º 2, pp. 143-153.
- Lévy, P. (1993). “*O que é o virtual*”, São Paulo, ed. 34.
- Marinho, S. (2008). “*Formação em Jornalismo e Mercado de Trabalho: questões e dúvidas de uma relação inevitável*”, in Seminário “*Jornalismo: Mudanças na Profissão, Mudanças na Formação*”, Braga, Universidade do Minho

- Mitra, A. (1999). “*Characteristics of the WWW text: tracing discursive strategies*”, JCMC 5 (1).
- Moraes, F. M.; Jorge, T.M. (2011). “*Gramática hipertextual: apontamentos sobre regularidades linguísticas no jornalismo digital brasileiro*”, in Revista Intexto, vol. 1, n.º 24, pp. 103-114.
- Nielsen, J. (1995). “*Multimedia and Hypertext: The Internet and Beyond*”, San Diego: Academic Press.
- Quivy, R, C, L. V, (1998). “*Manual de Investigação em Ciências Sociais*”, Lisboa: Gradiva
- Robinson, G. (1981). “*News Agencies and World News*”, University Press, Fribourg.
- Salaverría, R. (2005). “*Redacción Periodística en Internet*”, Pamplona. EUNSA
- Schlesinger, P. (1978a). “*Putting «reality» together*”. BBC News, Londres, Constable.
- Singer J. (2007). “*Barbarians at the Gate or Liberators in Disguise? Journalists, Users and a Changing Media World*”, in Seminário “*Jornalismo: Mudanças na Profissão, Mudanças na Formação*”, Braga, Universidade do Minho.
- Singer, J.; Friend, C. (2007). “*Online Journalism Ethics: Traditions and Transitions*”, New York: M. E. Sharpe.
- Stempel, G. (1964). “*How Newspapers Use the Associated Press Afternoon A Wire*”, Journalism Quarterly, n.º 41, pp. 380-384.
- Tengarrinha, J. M. (1989). “*História da Imprensa Periódica Portuguesa*”. Lisboa, Caminho.
- Traquina, N. (2002). “*Jornalismo*”. Lisboa, Quimera.
- Wahl-Jorgensen, K.; Hanitzsch, T. (2009). “*THE HANDBOOK OF JOURNALISM STUDIES*”, Nova Iorque; Londres, Routledge
- Wolf, M. (1987). “*Teorias da comunicação*”, Lisboa, Editorial Presença

Anexos

Transcrições das entrevistas

Nota: Para manter o acordo de anonimato comercial dos locais de estágio concordado entre mim e os entrevistados, os nomes dos locais de estágio serão omitidos.

Entrevista 1 – estagiário na área da rádio

- Indique sucintamente, o que considera ter sido aspeto mais positivo do seu estágio, tal como o menos positivo.

Embora a Universidade da Beira Interior proporcione unidades curriculares bastante práticas, preparando os futuros jornalistas para o mercado de trabalho, o ambiente de redação e de proximidade com jornalistas só se consegue alcançar na profissão ou, neste caso, no decorrer de um estágio.

Esse foi, para mim, o aspeto mais positivo do estágio que fiz na Rádio A: relacionar-me e aprender de perto com jornalistas experientes e com provas dadas na profissão. Apesar de, como referi, ter saído da universidade com ferramentas suficientes para poder lançar-me no jornalismo, o meu período de estágio foi fundamental para captar uma “visão jornalística” dos temas, que só se consegue em ambiente de redação.

O único aspeto negativo que tenho de salientar foi o acompanhamento pouco minucioso que recebi nos primeiros dias de estágio: numa redação que trabalha ao segundo, na imediaticidade da notícia, alimentando uma rádio e um site, deixa de haver espaço para um acompanhamento total dos estagiários.

Fica a nota: é importante que os estagiários deem o primeiro passo, se proponham a fazer notícias e a mostrar o seu trabalho.

- Houve qualquer choque de tecnologia quando foi estagiar (ex: teve de aprender a usar um software até aí desconhecido)?

O único software que tive de aprender a utilizar é o denominado “Team News” ou “Dalet”, o programa que é utilizado na Rádio A para colocar os sons no ar e alinhar um noticiário.

De resto, são utilizados os programas básicos: Audacity, com que já tinha trabalhado na universidade (idêntico ao Audition), e o Newsgen para o site (muito semelhante ao wordpress).

- Considera que os cursos de jornalismo e os estágios associados a eles são uma boa ferramenta de ensino de jornalismo?

Como fiz todo o meu percurso de ensino superior na Universidade da Beira Interior, só posso falar pelos cursos da Covilhã. Sem dúvida que a UBI oferece ferramentas a todos os alunos para que possam desempenhar as suas funções de forma plena no mercado de trabalho.

Como disse, o curso prático que nos proporcionam, com a possibilidade de fazer notícias em qualquer área (à exceção da política), dá uma bagagem aos alunos muito importante para o futuro. Os alunos saem da UBI com todas as componentes para fazer uma notícia para jornal, rádio ou televisão, assim como uma reportagem.

O estágio acaba por ser um complemento ao trabalho desenvolvido na universidade, ajudando a fortalecer todas essas valias.

- Quando começou a estagiar sentiu que o(s) curso(s) já lhe tinha dado uma prática jornalística suficiente para não fazer “má figura”?

Penso que já respondi a esta pergunta. O curso foi fundamental para a “minha estrutura” enquanto jornalista, e para que chegasse a uma redação capacitado para trabalhar na profissão. Há, até, uma história curiosa dos meus primeiros tempos na Rádio A, que ajuda a responder à pergunta. Vários jornalistas e técnicos me perguntaram quem tinha sido o meu professor de rádio. E faziam a questão porque entendiam que eu estava já preparado para “ir para o ar”. Como é evidente, respondia com grande orgulho que tinha sido o professor Ricardo Morais, um dos grandes valores que a nossa universidade tem.

- Foi enquadrado e orientado continuamente por algum jornalista do órgão de comunicação ou foi recebendo apenas indicações gerais e seguindo os exemplos que via?

O meu orientador de estágio foi o Anselmo Crespo, que me acompanhou sempre, mas principalmente nos primeiros momentos, antes de trabalhar mais de perto com uma equipa, neste caso o online. Tenho também de salientar o Pedro Soares, editor do site, que foi bastante importante para os meus primeiros passos na Rádio A.

Ainda assim, é bom que o estagiário tente enquadrar-se no meio envolvente, acompanhando o bom que se faz nas redações, mesmo sem indicações gerais do jornalista. Aprende-se também a ver e a ouvir, e eu tentei sempre buscar esses aspetos.

- Saiu em reportagem com jornalistas profissionais ou chegou a fazer reportagens sozinho? Quantas vezes, aproximadamente?

A primeira vez que saí em reportagem já foi sozinho, mas depois de algum trabalho em contexto de redação. Antes disso, comecei a editar as madrugadas de fim-de-semana. Não sei precisar quantas vezes saí em reportagem ao longo dos seis meses de estágio.

- Quando as suas peças eram editadas por um(a) jornalista, ele/a procurava explicar-lhe as correções e dar-lhe conselhos?

Sempre que editaram as minhas peças, estava ao lado do jornalista, exatamente para que me explicassem as correções e dessem conselhos para memória futura. Este ponto também foi importante para a evolução como jornalista, além do trabalho em contexto de ensino.

- Participava em trabalhos coletivos ou de jornalistas profissionais, para os quais contribuía com uma parte da informação?

Apoiei jornalistas em grandes reportagens, nesses casos, mas a informação foi sempre adquirida pelo jornalista, e nunca pelo estagiário.

- Caso tenha sido autor de peças completas, a sua autoria surgiu identificada?

Tendo em conta que comecei a editar madrugadas, tive de pedir a carteira profissional para o poder fazer, nessa altura, a de colaborador. A partir desse momento, cerca de um mês depois do início do estágio, as peças começaram a ser assinadas com o meu nome. Por lei, o jornalista, para ser identificado, tem de ser portador de carteira profissional.

- Participou em reuniões da redação onde se planificava e distribuía trabalho?

Na Rádio A, as reuniões de “planificação” são apenas para os editores, e não para os redatores. Por isso, não.

- Qual a sua opinião sobre a objetividade no jornalismo e a filtração da informação pelo jornalista, perante um público mais nativo de uma era virtual de grande acessibilidade de informação?

É imperioso que o jornalista avance com informação rigorosa e confirmada, seguindo o código deontológico a que estamos sujeitos. A “era das fake news” tem de ser combatida, principalmente, pelos jornalistas, apesar da acessibilidade geral a que todos têm informação, por exemplo nas redes sociais.

Um jornalista rege-se por valores a que o cidadão comum não está sujeito, como a confirmação da informação e de fontes. Uma informação falsa pode deitar por terra a carreira de um jornalista, independentemente do caminho que trilhou.

Ou seja, é preciso “educar” o público, para que este entenda que só em meios de comunicação social encontrará informação de confiança e rigorosa.

- Sentiu-se, no fim do seu estágio, como um melhor jornalista (em geral e não pelos standards da orgão em que trabalhou)?

Terminei o estágio mais jornalista, e com mais capacidade para desempenhar a profissão. Foi fundamental, como disse, trabalhar de perto com jornalistas experientes, e aproveitar todas as valias que me passaram.

Acredito que, hoje, estou preparado para trabalhar em qualquer órgão de comunicação social.

Entrevista 2 – estagiária na área da rádio

-Indique sucintamente, o que considera ter sido aspeto mais positivo do seu estágio, tal como o menos positivo.

Ponto positivo: A aprendizagem. Confesso que o mundo profissional tem muito pouco a ver com aquilo que fazemos e aprendemos na universidade. Aquilo que nos foi ensinado é, obviamente, fundamental, mas diria que saímos da universidade com uma ideia muito pouco clara daquilo que é trabalhar em jornalismo.

No estágio aprendo muitas coisas, desde a mexer em mesas de som, falar em direto, escrever notícias sobre política local, fazer programas de entretenimento e rubricas, programar músicas, etc.

Ponto negativo: A carga de trabalho e a desvalorização. Na rádio trabalha-se muito, mas jornalismo é sinceramente a pior área. Não há horários, temos de estar sempre disponíveis porque “as notícias não escolhem horas”, e uma rádio, que também tem site, vive do momento e do “agora”. Trabalha-se aos fins-de-semana e muitas vezes, não só a fazer notícias, como a cobrir eventos e fazer a transmissão dos jogos de futebol e futsal. Depois há a parte da desvalorização, em que por vezes o esforço e as horas de trabalho a mais não são reconhecidas e cada vez nos é exigido mais.

-Houve qualquer choque de tecnologia quando foi estagiar (ex: teve de aprender a usar um *software* até aí desconhecido)?

Choque não diria, mas sim tive que aprender a mexer com o programa da rádio. Aqui utilizamos o X-frame, e serve para tudo o que fazemos aqui: programar músicas, agendar rubricas e programas, sinais horários, publicidade, gingles, promos e noticiários.

Para cortar sons usamos o audition e com isso já sabia trabalhar.

Na parte do site, usamos o wordpress e também tive de aprender, mas é um site bastante fácil e intuitivo.

-Considera que os cursos de jornalismo e os estágios associados a eles são uma boa ferramenta de ensino de jornalismo?

O curso em ciências da comunicação e o mestrado em jornalismo são uma boa base, mas como já tinha dito acho que não somos preparados para o mundo real. Com o estágio sim, acho que nos dá uma boa visão daquilo que é o jornalismo e o trabalho em meios locais (no meu caso claro).

-Quando começou a estagiar sentiu que o(s) curso(s) já lhe tinha dado uma prática jornalística suficiente para não fazer “má figura”?

O curso deu-me as bases, não entrei no estágio completamente “às escuras”. Mas para isso também contribuiu o facto de ter ingressado num curso de informação na Rádio Universidade de Coimbra. Na UBI havia quase um padrão para escrever notícias e aqui na rádio, vi que isso não “pode” acontecer. Todas as notícias têm abordagens diferentes.

Se eu tivesse andado noutro curso e depois começasse este estágio, ia ser bastante difícil, mas também não acho que fosse impossível.

-Foi enquadrado e orientado continuamente por algum jornalista do órgão de comunicação ou foi recebendo apenas indicações gerais e seguindo os exemplos que via?

Fui enquadrada, mas a maior parte das vezes vou aprendendo com o dia-a-dia e ao ver como se fazem as coisas.

- Saiu em reportagem com jornalistas profissionais ou chegou a fazer reportagens sozinho? Quantas vezes, aproximadamente?

Com o jornalista da rádio nunca fui, ou ia sozinha ou com outra colega minha estagiária também. Foram muitas vezes, para cima de 20 e ainda seriam mais se não existisse covid-19.

- Quando as suas peças eram editadas por um(a) jornalista, ele/a procurava explicar-lhe as correções e dar-lhe conselhos?

Sim.

- Participava em trabalhos coletivos ou de jornalistas profissionais, para os quais contribuía com uma parte da informação?

Nesta rádio só há um jornalista profissional e sim trabalhávamos todos os dias em conjunto. Claro que a maior parte das peças eram individuais, mas vou pedindo ajuda, assim como a pessoa utiliza informações de notícias que já fiz.

- Caso tenha sido autor de peças completas, a sua autoria surgia identificada?

Sim, ainda que não possa assinar notícias porque ainda sou apenas estagiária, o meu nome, por causa das funcionalidades do site, aparece.

- Participou em reuniões da redação onde se planificava e distribuía trabalho?

Não há reuniões porque na rádio as notícias são para o imediato. O que acontece é que ao longo do dia vão acontecendo coisas e vão surgindo as notas de imprensa no email e vamos dividindo e falando o que cada pessoa faz. Quando é para cobrir eventos, aí sim, combina-se com um pouco mais de antecedência.

-Qual a sua opinião sobre a objetividade no jornalismo e a filtração da informação pelo jornalista, perante um público mais nativo de uma era virtual de grande acessibilidade de informação?

A objetividade e filtração daquilo tem valor de notícia é fundamental. Confesso que por vezes ainda tenho dificuldade em perceber o que é ou não notícia, porque na universidade os eventos e assuntos eram nos apresentados e só tínhamos de escolher onde ir.

O que hoje em dia, infelizmente, acontece, é que se faz muito *click-bait* porque é isso que vende e dá dinheiro. Concordo com títulos apelativos, mas há um limite que não deve ser ultrapassado.

Somos também obrigados a fazer leads com a informação quase toda e muito diretos porque a maior parte das pessoas lê as notícias no telemóvel e não leem, ou não querem ler mais que dois parágrafos.

-Sentiu-se, no fim do seu estágio, como um melhor jornalista (em geral e não pelos *standards* do órgão em que trabalhou)?

O meu estágio ainda não terminou, mas sim, sinto que sou muito melhor jornalista hoje em dia.

Entrevista 3 – estagiária na área da rádio

-Indique sucintamente, o que considera ter sido aspeto mais positivo do seu estágio, tal como o menos positivo.

Muita liberdade no que tinha de trabalhar, embora tivesse de seguir parâmetros no assunto que a entrevistada quisesse trabalhar; negativamente, a pandemia obrigou-a a mudar o seu método de trabalho e limitado a sua aprendizagem, pois teve de mudar para um formato de teletrabalho.

-Houve qualquer choque de tecnologia quando foi estagiar (ex: teve de aprender a usar um *software* até aí desconhecido)?

Mesa de mistura de áudio diferente da universidade, o que levou a alguns constrangimentos nos momentos em direto, nos primeiros dias.

-Considera que os cursos de jornalismo e os estágios associados a eles são uma boa ferramenta de ensino de jornalismo?

Considera que sim. “O fato dos cursos nos darem a oportunidade de estágio é uma boa maneira de complementar a parte teórica que aprendemos nos cursos com a parte prática do estágio em si”. Também teve dificuldade em treinar a escrita jornalística para os comunicados. “O nosso curso forma bem, mas nas partes técnicas (edição de imagem/vídeo/áudio) fica aquém”. “Os cursos deveriam tirar um bocado da parte teórica e implementar mais parte prática.”

-Quando começou a estagiar sentiu que o(s) curso(s) já lhe tinha dado uma prática jornalística suficiente para não fazer “má figura”?

“Na parte de escrever a notícia, consegui moldar-me à escrita da rádio, mas em termos jornalístico, não me senti bem preparada, em alguns parâmetros.”. O acesso a fontes/rede de contactos também era limitado. O bem-estar à frente do microfone também ficou um pouco aquém. “Sinto que ainda me falta um pouco para entrar no mundo jornalística da rádio”

-Foi enquadrado e orientado continuamente por algum jornalista do órgão de comunicação ou foi recebendo apenas indicações gerais e seguindo os exemplos que via?

Os jornalistas da rádio tinham tarefa de orientar a entrevistada. Pediam-lhe para fazer trabalhos e corrigiam-lhos, chamando-lhe a atenção para certos hábitos menos bons. “Tentar ler entre as linhas da nota e procurar o que interessaria às pessoas”. Também foi suportada quando trabalhava em multimédia.

- Saiu em reportagem com jornalistas profissionais ou chegou a fazer reportagens sozinho? Quantas vezes, aproximadamente?

Saiu para complementar os comunicados de notícia. Nos tempos de pandemia, contactava por telefone. Foi a duas conferências de imprensa sozinha. De resto, principalmente no primeiro mês de estágio, foi acompanhada. Quando ia tirar fotos, ia sozinha. No contexto de teletrabalho, foi quatro/cinco vezes sozinha ao local.

- Quando as suas peças eram editadas por um(a) jornalista, ele/a procurava explicar-lhe as correções e dar-lhe conselhos?

Sim (ver acima).

- Participava em trabalhos coletivos ou de jornalistas profissionais, para os quais contribuía com uma parte da informação?

Certos comunicados requereram a ajuda de outros estagiários, mas de resto, foi sozinha. Houve situações onde a entrevistada e outro estagiário tiveram de assistir a conferências e tirar notas juntos.

- Caso tenha sido autor de peças completas, a sua autoria surgia identificada?

Sim. O programa que a rádio usava para escrever as notícias requeriam que o jornalista desse o seu nome. Porém, após a entrevistada sair do estágio, a sua autoria foi omitida em peças passadas que escreveu e voltou a verificar, posteriormente.

- Participou em reuniões da redação onde se planificava e distribuía trabalho?

Não, porém, a entrevistada expressa o seu desejo de participar.

-Qual a sua opinião sobre a objetividade no jornalismo e a filtração da informação pelo jornalista, perante um público mais nativo de uma era virtual de grande acessibilidade de informação?

“Acho que a objetividade, para mim, foi sempre um dos pilares do jornalismo. Sei que, com o *online*, fica mais difícil atrair a atenção do leitor com notícias de títulos ‘secos’. O jornalista tem de trabalhar contra isto e trabalhar com objetividade. Se ele for subjetivo, o leitor pode não confiar nele, sentido que os princípios do jornalista lhe estão a ser impingidos.”

-Sentiu-se, no fim do seu estágio, como um melhor jornalista (em geral e não pelos *standards* da orgão em que trabalhou)?

Sim. “O facto de ter recebi críticas e conselhos, em tempo real, fez-me crescer em termos profissionais e ajudou-me a superar os erros na minha escrita. No futuro, irei cometer mais erros, sim, mas agora a minha atenção está redobrada e tenho mais atenção no que escrevo.”

Entrevista 4 – estagiária na área da televisão e imprensa

-Indique sucintamente, o que considera ter sido aspeto mais positivo do seu estágio, tal como o menos positivo.

O aspeto mais positivo no estágio em:

TV A: a proximidade gerada entre os jornalistas e repórteres de imagem, entre eles e com a estagiária; a revelação de técnicas informais e formais de procura de fontes e notícias a nível regional; aprendizagem da real importância da criação de uma agenda; o contato com diferentes formatos de reportagem televisiva;

TV B: a preocupação em fornecer à estagiária todos os meios necessários (legais e não tão legais, mas que permitiram a recolha de factos e informações que, através de métodos éticos e deontologicamente recomendados não seriam possíveis) – vulgo, câmaras ocultas e outros recursos;

Imprensa A: o fornecimento de meios dentro (e geograficamente fora) da redação, bem como da disponibilidade de uma margem de liberdade, sobretudo na gestão do tempo, para investigar mais aprofundadamente pormenores e factos; o interesse direto de chefes e diretores de redação em participar nas reuniões de equipa sem interferir no curso e ordem dos trabalhos;

Imprensa B: a temática ou escopo finalístico da prática dedicada à investigação de casos relativos a pessoas condenadas, mas potencialmente inocentes, o que implicou a consulta

de peças processuais, bem como a necessidade de lidar com ambientes jurídicos, aliando a minha experiência anterior em Direito (3º ano do curso de Direito, pela Universidade de Lisboa) com o jornalismo.

O aspeto menos positivo no estágio em:

TV A: não é verdadeiramente um aspeto negativo, uma vez que, pessoalmente, dispunha de tempo integral para dedicar ao trabalho à época do estágio, no entanto, a exigência de longas deslocações diárias pelo distrito de Castelo Branco para gravar LOTS, e, em alguns casos, diretos não programados (em particular, em época de incêndios) poderia ter representado um aspeto desafiador e confrontador com alguns limites que as facetas da vida pessoal implicam necessariamente;

TV B: o facto de ter sido integrada dentro do estágio com uma dúvida prévia da própria coordenadora Alexandra Borges relativamente à minha integridade moral e à minha intenção pessoal, nomeadamente, o facto de ter sido investigada e dispensada pela equipa de programa por suspeitas infundadas e motivos não profissionais;

Imprensa A: a instabilidade do grupo institucional, o qual, à época, não permitiria perspetivas de futuro desde um primeiro momento;

Imprensa B: o facto de ter passado a ser um voluntariado por um longo período, apesar de exigir e consumir um tempo extraordinário de dedicação pela quantidade, sensibilidade e dificuldade de análise das peças, factos e matérias dos quais o esqueleto rigoroso de uma grande reportagem depende — entenda-se que, para um jornalista que já aufera um rendimento de outra fonte profissional, um trabalho voluntário exigente pode não ter o peso que tem para um estagiário que não auferia rendimentos nenhuns e ao qual é pedida dedicação e resultados.

-Houve qualquer choque de tecnologia quando foi estagiar (ex: teve de aprender a usar um software até aí desconhecido)?

TV A: sim, tive de apreender novos conhecimentos de informática, não apenas no programa de edição de peças, mas também quanto ao programa interno de disposição e envio das peças finais da delegação de Castelo Branco para Lisboa (programa Portugal em Direito), bem como o uso de um sistema de streaming (teradek) em diretos;

TV B: idem, para programa de edição de peças, e disponibilização no sistema comum interno, bem como de uso de meios e recursos não usuais;

Imprensa A: idem, programa interno de edição e publicação de peças;

Imprensa B: não tive de aprender, mas, caso não tivesse conhecimentos prévios e experiência profissional na área jurídica, teria encontrado dificuldade em lidar com determinadas etapas dos trabalhos exigidos (dificuldade que notei nas demais estagiárias colaboradoras).

-Considera que os cursos de jornalismo e os estágios associados a eles são uma boa ferramenta de ensino de jornalismo?

O único curso de jornalismo que frequentei foi no âmbito do mestrado na UBI, e, nesse contexto, sim, considero de extrema utilidade, bem como de elevada qualidade no caso

em particular, uma vez que tive oportunidade de entrar em contacto com práticas que, de outra forma — mais teórica —, nunca teria apreendido tão rapidamente e com a conveniente proximidade.

-Quando começou a estagiar sentiu que o(s) curso(s) já lhe tinha dado uma prática jornalística suficiente para não fazer “má figura”?

Sem uma referência concreta relativamente ao sentido de “má figura”, reforço a resposta na questão anterior: sim, e (talvez até, pelos contextos pessoais com os quais tenho lidado em conversações informais) mais prático do que na maioria dos demais cursos neste âmbito. Contudo, acredito que o desempenho de qualquer pessoa, não apenas, mas também, em contexto de estágio, como em tudo na vida, estará intimamente ligada a qualidade pessoais aliadas a contacto com experiência prévia.

-Foi enquadrado e orientado continuamente por algum jornalista do órgão de comunicação ou foi recebendo apenas indicações gerais e seguindo os exemplos que via?

TV A: sim, pelo jornalista coordenador da delegação, bem como pelos demais jornalistas;

TV B: trabalhei com autonomia sempre, após breve e curtas indicações de objetivos por parte da coordenadora de programa;

Imprensa A: trabalhei com bastante autonomia e sob iniciativa própria na maioria das vezes;

Imprensa B: idem.

- Saiu em reportagem com jornalistas profissionais ou chegou a fazer reportagens sozinho? Quantas vezes, aproximadamente?

Sim, acompanhei em reportagens os jornalistas profissionais com quem estagiei por várias vezes, mais de trinta vezes, pelo menos; uma vez, pelo menos, em cada órgão de comunicação social nos quais estagiei, fiz reportagens.

- Quando as suas peças eram editadas por um(a) jornalista, ele/a procurava explicar-lhe as correções e dar-lhe conselhos?

Sim.

- Participava em trabalhos coletivos ou de jornalistas profissionais, para os quais contribuía com uma parte da informação?

Sim.

- Caso tenha sido autor de peças completas, a sua autoria surgiu identificada?

Sim.

- Participou em reuniões da redação onde se planificava e distribuía trabalho?

Sim.

-Qual a sua opinião sobre a objetividade no jornalismo e a filtração da informação pelo jornalista, perante um público mais nativo de uma era virtual de grande acessibilidade de informação?

Ainda que não alcance a totalidade do significado desta questão, nem do sentido em que é usado o termo “filtração da informação”, e assumindo que alude a uma seleção prévia ou triagem de factos e acontecimentos em função dos valores-notícia por parte do jornalista, em qualquer ambiente social e geracional — desde formas mais “paleomedia” a formas mais digitais — a informação sempre foi apresentada ao público através de diferentes canais comunicacionais mais ou menos manipulados ou influenciáveis, essa não é a novidade. Nada mudou, igualmente, nos princípios e regras que devem nortear a prática jornalística e a postura do profissional perante o público em geral, sendo a objetividade e o rigor, bem como o compromisso com o exercício do contraditório e com a proteção das fontes, pilares basilares de qualquer trabalho nesse contexto.

Neste sentido, é minha opinião que ainda que na era da (des)informação —hoje mais do que nunca —, os jornalistas continuam a representar um papel fundamental e uma linha distintiva entre a incerteza e a confiança. No entanto, ainda existe um caminho muito longo a percorrer num campo propedêutico de “educação digital” para que o próprio público surja garantidamente dotado de ferramentas que lhe permitam ser ele próprio a exercer a triagem ou filtro do que é, realmente, um trabalho com objetividade e correspondente a parâmetros de interesse público objetivo e o que é, no mínimo, duvidoso e pertencente ao campo da mera virtualidade florescente.

-Sentiu-se, no fim do seu estágio, como um melhor jornalista (em geral e não pelos standards da orgão em que trabalhou)?

Não creio que essa assunção caiba ao próprio jornalista ou estagiário. Pelo contrário, aferir se um profissional de qualquer área — mas principalmente naquelas áreas em que existe uma sujeição de um desempenho profissional a escrutínio público —, a qualidade do resultado final ou de um desempenho conjunto só pode ser aferida, com legítima certeza, pelo destinatário.

Se, com esta pergunta, se pretende alcançar a minha impressão acerca do quanto os estágios contribuíram, ou não, para que eu sentisse maior segurança no exercício da prática jornalística sem medos e receios, sim. Sem dúvida que, quanto mais oportunidades o estagiário tiver de se integrar num ambiente prático profissional e neles tiver liberdade para errar e acertar, bem como de refletir de modo crítico e analítico, apoiado por coordenadores experientes e atentos, melhor profissional, bem como melhor ser humano no geral, poderá vir a tornar-se.

Reitero, na minha opinião, a qualidade de um profissional dependerá diretamente das valências pessoais, o que, no meu caso, ajudou bastante a que sentisse segurança na prática, tanto nos estágios, quanto depois deles.

Entrevista 5 – estagiária na área da televisão

-Indique sucintamente, o que considera ter sido aspeto mais positivo do seu estágio, tal como o menos positivo.

Mais positivo foi o contato com o mercado de trabalho assim que entrei na Universidade, ou seja, no primeiro mês da graduação acabei vivendo experiências sobre as quais aprenderia somente no segundo ano de estudos. Também pude diversificar minhas áreas de atuação, já que, além da TV, prestei serviços para rádio, jornal e realizei assessoria de comunicação, dentro do mesmo ambiente. Foi fundamental para uma completa formação. A menos positiva foi que acabei dedicando menos tempo às aulas em si, porque só pensava em trabalhar – muita prática, pouca teoria.

-Houve qualquer choque de tecnologia quando foi estagiar (ex: teve de aprender a usar um *software* até aí desconhecido)?

Claro, tive que aprender a operar programas específicos para produção e organização de um telejornal. Também aprendi a editar (linear e não linear), assim como operar câmeras profissionais de gravação.

-Considera que os cursos de jornalismo e os estágios associados a eles são uma boa ferramenta de ensino de jornalismo?

Com certeza.

-Quando começou a estagiar sentiu que o(s) curso(s) já lhe tinha dado uma prática jornalística suficiente para não fazer “má figura”?

Não, foi logo no início. Aprendi na prática.

-Foi enquadrado e orientado continuamente por algum jornalista do órgão de comunicação ou foi recebendo apenas indicações gerais e seguindo os exemplos que via?

Tive excelentes mentoras, mas não era responsabilidade delas me ajudarem, fizeram porque queriam, cabia a mim buscar a evolução.

- Saiu em reportagem com jornalistas profissionais ou chegou a fazer reportagens sozinho? Quantas vezes, aproximadamente?

Fiz reportagens sozinha e apresentei programas durante os três anos, não saberia precisar o número de vezes.

- Quando as suas peças eram editadas por um(a) jornalista, ele/a procurava explicar-lhe as correções e dar-lhe conselhos?

Sim. Aprendi muitas e muitas coisas assim.

- Participava em trabalhos coletivos ou de jornalistas profissionais, para os quais contribuía com uma parte da informação?

Sim.

- Caso tenha sido autor de peças completas, a sua autoria surgia identificada?

Sim.

- Participou em reuniões da redação onde se planificava e distribuía trabalho?

Sim.

-Qual a sua opinião sobre a objetividade no jornalismo e a filtração da informação pelo jornalista, perante um público mais nativo de uma era virtual de grande acessibilidade de informação?

É um assunto complexo, considero que a responsabilidade do profissional da comunicação seja cada vez maior, o desafio não é conseguir apenas se antecipar, mas ter agilidade e apuração eficiente ao mesmo tempo, conseguindo fugir da superficialidade.

-Sentiu-se, no fim do seu estágio, como um melhor jornalista (em geral e não pelos *standards* da orgão em que trabalhou)?

Sim, com certeza.

Entrevista 6 – estagiária na área da televisão

-Indique sucintamente, o que considera ter sido aspeto mais positivo do seu estágio, tal como o menos positivo.

O aspeto mais positivo foi, sem dúvida alguma, o facto de estar integrada na redação de um canal de informação como a TV C e poder assistir de perto a todo o trabalho realizado por de trás das câmaras. Desde que a informação chega à redação até ao momento que sai para o público, através dos mais diversos canais de comunicação, há um processo de trabalho muito minucioso que envolve um vasto conjunto de profissionais, desde a secretária de redação, aos colaboradores do departamento da “Agenda”, editores, jornalistas, repórteres de imagem e editores de imagem. Ainda que, enquanto, na altura, estudante de jornalismo, tivesse noção do circuito interno da informação, foi algo que me conseguiu surpreender bastante e permitiu adquirir mecanismos que considero essenciais para o trabalho que atualmente desenvolvo. Aliado a isso, destaco também a oportunidade de, mais do que assistir ao trabalho dos jornalistas da TV C, ter sido também um sujeito ativo no funcionamento da redação, tendo a possibilidade de sair em reportagem com os repórteres de imagem, realizar entrevistas, escrever peças e montá-las nas ilhas de montagem.

-Houve qualquer choque de tecnologia quando foi estagiar (ex: teve de aprender a usar um *software* até aí desconhecido)?

Não, de uma forma geral tinha conhecimento de todos os programas utilizados. A única novidade foi o iNEWS, uma plataforma que permite a ligação em rede das redações do Porto e Lisboa.

-Considera que os cursos de jornalismo e os estágios associados a eles são uma boa ferramenta de ensino de jornalismo?

Sim, completamente. Tanto a licenciatura como o mestrado em jornalismo são fundamentais para a aquisição de todos os conhecimentos intrínsecos à profissão. Mas, é essencial, depois, a realização de um estágio, pois é a parte prática que nos vai permitir saber como, efetivamente, tudo se processa no terreno. Caso contrário, poderá ser um “choque” para qualquer recém jornalista.

-Quando começou a estagiar sentiu que o(s) curso(s) já lhe tinha dado uma prática jornalística suficiente para não fazer “má figura”?

Sim, uma boa formação jornalística permite-nos chegar à redação com um *know-how* muito grande. E na UBI, em concreto, o ensino em jornalismo é de excelência. Em momento algum me senti incapaz de realizar qualquer tarefa solicitada por falta de conhecimentos. Tanto a licenciatura em Ciências da Comunicação como o mestrado em Jornalismo têm associados uma componente prática que se torna fundamental no momento em que “voamos” para os nossos locais de estágio.

-Foi enquadrado e orientado continuamente por algum jornalista do órgão de comunicação ou foi recebendo apenas indicações gerais e seguindo os exemplos que via?

Desde o primeiro momento que tive um orientador de estágio, responsável por avaliar, depois, o meu trabalho na redação. Além do orientador de estágio, tive também a minha orientadora de dissertação, a Professora Doutora Sónia Sá, que, regularmente, me ia dando dicas a propósito dos pormenores a que deveria estar particularmente atenta no funcionamento da redação, de forma a enriquecer a minha dissertação de mestrado.

- Saiu em reportagem com jornalistas profissionais ou chegou a fazer reportagens sozinho? Quantas vezes, aproximadamente?

Sim, saí sempre em reportagem com os jornalistas e repórteres de imagem. Esse trabalho permitia-me observar o comportamento dos profissionais dentro e fora do ambiente de redação. Chegada à redação escrevia e montava também as minhas peças e mostrava-as aos jornalistas com os quais tinha realizado a saída. Na reta final do estágio comecei também a realizar trabalhos sozinha, saindo em reportagem apenas com os repórteres de imagem e fazendo as entrevistas às fontes indicadas pelos editores. Não sei especificar o número de vezes que realizei esses trabalhos sozinha, mas ainda foram algumas...

- Quando as suas peças eram editadas por um(a) jornalista, ele/a procurava explicar-lhe as correções e dar-lhe conselhos?

Sim, sempre. Todos os jornalistas com os quais tive o privilégio de privar tinham o cuidado de me explicar a razão pela qual deveria ter optado pela estrutura A em vez da B ou da C. Além disso, senti, desde o primeiro dia, que me integraram muito bem na equipa, explicando-me todos os processos realizados, dando conselhos sempre que saíamos em reportagem assim como na elaboração conjunta de determinadas peças.

- Participava em trabalhos coletivos ou de jornalistas profissionais, para os quais contribuía com uma parte da informação?

Sim.

- Caso tenha sido autor de peças completas, a sua autoria surgia identificada?

Não, porque na altura não possuía carteira de jornalista.

- Participou em reuniões da redação onde se planificava e distribuía trabalho?

Sim. A primeira reunião do dia acontecia por volta das 08h30, por videochamada, com os editores de Lisboa, onde estes decidiam os acontecimentos a cobrir e a transformar em notícia para um noticiário da TV C. Decididos os assuntos a cobrir, o editor do Porto

distribuía as tarefas pelos jornalistas daquela redação e dava algumas diretrizes sobre a forma como deveriam abordar os assuntos em causa.

-Sentiu-se, no fim do seu estágio, como um melhor jornalista (em geral e não pelos *standards* da orgão em que trabalhou)?

Sim, completamente. Sinto que tanto o estágio como a formação académica que adquiri fizeram de mim uma verdadeira jornalista, que continua a querer melhorar o seu trabalho diariamente. Esta é uma profissão que está em constante alteração, seja pela proliferação de canais de comunicação ou pelo, cada vez mais conhecido, “jornalismo do cidadão”. Cabe-nos a nós, jornalistas, tentar combater as várias ameaças que assolam o jornalismo, nomeadamente no que respeita ao vasto caudal informativo que atualmente existe. Tendo em conta este fator, é fundamental que os jornalistas criem mecanismos de filtragem de informação para selecionar de forma adequada toda a mensagem informativa que é passada para a audiência.

Entrevista 7 – estagiário na área da televisão

-Indique sucintamente, o que considera ter sido aspeto mais positivo do seu estágio, tal como o menos positivo.

Não consigo nomear apenas um só aspeto positivo do meu estágio curricular, já que ele me trouxe múltiplas aprendizagens e novas experiências, não só em termos de trabalho, como de cariz mais pessoal. No entanto, o descobrir e o conhecer melhor o universo de produção televisiva, para o setor de entretenimento, o descobrir de novos epicentros de trabalho, tão diferentes daqueles que acabamos por reconhecer na nossa zona, são sempre benefícios muito grandes. Ainda, a relação que pude estabelecer com a equipa de canais temáticos da TV D, onde estava inserido, foi igualmente muito positiva, e um ponto sempre a recordar. O ponto mais negativo acaba por ser o término repentino do meu estágio, depois da eclosão da pandemia pela COVID-19, e o aumento do número de casos no nosso país, em março de 2020.

-Houve qualquer choque de tecnologia quando foi estagiar (ex: teve de aprender a usar um software até aí desconhecido)?

Em termos mais gerais, não posso dizer que tenha havido. Como referido anteriormente, não concluí o meu estágio curricular, e sei que ainda tinha algumas tarefas e novas aprendizagens por realizar. Ao mesmo tempo, foi tendo conhecimento de algumas tipologias de software de trabalho utilizados por alguns membros da equipa onde estava, consoante as tarefas que cada um desempenhava. Ainda assim, não tive um contacto plenamente direto com isso, daí não ter havido esse choque. Contudo, há muitos equipamentos novos, diferentes, e não reconhecidos por qualquer estudante que ingresse num estágio como o meu, e é natural que tenha que haver um primeiro período de adaptação.

-Considera que os cursos de jornalismo e os estágios associados a eles são uma boa ferramenta de ensino de jornalismo?

Apesar de o meu percurso no segundo ano de Mestrado em Jornalismo, desde o estágio à dissertação, tenha fugido ligeiramente da área do jornalismo puro e duro, considero que sim. São uma ótima ferramenta para consolidação de conceitos e técnicas, assim como para o contínuo aperfeiçoamento do nosso “ser jornalista”. Quanto mais a prática, melhor o desempenho da atividade, e acredito seguramente que os cursos e/ou estágios são uma ferramenta fundamental para tal.

-Quando começou a estagiar sentiu que o(s) curso(s) já lhe tinha dado uma prática jornalística suficiente para não fazer “má figura”?

Apesar de não se aplicar a cem por cento, tenho consciência de que as minhas aprendizagens sobre a prática jornalística foram uma mais-valia na execução de diversas tarefas do meu estágio curricular, mesmo pensando que estava numa área relativamente distinta.

-Foi enquadrado e orientado continuamente por algum jornalista do órgão de comunicação ou foi recebendo apenas indicações gerais e seguindo os exemplos que via?

Não por um jornalista, mas por vários membros da produção dos canais temáticos da TV D. Tive um acompanhamento sempre muito cuidado, atencioso e profissional. Mais uma mais-valia deste meu estágio.

-Participou em reuniões da redação onde se planificava e distribuía trabalho?

Sim, por diversas vezes (reuniões de planificação, de produção, de processo criativo).